

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

MARCIO RICARDO FERLA

AS TERRITORIALIDADES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO SISTEMA FEDERAL  
DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

PONTA GROSSA  
2018

MARCIO RICARDO FERLA

AS TERRITORIALIDADES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO SISTEMA FEDERAL  
DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Dissertação apresentada para obtenção do  
título de mestre na Universidade Estadual  
de Ponta Grossa, Programa de Pós-  
Graduação em Geografia, Curso de  
Mestrado em Gestão do território

Orientador: Prof. Dr. Almir Nabozny

PONTA GROSSA  
2018

F357 Ferla, Marcio Ricardo  
As territorialidades da educação ambiental no Sistema Federal de Unidades de Conservação da Natureza/ Marcio Ricardo Ferla. Ponta Grossa, 2018.  
150 f.; il.

Dissertação (Mestrado em Geografia – Área de concentração – Gestão do Território), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Almir Nabosny

1. Campo social. 2. Educação ambiental. 3. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.- ICMBio.. 4. Macrotendência política-pedagógica. 5. Territorialidades. I. Nabosny, Almir. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa – Mestrado em Geografia. III. T.

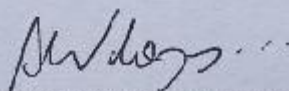
CDD : 574.5

**TERMO DE APROVAÇÃO**

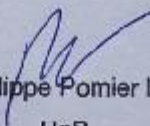
**MÁRCIO RICARDO FERLA**

**"AS TERRITORIALIDADES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO SISTEMA  
FEDERAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA"**

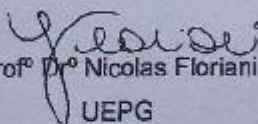
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:



Orientador: Profº Drº Almir Nabozny  
UEPG



Profº Drº Philippe Pomier Layrargues  
UnB



Profº Drº Nicolas Floriani  
UEPG

Ponta Grossa, 28 de Setembro de 2018.

Dedico este trabalho

À minha mãe Maria, que apesar da vida ter lhe podado as oportunidades da escolarização formal, com muita sabedoria e amor sempre me incentivou e apoiou para que eu me inserisse neste campo.

## **AGRADECIMENTOS**

A realização desta dissertação só foi possível mediante diversas contribuições. Assim, neste espaço gostaria de prestar meus agradecimentos.

Inicialmente à Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde tive o enorme prazer e a oportunidade de retornar à Academia. Conservadora, plural e de resistência (campo social e de contradições).

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia, docentes, discentes e funcionários. Em especial à pequena grande turma de mestrado em Gestão do Território de 2016-17-18, na qual me incluo juntamente com Maira Alejandra Amaris Buelvas, Andrea Rita da Silva Nabozny, Eliane Netrebka Ramos, Jéssica Emanuéli Moreschi Bedin e Raony Tullio Carneiro. Obrigado pela parceria e companheirismo neste percurso! Esse trabalho foi feito com vocês!!!!

Ao Prof. Isonel S. Meneguzzo, que contribuiu desde o ingresso à Qualificação. Às Profas. Lucimara C. de Paula e Márcia B. da Silva pelos diálogos com Paulo Freire. Ao Prof. Névio de Campos, por sua participação em minha banca de Qualificação e que, juntamente com o Prof. Oriomar S. Junior, nas reflexões com Pierre Bourdieu no Programa de Pós-Graduação em Educação. À Profa. Lúcia C. da Costa e ao Prof. Murilo D. C. Corrêa, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, pelas discussões sobre o Estado moderno ocidental, muito ricas para a base deste trabalho.

Ao geógrafo João P. L. de Almeida, ao analista ambiental Jorge L. A. Marques, ao programador Eduardo M. Moya, e ao Prof. Hugo Alberto Perlin pelo apoio e colaboração na sistematização e organização dos dados da pesquisa.

À Maira Alejandra Amaris Buelvas e à Luciana Ferla Calvin pelas traduções do resumo.

À Laura Maria Straub, oceanógrafa, mãe do Francisco, minha cunhada e revisora nos aspectos formais dessa dissertação, valeu tia Laura!! Missão cumprida!!!!

Aos Profs. Nicolás Floriani (PPGG/UEPG) e Philippe Pmier Layrargues (UnB) por aceitarem analisar este trabalho na qualidade de banca examinadora.

Um agradecimento especial ao meu orientador Almir Nabozny, por sua coragem e comprometimento profissional. Seu papel foi determinante na produção deste trabalho. Orientação, amizade e camaradagem! Muito Obrigado!

À Profa. Francisley, pelas leituras e gravações de áudios de textos.

À todas e todos aqueles e aquelas que lutam pela Universidade Pública, 100% Gratuita e de Qualidade. Educação não é mercadoria!!

Ao ICMBio, em suas múltiplas facetas. Na resistência crítica, no pragmatismo e no conservacionismo (campo e contradição). Pela concessão de afastamento do trabalho, sem isso não seria possível concluir este estudo. Em especial aos analistas ambientais Virgínia Talbot (CCGP), Karina Dino (COEDU), Paulo Russo (CGSAM) e à DISAT por todo o apoio prestado. Ao Ciclo GSA, em especial ao 4º Ciclo de Capacitação em Gestão Participativa, onde tive oportunidade de conviver, debater e refletir sobre a gestão das UCs federais de forma mais ampla (embrião dessa dissertação).

À analista ambiental Poliana de Almeida Francis (Coordenação de Gestão de Conflitos), que também está finalizando sua dissertação com a interface UCs-Quilombolas, com quem compartilhava minhas elucubrações sobre as UCs.

Ao ICMBio Ponta Grossa (PARNA Campos Gerais e REBIO Araucárias), em especial minha amiga e atual chefe Lilian Miranda.

Aos 254 territórios espalhados neste Brasil a fora, que dedicaram um espaço em seu valioso tempo para participarem da pesquisa. Sem vocês esse trabalho não existiria.

À toda minha Grande Família. Ao meu pai Valentim Ferla e minha mãe Maria Andradina Gonsalves Ferla, cada qual ao seu modo, me conduziram para a vida com muito amor e dignidade. Às minhas irmãs, meu irmão, sobrinhos(a), sogra (o), cunhadas (os), que de alguma forma me apoiaram neste projeto. Um especial à Vovó Inês, futura pedagoga, pela coragem de retornar aos estudos.

Agradecimento muitíssimo especial ao meu filho João Straub Ferla e minha filha Luísa Straub Ferla, por me despertarem a esperança necessária para acreditar e lutar por um mundo melhor, mais justo, possível...

À Carla Daniele Straub, minha companheira, com quem compartilho, sonhos, projetos e amor. Agradeço com muito carinho pelo apoio, força e compreensão, com destaque os momentos mais difíceis nesta reta final. Você foi uma grande motivadora neste projeto.

*É o saber da história como possibilidade e não como determinação.  
O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa,  
inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me  
relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre,  
mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou  
apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente.  
No mundo da história, da cultura, da política,  
constato não para me adaptar, mas para mudar.*

*(Paulo Freire – Pedagogia da Autonomia)*



## RESUMO

Esta dissertação problematiza *como o campo da Educação Ambiental (EA) compõe práticas territoriais (territorialidades da EA) nas unidades federais de conservação da natureza (UCs)*. Para tanto, foi tecida uma trama conceitual considerando o *campo* como um espaço social composto por agentes e configurações normativas de diversas ordens e a *territorialidade* como uma expressão de poder que media relações entre a sociedade e o Estado por meio do controle do espaço geográfico; as macrotendências políticas pedagógicas da EA (corrente conservacionista, pragmática ou crítica) foram concebidas como propensões a distinguirem concepções de territórios de conservação da natureza. Elegeram-se o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) como o agente indicador das tensões e disputas inerentes à produção dos territórios das UCs. Em termos operacionais realizou-se um diagnóstico quali-quantitativo com 254 UCs, contemplando questões sobre o desenvolvimento de ações de EA, suas formas e conteúdo. Os dados foram sistematizados por meio de diversas técnicas de informação visual (gráficos, tabelas, cartogramas e nuvens de palavras). Em uma singela genealogia das políticas públicas brasileiras de EA foi percebida a existência de concepções político-pedagógicas distintas disputando a hegemonia do campo, com uma tendência de dominação de um viés pragmático, isto é, adequação do uso dos recursos naturais conforme as exigências do mercado capitalista. Contudo, na análise das práticas territoriais das UCs (enfoque multi-escalar dos territórios e do campo) os resultados são distintos do cenário nacional, por exemplo, no conjunto das UCs não há uma posição política pedagógica hegemônica. Já considerando os grupos de manejo e as distintas categorias de UCs normatizadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, LEI 9.985/2000), ou seja, as formas de gestão do território pré-concebidas, constatou-se a predominância de ações com características relacionadas à corrente conservacionista da EA no grupo de *Proteção Integral* dos recursos naturais, com destaque para as categorias: Estação Ecológica e Reserva Biológica. No grupo de *Uso Sustentável* dos recursos naturais predominou as práticas de EA balizadas por uma concepção pedagógica crítica, pois é indicada uma ampla gama de agentes decidindo sobre os usos dos territórios e nuances de processos educacionais dialógicos entre servidores do ICMBio e as comunidades que constituem as UCs; são protagonistas da EA crítica as Reservas Extrativistas (RESEXs) e uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Dessa forma, compreende-se que o campo da EA compõe as práticas territoriais nas UCs analisadas com distintas formas de regulação dos recursos naturais, a depender dos tipos de UCs. Quanto ao agente ICMBio, independente do grupo ou categoria de UCs, verificou-se uma diretriz institucional para a promoção de uma EA Crítica. Na espacialização do campo da EA demonstrou-se que diferentes formas de territorialização do Estado representadas em categorias de manejo, resultam em diferentes concepções político-pedagógicas no desenvolvimento de ações de EA enquanto constitutivas das territorialidades praticadas nas UCs.

**Palavras-chave:** Campo social. Educação ambiental. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Macrotendência político-pedagógica. Territorialidades.

## ABSTRACT

This dissertation problematizes how the field of Environmental Education (EA) composes territorial practices (territorialities of EA) in federal units of nature conservation (UCs). For this, a conceptual framework was developed considering the field as a social space composed of agents and normative configurations of several orders and the territoriality as an expression of power that mediates the relationship between society and the State through the control of the geographic space; the pedagogical political macro trends of EA (conservationist, pragmatic or critical) were conceived as propensities to distinguish conceptions of conservation of nature territories. The Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) was elected as the indicator agent of the tensions and disputes inherent in the formation of the territories of the UCs. In operational terms, a qualitative and quantitative diagnosis was performed with 254 UCs, contemplating questions about the development of EA actions, their means and content. The data were systematized through various visual techniques (graphs, tables, cartograms and tag clouds). In a simple genealogy of the Brazilian public policies of EA was perceived the existence of distinct political-pedagogical concepts disputing the supremacy of the field, with a tendency of domination of a pragmatic bias, adequacy of the use of the natural resources according to the demands of the capitalist market. However, in the analysis of territorial practices of UCs (multi-scalar approach of the field and territories) the results are different from the national scene, for example, in the UCs there is no hegemonic pedagogical political position. Already considering the management groups and the different categories of UCs regulated by the Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, LEI 9.985 / 2000), that is, the preconceived means of land management, it was verified the predominance of actions with conservationism characteristics related to EA in the Integral Protection group of natural resources, with emphasis on the categories: Ecological Station and Biological Reserve. In the group of Sustainable Use of Natural Resources, EA practices prevailed by a critical pedagogical conception, since a wide range of agents are indicated, deciding on the uses of the territories and nuances of dialogical educational processes between ICMBio staff and the communities that constitute the UCs; are critical protagonists of EA the Reservas Extrativistas (RESEXs) and a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Thus, it is understood that the EA's field composes the territorial practices in the analyzed UCs with different forms of regulation of natural resources, depending on the types of UCs. Regarding the ICMBio's agent, regardless of the group or category of UCs, an institutional guideline for the promotion of a critic EA was validated. In the specialization of the EA's field, it has been shown that different forms of territorialities of the State represented in management categories, resulting in different political-pedagogical conceptions in the development of EA actions as constitutive of territorialities practiced in UCs.

Keywords: Social field. Environmental education. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Political-pedagogical macro-trends. Territorialities.

## RESUMEN

Esta disertación problematiza cómo el campo de la Educación Ambiental (EA) compone prácticas territoriales (territorialidad de la EA) en las unidades federales de conservación de la naturaleza (UCs). Es por eso que se establece una trama conceptual al considerar el *campo* como espacio social, compuesto por agentes y configuraciones normativas de diversos órdenes, y la *territorialidad* como una expresión de poder que concilia la sociedad y el Estado por medio del espacio geográfico; las macrotendencias políticas pedagógicas de la EA (corriente conservacionista, pragmática o crítica) fueron concebidas como inclinaciones a distinguir concepciones de territorios de conservación de la naturaleza. Fue seleccionado el Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidad (ICMBio) como agente indicador de tensiones y disputas inherentes a la producción de los territorios de las UCs. Operacionalmente se realizó un diagnóstico cuali-cuantitativo con 254 UCs, contemplando aspectos sobre desarrollo de acciones de EA, sus formas y contenidos. Los datos fueron sistematizados por medio de diferentes técnicas de información visual (gráficos, tablas, cartogramas y nubes de palabras). En una sencilla genealogía de políticas públicas brasileñas de EA, fue percibida la existencia de concepciones político-pedagógicas distintas, disputando la hegemonía del campo como una tendencia de dominación pragmática, al adecuar el uso de recursos naturales según exigencias del mercado capitalista. De esa forma, en el análisis de las prácticas territoriales de las UCs (enfoque multi-escalar de los territorios y el campo), los resultados obtenidos fueron diferentes del escenario nacional, ejemplo de esto es la nula posición político-pedagógica hegemónica en el conjunto de UCs. Considerando los grupos de manejo y las diferentes categorías de UCs, reglamentadas por el Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, LEI 9.985/2000), las formas de gestión de territorio preconcebido constataron la predominancia de acciones con características relacionadas a la corriente conservacionista de la EA en el grupo de *Protección Integral* de los recursos naturales, destacándose categorías como Estación Ecológica e Reserva Biológica. En el grupo de Uso Sustentable de los recursos naturales predominaron prácticas de EA delimitadas por una concepción pedagógica crítica, ya que fue indicada una amplia gama de agentes decidiendo sobre usos de los territorios y los matices de procesos educativos dialógicos entre servidores del ICMBio y las comunidades que constituyen las UCs; fueron protagonistas de la EA crítica las Reservas Extractivistas (RESEXs) y una Reserva de Desarrollo Sustentable (RDS). De esta forma, es comprendido que el campo de la EA compone prácticas territoriales en las UCs, analizadas con distintas formas de regulación de los recursos naturales al depender de los tipos de UCs. Sobre el agente ICMBio, independientemente del grupo o categoría de UCs, se verificó una directriz institucional para la promoción de una EA crítica. En cuanto a la especialización del campo de la EA, se demostró que las diferentes formas de territorialización del Estado, representadas en categorías de manejo, resultan en diferentes concepciones político-pedagógicas y en el desarrollo de acciones de EA como constitutivas de las territorialidades practicadas en las UCs.

**Palabras clave:** Campo social. Educación ambiental. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Macrotendencia político-pedagógica. Territorialidades.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1- Categorias de UCs definidas na Lei N.9985/2000.....	46
Figura 1- Localização das UCs federais.....	48
Figura 2 - Localização das UCs que foram contactadas para participar da pesquisa. .....	67
Figura 3 - Localização das UCs participantes da pesquisa agrupadas em PI e US.. .....	69
Figura 4 - Localização das UCs participantes identificadas por categorias.....	70
Figura 5 - Distribuição geográfica das UCs relacionando-as ao desenvolvimento das ações de EA por período.....	72
Gráfico 1- Motivos pelos quais as UCs não desenvolvem ações de EA..	74
Gráfico 2 - Motivos pelos quais os servidores não participam de capacitação em EA.. .....	81
Figura 6 - UCs federais e os biomas brasileiros.....	87
Gráfico 3 – Objetivos estratégicos do ICMBio impactados com as ações de EA. ....	92
Figura 7 – Nuvem de palavras com as atividades desenvolvidas nas ações de EA . .....	94
Figura 8 – Nuvem de palavras do público envolvido nas ações de EA..	98
Figura 9 - Nuvem de palavra com o referencial teórico das ações de EA.....	99
Gráfico 4 –Origem do referencial teórico utilizado para orientar as ações de EA.....	101
Figura 10 - Frequência de palavras obtidas da opção “Outros” temas.....	102
Gráfico 5 - Intensidade de temas abordados nas ações de EA desenvolvidas pelas UCs. ....	103
Quadro 2 - Características das macrotendências da EA. Fonte: Adaptado de ICMBio (2016).....	105
Quadro 3 – Questão 20 do questionário. Fonte:.....	106
Gráfico 6 – Percentual de respostas das UCs referentes à características das ações de EA vinculadas as macrotendências político-pedagógica.....	107

Gráfico 7– Percentual de características vinculadas a macro Tendência político-pedagógica conservacionista. ....	107
Gráfico 8– Percentual de características vinculadas a macro Tendência político-pedagógica pragmática. ....	108
Gráfico 9– Percentual de características vinculadas a macro Tendência político-pedagógica crítica. ....	109
Gráfico 10-Macro Tendências político-pedagógicas da EA presentes no grupo de PI. ....	110
Gráfico 11 -Macro Tendências político-pedagógicas da EA presentes no grupo de US. ....	110
Gráfico 12 - Direcionamento percentual das macro Tendências político-pedagógicas da EA nas ESECs. ....	111
Gráfico 13 - Direcionamento percentual das macro Tendências político-pedagógicas da EA nas REBIOS. ....	111
Gráfico 14 - Direcionamento percentual das macro Tendências político-pedagógicas da EA nas PARNAs. ....	112
Gráfico 15 - Direcionamento percentual das macro Tendências político-pedagógicas da EA nas REVIS. ....	112
Gráfico 16 - Direcionamento percentual das macro Tendências político-pedagógicas da EA nas APAs. ....	113
Gráfico 17 - Direcionamento percentual das macro Tendências político-pedagógicas da EA nas ARIEs. ....	113
Gráfico 18 - Direcionamento percentual das macro Tendências político-pedagógicas da EA nas FLONAs. ....	113
Gráfico 19 - Direcionamento percentual das macro Tendências político-pedagógicas da EA nas RESEXs. ....	114
Gráfico 20 - Direcionamento percentual das macro Tendências político-pedagógicas da EA nas RDS. ....	114
Gráfico 21- Principal intencionalidade das Ações de EA. ....	118

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade e áreas de UCs federais, exceto as RPPNs, distribuídas por categorias.....	47
Tabela 2 - Desenvolvimento de ações de EA nas UCs Federais por períodos .....	71
Tabela 3 - Instituições promotoras de capacitação em EA para servidores do ICMBio - Pré-2007 a 2017. ....	78
Tabela 4 – Quantidade de UCs e respectiva quantidade de respostas vinculadas a corrente Conservacionista.....	108
Tabela 5 – Quantidade de UCs e respectiva quantidade de respostas vinculadas a corrente Pragmática. ....	108
Tabela 6 – Quantidade de UCs e respectiva quantidade de respostas vinculadas a corrente Crítica.....	109
Tabela 7 – Forma que os conflitos são abordados nas ações de EA - Número de vezes que o tipo de abordagem aparece nas respostas .....	117

## LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
CGEAM	Coordenação Geral de Educação Ambiental do IBAMA
CGSAM	Coordenação Geral de Gestão Socioambiental e Populações Tradicionais
CIEAS	Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
COEDU	Coordenação de Educação Ambiental
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONFREM	Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas
DISAM	Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental
DISAT	Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial de UCs
EA	Educação Ambiental
ENCEA	Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação
ESEC	Estação Ecológica
FLONA	Floresta Nacional
FNMA	Fundo Nacional de Meio Ambiente
FUNATURA	ONG Fundação Pró-Natureza
GAP	Gestão Ambiental Pública
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MEC	Ministério da Educação
MINC	Ministério da Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MONA	Monumento Natural
ONG	Organização não governamental

ONU	Organização das Nações Unidas
PARNA	Parque Nacional
PI	Proteção Integral
PNAP	Plano Nacional de Áreas Protegidas
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
RAPPAM	<i>Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management</i>
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
RESEX	Reserva Extrativista
REVIS	Refúgio de Vida Silvestre
SAD	Sistema de Avaliação de Desempenho
SAMGe	Sistema de Avaliação e Monitoramento da Gestão
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação da Natureza
UICN	União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
US	Uso Sustentável



## SUMARIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>CAPITULO 1</b> .....	26
<b>O CAMPO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PRÁTICA BRASILEIRA DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA REPRESENTADA PELO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE</b> .....	26
1.1 ESTADOS E TERRITÓRIOS .....	27
1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA .....	36
1.3 O CAMPO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MACROTENDÊNCIAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS E SUAS DISCUSSÕES NAS AUTARQUIAS FEDERAIS DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA .....	50
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	57
<b>A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E SEUS AGENTES</b> .....	57
2.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL E SUA INSERÇÃO NAS UNIDADES FEDERAIS DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA ....	57
2.2 A TERRITORIALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS E A PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO PEDAGÓGICA .....	66
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	85
<b>A CONSTITUIÇÃO TERRITORIAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E SUAS PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS POR MEIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b> .....	85
3.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO TERRITÓRIOS, AGENTES, MATERIALIDADES E NORMAS .....	85
3.2 IMPLICAÇÕES ENTRE AS DIFERENTES CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A CONCEPÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS .....	93
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	121
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	129
<b>APÊNDICE 1</b> .....	138
<b>APÊNDICE 2</b> .....	145

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado tem por objetivo compreender como o campo da educação ambiental (EA) compõe as ações territoriais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) nas unidades federais de conservação da natureza (UCs). O ICMBio é a instituição representante do Estado brasileiro responsável pela gestão das UCs federais, que apresentam dentre suas diversas atribuições, o desenvolvimento de ações de EA. O recorte operacional da pesquisa compreendeu a totalidade das UCs federais que se encontravam sob gestão do ICMBio à época da coleta de dados (2016-2017).

Destaque-se que o pesquisador é também servidor público federal, ocupante do cargo de analista ambiental do ICMBio desde o ano de 2005, atuando diretamente nos diversos processos de gestão de UCs federais, isto é, produzindo uma estratégia de controle espacial que afeta as relações entre a sociedade e os territórios institucionais e que no presente trabalho, a partir das reflexões propostas por Sack (2011), compreende-se como a produção de territorialidades. Nesta qualidade de servidor, por diversos momentos envolveu-se com a questão da EA no ICMBio. Tal envolvimento sempre gerou reflexões acerca da forma, do conteúdo e da intencionalidade das ações de EA (e a produção distinta da territorialidade conforme a concepção político-pedagógica da ação educativa-territorial). Pois estas inscrevem-se numa sociedade marcada por assimetrias e desigualdades, em que a possibilidade de alternativas emancipatórias e transformadoras do ser humano, parecem ser de alguma forma cooptadas para a lógica de apropriação hegemônica do sistema de produção capitalista.

Ressalta-se, nestas experiências do autor, especialmente no ano de 2015 durante o processo de elaboração da publicação institucional intitulada *“Educação Ambiental em Unidades de Conservação: ações voltadas para comunidades escolares no contexto da gestão pública da biodiversidade. Guia informativo, orientador e inspirador”* (ICMBio, 2016). Neste contexto, integrando um grupo de trabalho (GT), composto por servidores do ICMBio e parceiros<sup>1</sup>, com a finalidade de discutir e elaborar uma referência bibliográfica que oferecesse diretrizes e

---

<sup>1</sup> Ministério do Meio Ambiente, WWF-Brasil, Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Sobre este trabalho, ver ICMBio (2016).

orientações institucionais básicas sobre o desenvolvimento de ações de EA envolvendo as UCs federais e comunidades escolares, visto a expressiva demanda com este setor específico.

Neste processo, perceberam-se algumas lacunas de informações, tanto acadêmicas quanto institucionais, sobre as ações de EA nas UCs federais. O ponto fundamental das lacunas de informações centrava-se na ausência de um diagnóstico geral, um panorama, um ponto de partida para o planejamento naquele momento, como também para ações futuras. Entendeu-se a necessidade de informações básicas e gerais, de saber onde ocorriam ações de EA nas unidades descentralizadas do ICMBio, de ter indicativos de quais os tipos de ações são desenvolvidas, de que forma essas ações são realizadas e quais seus conteúdos. Entretanto, devido a incompatibilidade de prazos para a publicação do material que estava em elaboração e o tempo necessário para realizar tal diagnóstico, decidiu-se em suprimir esta fundamental etapa naquele momento.

Esta carência de informações constituiu-se em um dos principais fatores de grande relevância na decisão de realizar a presente pesquisa de dissertação. Somando-se a isso, considerou-se o fato de que, o ICMBio, foi criado no ano de 2007 e as ações de EA encontram-se em construção. Apesar de existirem diretrizes institucionais, e uma herança da EA fundada no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), não se tem um conhecimento geral de onde e como estão ocorrendo estas ações, tampouco quais são suas concepções político-pedagógicas.

Do ponto de vista social, os resultados decorrentes dessa dissertação podem vir a contribuir para a implementação do sistema federal de UCs, seja no entendimento dos aspectos político-pedagógicos envolvidos, seja nas questões operacionais do órgão gestor. Ao evidenciar as territorialidades da EA no ICMBio, elucidar-se-ão os caminhos que estão sendo adotados na construção desses territórios, requisito indispensável para uma efetiva análise da práxis deste processo.

Das reflexões e perguntas elementares (oriundas do envolvimento na produção do *Guia informativo, orientador e inspirador*) foi configurado racionalmente um objeto de pesquisa, isto é, as territorialidades da EA nas UCs e suas intersecções com o campo da EA (BOURDIEU, 2004) (em múltiplas escalas espaciais). Concebeu-se que as ações de EA enquanto práticas territoriais são também fundamentos da produção e reprodução das UCs enquanto configuração de

um espaço geográfico controlado de forma territorial. A forma de objetivação da realidade é também decorrente da leitura de que os territórios das UCs não são processos sociais acabados, mas que justamente demandam um constante exercício do poder por parte do Estado (ICMBio). Em especial a EA configura-se como uma importante estratégia de gestão territorial e de interface com a sociedade.

Não obstante, as práticas territoriais das UCs certamente demandariam um afunilamento qualitativo, considerando os riscos e reduções das generalizações da realidade. Ciente dessa questão, mas também sabendo da carência de informações sistematizadas e analisadas sobre este objeto no ICMBio e que tais lacunas são entraves aos procedimentos propedêuticos de gestão e de concepção do papel da EA nas UCs federais, de forma intencional optou-se por elaborar um panorama geral da questão. Desta forma, reconhece-se o caráter amplo e geral da investigação ao passo que se propõe apresentar elucubrações referentes a totalidade das UCs federais.

Nesta configuração investigativa contemplou uma das questões elementares identificadas - onde as ações de EA estão/estavam ocorrendo nas unidades descentralizadas do ICMBio? Em termos informacionais e de sistematização de dados institucionais, pode inclusive servir de base para futuros estudos que se proponham a aprofundar e detalhar a questão, haja vista que nem todos os dados coletados foram explorados na presente investigação, tampouco individualizadas as informações por UCs, mas sim agrupadas por categorias e grupos de manejo. Desta forma, inúmeras possibilidades de recortes são possíveis utilizando-se da base de dados construída nesta pesquisa.

Especialmente é observado nos capítulos dois e três as territorialidades da EA e seus respectivos conteúdos teórico-metodológicos associados com as categorias das UC. Nesse arranjo elaborou-se a hipótese que as diferentes categorias de UCs, formatadas na norma, tendem a objetivar diferentes práticas de gestão e manutenção do território de conservação da natureza.

Desse modo, para viabilizar tal investigação adotou-se os seguintes procedimentos de pesquisa: selecionar, sistematizar e relacionar referenciais teóricos que fossem capazes de contribuir no entendimento dos dados empíricos coletados junto as UCs. Para a coleta de dados, optou-se em realizar a aplicação de um questionário para todas as 324 UCs federais instituídas à época da elaboração do projeto de pesquisa.

Para aumentar a possibilidade de se obter um número expressivo de respostas, ou seja, das UCs participarem da pesquisa, foi solicitado o apoio do ICMBio Sede no envio e divulgação do questionário, o qual prontamente aceitou a prestar o apoio, como também na construção do questionário. Assim, a elaboração do questionário foi compartilhada com técnicos do ICMBio Sede, em específico da, à época, Coordenação de Educação Ambiental (COEDU), da Coordenação Geral de Gestão Socioambiental e Populações Tradicionais (CGSAM) e da Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial de UCs (DISAT).

O questionário (APÊNDICE 01) foi pensado para coletar informações junto as UCs que possibilitasse construir o panorama das ações de EA e estruturado em duas partes principais. Uma primeira parte voltada para fornecer informações sobre a UC, como nome, grupo, categoria de manejo e desta forma ser possível localizá-las geograficamente no território nacional e espacializar parte dos dados. Uma segunda parte contemplou questões vinculadas ao tipo de ação, temas, agentes envolvidos e as características principais das práticas de EA

Após algumas rodadas via correio eletrônico, de uma minuta de questionário, e depois de várias contribuições e sugestões, chegou-se a uma versão final com 26 questões, predominantemente objetivas e de múltipla escolha. O questionário foi inserido na plataforma digital *on-line* gratuita *Google Docs* e enviado via correio eletrônico para um pequeno grupo de servidores do ICMBio e para acadêmicos integrantes do Programa de Pós-graduação em Geografia da UEPG em caráter de teste. Após alguns ajustes na ferramenta digital de coleta de dados o *link* de acesso ao questionário foi enviado, via correio eletrônico, pela DISAT/ICMBio para uma lista com todos os servidores do ICMBio.

É de conhecimento institucional do ICMBio a baixa participação das UCs em pesquisas via formulários *on-line*. Essa realidade muito se deve ao número reduzido de servidores e a grande quantidade de formulários de pesquisa que as UCs recebem cotidianamente, seja institucional, de Organizações Não Governamentais (ONGs) ou de Universidades. Para superar tal limitação, foi necessário uma campanha de solicitação de apoio das UCs para participarem da pesquisa. Além do primeiro envio do questionário, ocorreram novos envios reiterando o pedido e por fim ligações telefônicas diretamente para as UCs solicitando o apoio da participação na pesquisa.

O questionário ficou *on-line* do mês de novembro de 2016 ao mês de setembro de 2017. Com este esforço na coleta de dados foi possível obter uma elevada taxa de participação das UCs - 254 UCs, distribuídas em todo território nacional, com 254 questionários respondidos de um total de 324 UCs federais consideradas à época, o que correspondeu à 78,4% de participação.

Encerrada a coleta de dados, iniciou-se o primeiro tratamento e sistematização dos dados, excluindo os questionários testes e/ou em duplicidade. Neste momento foram gerados alguns gráficos na própria plataforma *Google Docs* quantificando as respostas obtidas. Entretanto, com a intenção de não reduzir os dados coletados aos números de suas contagens, mas de também trabalhar os dados de forma qualitativa e visual, outras estratégias de organização e apresentação dos dados foram adotadas. Desta forma, conjuntamente aos gráficos, quadros e tabelas convencionais, foram elaborados também cartogramas, gráficos de radar e nuvens de palavras, privilegiando as informações visuais.

Buscou-se ampliar as possibilidades analíticas, orientando-as de forma articulada para as questões da pesquisa. Consideraram-se também as dificuldades em analisar dados referentes a processos sociais, devido sua complexidade e dinamismo. Assim, procurou-se trabalhar de forma integrada, as análises quantitativas relacionadas à contagem e mensuração de ocorrências e qualitativas, envolvendo percepções e representações proporcionadas e facilitadas pela informação visual resultante das diferentes técnicas utilizadas.

A elaboração e produção dos cartogramas, por se tratar de um assunto técnico especializado, contou com o apoio técnico do ICMBio de Ponta Grossa/PR, visto a experiência profissional com este tipo de recurso. Utilizando-se do software *ArcGis 10.1*, como ferramenta de espacialização dos dados. Inicialmente, a partir do arquivo digital (*shapefile*) dos polígonos de todas as UCs federais, disponível gratuitamente para *download* no sítio do ICMBio<sup>2</sup>, através da ferramenta *feature to point*, foi gerado automaticamente um novo arquivo digital contendo um ponto central para cada UC.

A decisão de trabalhar com pontos centrais das UCs e não com seus polígonos representando suas áreas, foi devido a dois principais problemas: a existência de polígonos muito pequenos que ficariam invisíveis na escala adotada e

---

<sup>2</sup><http://www.icmbio.gov.br/portal/geoprocessamento/51-menu-servicos/4004-downloads-mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-uc-s> . Acesso em: 10 mar. 2018.

a existência de UCs composta por mais de um polígono. Os pontos do novo arquivo guardaram as informações das UCs que lhes deram origem. Essas informações são apresentadas e podem ser trabalhadas através da “tabela de atributos”. Nesta tabela cada linha corresponde a um registro, neste caso uma UC, e as colunas correspondem aos atributos.

Alguns atributos foram trazidos do arquivo de origem, tais como, nome da UC, categoria, bioma, UF, grupo, entre outras. A esses atributos foram associados outros, necessários aos propósitos da pesquisa. Para este procedimento utilizou-se questões objetivas. A base cartográfica utilizada foi obtida através do sítio eletrônico do IBGE<sup>3</sup>, em projeção geográfica, *datum* SIRGAS2000. A partir desse tratamento inicial foi possível gerar diversos cartogramas que auxiliaram na sistematização e apresentação dos dados ao longo dos capítulos 2 e 3.

As nuvens de palavras, também conhecida como *word cloud* ou *tag cloud*, foram geradas a partir da ferramenta disponível gratuitamente no sítio eletrônico [www.wordclouds.com](http://www.wordclouds.com). Trata-se de uma técnica de visualização de informações de forma fácil e dinâmica. Insere-se uma lista de palavras ou um texto e a ferramenta faz a contagem automática do número de vezes que as palavras aparecem, resultando em uma imagem com palavras de tamanhos variados, conforme sua frequência. Quanto mais citada determinada palavras maior será o seu tamanho e destaque na imagem gerada. Assim, a escolha dessa técnica se deu para visualizar o resultado de questões como o tipo da ação e o referencial teórico orientador da ação.

O gráfico de radar permite visualizar e estabelecer um comparativo de proximidade ou distanciamento entre três ou mais categorias de análise. É representado dando uma forma poligonal a partir da relação mensurada para cada categoria. Desta forma a escolha por este tipo de gráfico foi efetuada tendo em vista a informação visual das conexões presentes entre as categorias analisadas – macrotendências político-pedagógicas da EA: conservacionista, pragmática e crítica.

Através deste instrumental para sistematizar e visualizar os dados coletados nesta pesquisa e utilizando-se da perspectiva de campo social de Pierre Bourdieu (1930-2002) procurou-se evidenciar que as territorialidades da EA não são homogêneas. Apesar de muitas vezes representar esse falso consenso, ou seja, de

---

<sup>3</sup>[ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/malhas\\_territoriais/malhas\\_municipais/municipio\\_2015](ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_municipais/municipio_2015) Acesso em: 10 mar. 2018.

um fenômeno unívoco, quando analisado na perspectiva de campo, as diferenças tornam-se visíveis. As distintas posições das territorialidades no interior do campo carregam forma e conteúdo que as legitimam ou deslegitimam na disputa e/ou na conservação da hegemonia do campo. A posição hegemônica tende a definir as regras do campo, bem como quem é legítimo ou não para participar.

No caso das ações de EA nas UCs, se expressa o entendimento de como os recursos naturais são apropriados em nossa sociedade, seja em sua forma material ou simbólica. Como a questão ambiental é apreendida e se assenta em nossa sociedade, como é construída sua narrativa e quais os interlocutores legítimos, são partes integrantes das propriedades do(s) campo(s). A pesquisa teve a intenção de evidenciar que as UCs são *loci* de conservação dos recursos naturais, mas também *loci* de conflitos socioambientais no exercício de suas territorialidades.

As territorialidades das práticas de EA por sua vez expressam justamente estas disputas no interior do campo, por isso a relevância e pertinência em utilizar-se destes conceitos e noções ao analisar a formulação e desenvolvimento de políticas públicas geradas no seio do Estado. Além disso, as territorialidades desvelam as múltiplas formas de controle social sobre determinada área geográfica.

As UCs por se tratar de políticas públicas, através do exercício do poder do Estado, influenciam nos rumos e na conformação dos territórios de acordo com suas territorialidades, a depender da forma, da estratégia, da intencionalidade, de como estas agem, de como se relacionam e como se expressam com a sociedade. Ou seja, a forma e o conteúdo das ações de EA desenvolvidas pelas UCs direcionam e influenciam a relação: Estado, sociedade e natureza. Não obstante, há de se reconhecer a complexidade epistemológica que envolve a discussão conceitual e política dos termos “natureza” e “ambiente”. Mas a partir da constatação que o fulcro dos conflitos territoriais (MADEIRA et al, 2015) inerentes as UCs são questões atinentes ao controle e uso do espaço é que no presente trabalho as questões de natureza e ambiente são recortadas pela discussão de “recursos naturais”.

Dentro dessa construção de entendimentos, de como o campo da EA compõe as ações territoriais nas UCs federais, formulou-se três objetivos específicos, que concatenados visam atender a questão central da dissertação: 1) Relacionar as práticas territoriais e normativas de conservação da natureza no Estado brasileiro com campo da EA no ICMBio; 2) Articular as ações da EA no



ICMBio com a política de capacitação de seus servidores e 3) Identificar as principais ações de EA conforme as diferentes espacialidades e categorias de UCs.

Para atender estes objetivos a dissertação foi organizada em três capítulos inter-relacionados, avançando gradativamente do geral para o específico e das reflexões teóricas e conceituais para as análises do empírico (com foco interpretativo no movimento e nos processos de contradição e disputas inerentes a constituição do campo e das práticas de EA articuladas pelo ICMBio). O capítulo 1 tem como eixo central abordar a relação das práticas territoriais e normativas de conservação da natureza no Estado brasileiro com o campo da EA no ICMBio. Está dividido em dois subcapítulos. O subcapítulo 1.1 destina-se a discutir dois principais temas, de caráter introdutório e de contextualização: Estado e território.

Decidiu-se iniciar a dissertação com uma sutil genealogia das UCs, ou seja, situar no tempo os embates e agentes envolvidos com a constituição dessa estratégia de gestão política dos recursos naturais. Analisaram-se as UCs na ótica do conceito geográfico de território, alargando a compreensão para suas dimensões material e imaterial, concreta e simbólica. Todavia, esses territórios são permeados de relações de poder e conflitos. São resultados da execução de políticas públicas e estas por sua vez originam-se mediante a intervenção espacial do Estado em termos de controle social. Por isso entendeu-se a necessidade e pertinência em contextualizar o processo histórico e geográfico de constituição do Estado Moderno no mundo ocidental, sua “origem”, finalidades e concepções teóricas, como também de que forma este processo se deu no Brasil.

Na sequência, o subcapítulo 1.2 aborda como as políticas públicas são geradas no seio do Estado. Especificamente as políticas públicas de conservação da natureza, as quais estabelecem a materialidade necessária para a instituição das UCs. Entretanto, buscou-se entender as políticas públicas como um campo de disputas entre as forças que compõe o Estado na concepção *gramsciana*: sociedade política e a sociedade civil. Superando a visão hegemonicamente ecológica, normativa e estética das UCs. São destacados episódios recorrentemente citados na literatura especializada para evidenciar de como esta política pública foi forjada nas esferas supranacionais, especialmente a Organização das Nações Unidas (ONU) através das ações promovidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e suas repercussões no Estado brasileiro.

Por fim, encerra-se com o subcapítulo 1.3 apresentado a EA como territorialidade das UCs na perspectiva de campo social de Pierre Bourdieu (1930-2002). Dentro deste campo evidenciaram-se as macrotendências político-pedagógicas da EA brasileira e suas discussões nas autarquias federais de conservação da natureza. Buscou-se trazer desta forma, como a EA instituiu-se no serviço público federal de meio ambiente.

Após esta contextualização histórica e conceitual em que a EA está inserida, no capítulo 2 trata-se de como esta política se desenvolve no ICMBio e quais são os agentes envolvidos. O capítulo está dividido em duas partes, a primeira traz uma interpretação da institucionalização da EA no Brasil e sua inserção nas UCs federais. Mostra a EA surgindo no cenário internacional e como foi recebida no Brasil, os marcos legais e sua consolidação como política pública.

Na segunda parte (2.2) é apresentada a territorialização das ações de EA nas UCs federais através da espacialização de alguns dos dados coletados. É iniciada as análises dos dados empíricos referentes ao desenvolvimento ou não de ações de EA pelas UCs analisadas e a capacitação dos servidores do ICMBio em EA. É apresentado onde ocorrem ou ocorriam ações de EA nas UCs federais analisadas, os motivos pelos quais não são desenvolvidas ações de EA e aspectos relacionados a quantidade de servidores participantes em cursos de capacitação, como também os motivos pelos quais os servidores não participam.

Identificadas as UCs que desenvolvem ações de EA, no capítulo 3 discorre-se sobre a constituição territorial das UCs e suas práticas de conservação dos recursos naturais por meio da EA. As ações de EA são analisadas neste capítulo de forma quanti-qualitativa procurando apreender o conteúdo e intencionalidade das ações. No subcapítulo 3.1 é apresentado o ICMBio como instituição representante do Estado brasileiro responsável por executar as políticas públicas de gestão de UCs, onde são promovidas as ações de EA. Nesta apresentação é destacada como o ICMBio se organiza estruturalmente com suas diversas territorialidades.

No subcapítulo 3.2 é abordado a forma e o conteúdo das ações de EA desenvolvidas pelas UCs federais analisadas na pesquisa. Buscou-se compreender as implicações entre as diferentes categorias de UCs e a concepção político pedagógica das ações desenvolvidas. Fechando-se assim, o panorama geral da EA nas UCs federais contemplando “onde” e “como” essas ações são desenvolvidas.

Nesse íterim, na introdução em tela apresentaram-se as justificativas do trabalho, a posição do investigador no campo de reflexão, os questionamentos (como forma de objetivação da realidade social), as técnicas de pesquisas empreendidas na investigação (e organização dos dados), as fontes de informações recorridas e a estrutura interna do texto com suas respectivas conexões. Ao final nas considerações finais, os questionamentos iniciais do trabalho articulam-se com uma síntese dos dados e as reflexões provenientes dos capítulos individuais.

## **CAPITULO 1**

### **O CAMPO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PRÁTICA BRASILEIRA DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA REPRESENTADA PELO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

As Unidades de Conservação da Natureza (UCs) no Brasil, tanto de esfera federal, como estadual e municipal, têm sido palco de diversos conflitos decorrentes de interesses distintos, no que tange ao acesso e ao uso dos recursos naturais, muitas vezes entendidas como ameaças à propriedade privada. Como exemplos desses conflitos pode-se citar a sobreposição de normas com outros territórios também protegidos como terras indígenas e quilombolas, o grande passivo na regularização fundiária das UCs, além de uma forte pressão parlamentar em defesa de interesses pontuais, que requerem a desafetação de UCs ou a mudança de categoria para menos restritivas<sup>4</sup>.

A baixa implementação das UCs brasileiras aliada a uma participação social ainda incipiente contribuem para o não entendimento e, em muitos casos, a recusa deste tipo de política pública. Entretanto, é fundamental situar a problemática ambiental em um contexto sócio histórico marcado por desigualdades sociais e assimetrias na relação de acesso e de uso dos recursos naturais. Dar visibilidade aos benefícios e aos custos desta apropriação é reconhecer a necessidade de intervenção do Estado para garantir e assegurar a proteção dos recursos naturais, bens de uso comum, visando o acesso e uso de forma mais democrática.

Nesse sentido, ressalta-se neste primeiro capítulo a pertinência de entendermos este fenômeno na ótica de uma política pública e esta dentro de um campo de disputas. Para tanto, faz-se necessário compreendermos o que é o Estado, onde estas políticas públicas são geradas, superando a visão hegemonicamente ecológica, normativa e estética das UCs, visto que estes territórios, nesta perspectiva, são resultados do movimento constante das forças sociais expressando contradições. Para tal, inicialmente será abordado o Estado, sua conformação como território e as ações de conservação da natureza como política pública. Posteriormente será apresentada a educação ambiental na

---

<sup>4</sup>As categorias de Unidades de Conservação no Brasil e suas modalidades de manejo foram estabelecidas pela Lei 9.985/2000 e serão abordadas no decorrer do texto. De modo geral, dividem-se conforme o uso dos recursos naturais em proteção integral (uso indireto - mais restritivas) e em uso sustentável (uso direto - menos restritivas).

perspectiva de um campo (BOURDIEU, 2004), materializando-se através das macrotendências político-pedagógicas e suas discussões nas autarquias federais de conservação da natureza.

## 1.1 ESTADOS E TERRITÓRIOS

A Europa dos séculos XVI e XVII foi marcada por importantes transformações nas estruturas econômicas e de organização social, que culminaram com o surgimento dos Estados modernos. A modernidade apresenta como contexto a superação do jusnaturalismo, o dualismo passado-presente, a destradicionalização, o questionamento ao teocentrismo e o surgimento da ideia do “indivíduo”, criando assim, as bases que proporcionaram as condições para o desenvolvimento capitalista (COSTA, 2006).

Segundo Costa (2006, p. 25), “pensar a sociedade e a organização das regras que regulamentam a convivência social exige a discussão sobre o Estado”. Conhecer sua origem, finalidade e atuação, nos traz elementos para compreendermos as relações conflituosas ou não, na sociedade contemporânea. De acordo com a autora, os questionamentos sobre o papel e a função do Estado são antigos e diferentes respostas foram formuladas para esclarecê-los; dentre elas, a teoria que explica o Estado a partir da vontade dos indivíduos objetivando a proteção comum através de um pacto ou contrato social.

Esta teoria, conhecida como contratualismo, apresenta como autores clássicos Tomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)<sup>5</sup>. Cada qual em seu tempo, observadas suas diferenças, desenvolveram estudos em torno do contrato social firmado entre os indivíduos e o Estado objetivando garantir paz e segurança à coletividade.

Na dinâmica do pensamento europeu sobre as transformações e a organização da sociedade, aliada ao desenvolvimento do capitalismo como organização hegemônica, outras concepções foram formuladas para explicar o Estado moderno. A concepção materialista histórica e dialética do Estado afasta-se das concepções contratualistas, elabora a crítica ao idealismo *hegeliano* e dá outro

---

<sup>5</sup> Para um aprofundamento neste tema ver HOBBS (2003; 2006), LOCKE (2001) e ROUSSEAU (1978).

rumo ao entendimento acerca da origem e da função do Estado moderno. Este rumo vincula-se a uma análise voltada às relações sociais no interior de uma sociedade desigual e organizada em classes – classe dominante e classe dominada.

Para Marx e Engels (1991) e Marx (1984a), os homens, para fazer história, necessitam primeiramente estar em condições de viver e para isso é necessário comer, beber, vestir-se, morar, etc. Ou seja, a produção da própria vida material deve estar assegurada. Após satisfazer essa primeira necessidade surgem novas necessidades, assim a produção da própria vida (através do trabalho) como da procriação, apresenta-se com uma dupla relação: natural e social.

Segundo os autores, somente após superadas essas premissas é que emerge a consciência humana, como um produto social e dá-se origem à divisão do trabalho. De acordo com Marx:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 1984a, p. 47).

De acordo com essa teoria, as lutas no seio do Estado, são apenas formas ilusórias que encobrem as lutas efetivas das diferentes classes sociais. Essa relação contraditória é mais fácil de ser percebida em algumas políticas públicas, como exemplo, a política econômica, a agrária, a de moradia, do que em outras como a política pública de meio ambiente. Todavia, nesta última, é necessário compreender que não são as relações ecológicas, estéticas ou normativas que a determinam.

Deste modo, para Marx e Engels (1991), o Estado é a forma de organização que os indivíduos de uma determinada classe dominante constituíram para garantir suas propriedades e seus interesses, internos e externos, e na qual se resume toda a sociedade civil.

A partir da teoria marxista, o italiano Antonio Gramsci (1891-1937) amplia esta concepção de Estado, colocando a sociedade civil, juntamente com a

sociedade política, como elementos fundantes do Estado moderno (COUTINHO, 2007).

De acordo com Coutinho (2007, p. 121), na teoria ampliada do Estado *gramsciano*, a sociedade civil é entendida como “portadora material da figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre a infra-estrutura econômica e o Estado em sentido restrito”. Para o autor, Marx e Engels, identificaram o Estado com o conjunto de seus aparelhos repressivos e afirmaram o caráter de classe de todo fenômeno estatal.

A gênese do Estado reside na divisão da sociedade em classes, razão por que ele só existe *quando* e *enquanto* existir essa divisão (que decorre, por sua vez, das relações sociais de produção); e a *função* do Estado é precisamente a de conservar e reproduzir tal divisão, garantindo assim que os interesses comuns de uma classe particular se imponham como o interesse geral da sociedade. (COUTINHO, 2007, p. 123-124, grifos do autor).

Nesse sentido, o Estado ampliado *gramsciano* é composto pela sociedade política, que pode ser entendida como o Estado em sentido estrito ou Estado coerção, e a sociedade civil, representada pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, como o sistema escolar, igrejas, imprensa, etc. Assim, a sociedade civil e a sociedade política apresentam distinções estruturais e funcionais e são autônomas. Todavia, apresentam um momento unitário, se concretizando na forma do Estado (COUTINHO, 2007).

Os Estados-nação se organizaram em defesa da propriedade privada dos meios de produção e se desenvolveram dentro de um sistema capitalista, onde a extração do lucro condiciona uma sobre-exploração dos recursos naturais, conforme a abundância e disponibilidade desses em cada nação, gerando impactos negativos ao meio ambiente. Ademais, estabeleceu-se uma relação contraditória no que tange o acesso e o uso dos recursos em foco, na medida em que seus benefícios, transformados em mercadoria, são individualizados e privados, e os prejuízos são coletivizados e socializados com a população de forma geral.

Este fenômeno, no Brasil, instituiu-se como resultado da lógica expansionista mercantil europeia, na busca de novos mercados e novas fontes de matéria prima, reproduzindo um padrão societário de dominação sobre os povos das novas terras e de exploração dos recursos naturais. As terras dos tupiniquins, que depois vieram se chamar Brasil, foram invadidas pelos portugueses, que

encontraram além de belíssimas paisagens naturais, um clima quente, solos férteis, abundância de recursos naturais e uma população indígena local frágil e vulnerável ao seu poder. Apresentavam, portanto, condições favoráveis ao estabelecimento de uma colônia de exploração.

Inicialmente o Brasil se apresentava, em termos de economia, como um país eminentemente agrícola baseado na exploração da terra (lavoura e extração de recursos naturais); no aspecto político vivia em um clima de dependência com a metrópole; e, no aspecto social, tinha inúmeras demandas – tanto das classes dominantes quanto das menos favorecidas – não atendidas pelo reino de Portugal (FERNANDES, 1976).

Na transição das formas econômicas coloniais para um sistema capitalista cada vez mais globalizado, mantiveram-se a escravidão e a dominação senhorial. De acordo com Fernandes (1976), o estamento e as elites ficaram cegos neste caminho, devido à suas ambições, estilo de vida e uma ideologia crescente inadequada à nova ordem que se instituíra.

Ainda em Fernandes (1976), imbuída dessas contradições, a economia urbana comercial nascia no novo sistema capitalista. Porém, o mercado fora organizado para impedir qualquer crescimento que não fosse compatível com a colônia. A política portuguesa só tentou renovar-se tardiamente. Propunha-se o progresso econômico em termos senhoriais, fazendo prevalecer os interesses da lavoura e a exportação como fonte de riqueza do país, não adaptando-se as tendências de uma economia capitalista aos requisitos de uma integração nacional e inibindo a mercantilização universal do trabalho, necessário ao sistema capitalista competitivo, pois esta era ocasional e marginal, resistindo a transformar-se numa relação formal e desejável na nova ordem. O que era mercadoria era o escravo e não o trabalho escravo. Desta forma, apresentava também obstáculos no entendimento e dinamização do trabalho livre (FERNANDES, 1976).

A descolonização inicial foi mínima, graças à resistência do sistema escravocrata, que bloqueou econômica e politicamente a formação das classes sociais. O trabalho livre foi submetido ao longo da formação da ordem social competitiva a uma marginalização, negando-lhe condições e solidariedade estamental no antigo regime escravocrata e negando-lhe condições e solidariedade de classes sob o novo regime de classes (FERNANDES, 1976).



Essa incursão nas transformações das relações trabalho-capital no Brasil nos permite relacionar que o antigo senhor rural escravocrata se converteu no atual empresário rural do agronegócio dentro de um processo absolutamente conservador. Ou seja, mudou a forma (trabalho escravo convertido em trabalho livre) sem mudar a estrutura produtiva pautada no latifúndio agroexportador. O uso, seja da terra ou do trabalhador, tem o caráter instrumental de favorecer a acumulação crescente do capital. Consequentemente, qualquer restrição ao seu uso é conflituosa.

Neste imbróglio e sob esta herança é que se situam as políticas públicas de proteção do meio ambiente. Vale destacar que o Estado brasileiro, fundado a partir de assimetrias de poder exemplificadas pela relação capital-trabalho (nesse caso, latifúndios e trabalhadores) instituiu um significativo sistema de áreas naturais protegidas que abrange atualmente quase 10% do território nacional. Mediante esta contradição surge uma importante questão, de entendermos como isso é possível frente a essa correlação de forças.

As UCs como principais representantes das áreas naturais protegidas no Brasil, consolidaram-se através de uma política pública e operam especificamente no ordenamento do acesso e do uso dos recursos naturais, acompanhando uma prática mundial. Essas normas globais, induzidas por mecanismos supranacionais, ao serem colocadas em prática pelos países signatários, revelam relações sociais mediadas por interesses, conflitos e relações de poder.

Essas relações podem ser analisadas desde que identificadas e evidenciadas no processo histórico que as constituíram, ou simplesmente omitidas ou subvalorizadas, a depender da perspectiva política ideológica envolvida na construção e explicação desta realidade. Exemplo desta situação é a gritante omissão na literatura especializada que, quando apresenta o “primeiro parque nacional do mundo” – *Yellowstone Nacional Park*, nos Estados Unidos, desconsidera as populações tradicionais indígenas que habitavam o local e que foram expulsas para forjar e representar um ambiente selvagem.

Segundo Kemf (1993), no entanto, o primeiro parque nacional do mundo, Yellowstone, não foi criado em uma região vazia, em 1872, mas em território dos índios Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock. Uma subtribo dos Shoshone vivia durante todo o ano dentro dos limites atuais do parque. Ainda segundo a autora, esses índios, descritos como "selvagens, demônios vermelhos, comedores de búfalos, de salmão e de tubérculos",

não deixaram a área do parque espontaneamente como sugere Aubrey Haines. É importante também observar que pesquisas em sítios arqueológicos de sepulturas em Yellowstone, com mais de 1.000 anos na Cidade Perdida de Sierra Nevada, em Colômbia do Norte, nos Estados Unidos, demonstram uma intensa atividade humana em áreas que depois se transformaram em parques nacionais (McNeely, 1993). (DIEGUES, 2001, p. 27).

Nesse sentido, o conceito geográfico de território mostra-se como uma importante referência para analisar as UCs, auxiliando na tarefa de investigação e compreensão de políticas públicas estatais direcionadas para a proteção dos recursos naturais<sup>6</sup>. Todavia, Riceto e Silva (2008) alertam que o conceito de território apresenta uma pluralidade de definições, uma polissemia do uso do termo, palco de grandes debates e discussões, além de ser utilizado em diversas áreas do conhecimento. Daí deriva a pertinência de apresentar nas abordagens que utilizam este conceito, a sua linha de interpretação. Nessa pesquisa, território foi relacionado com três elementos centrais: poder, materialidade e imaterialidade, que serão discutidos a seguir.

Segundo Souza (2000, p. 78), o território “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Este poder pode ser percebido tanto na mediação das relações assimétricas em termos de política de Estado, quanto numa perspectiva relacional, exercendo-se na configuração de múltiplas territorialidades em diferentes escalas. Nesta mesma linha, Haesbaert (2004, p. 01) acrescenta que território “em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”.

Raffestin (1993, p. 143) aponta para a relação entre território e espaço e alerta para a necessidade de distinção entre estes conceitos/noções. Orienta que é essencial a compreensão que o espaço é anterior ao território: “território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator

---

<sup>6</sup>O autor vem formulando análises envolvendo os conceitos e noções de território, territorialidade, UCs e EA desde o início do curso de Mestrado, no âmbito das disciplinas cursadas. Com objetivos diferenciados partes das reflexões teóricas deste capítulo foram publicadas nos Anais do VIII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – SAPIs e III Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – ELAPIS, (FERLA *et al*, 2017) realizado no período de 18 a 21 de outubro de 2017 na Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ. Parte-se da ideia que a ciência é também um campo social de debates, críticas e colaborações, desse modo a apresentação do trabalho no referido evento permitiu diálogos e contribuições de outros pesquisadores e que foram acrescentadas no texto de dissertação em tela.

que realiza um programa) em qualquer nível”. Nesta perspectiva, ao agir sobre um determinado espaço, de forma concreta e material ou simbólica e imaterial, acaba-se por territorializar este espaço. O território “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Bernardo Mançano Fernandes, ao analisar a questão agrária, a qual apresenta algumas correlações e características semelhantes aos conflitos socioambientais manifestados nos territórios em que as UCs estão inseridas, entende que

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. [...] é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades *composicionais* e *completivas* dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade. (FERNANDES, 2005, p.27 – grifos do autor).

Para Milton Santos (1999, p .02) o território “é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Assim, o território deve ser entendido como “território usado” e não o território em si, pois este, de forma mais ampla, compreende o “chão mais a identidade”. Esta perspectiva conceitual também contempla as dimensões material e imaterial para o território, pois o define tanto como o lugar da residência, das trocas materiais, como do espiritual, do pertencimento e do exercício da vida.

Há uma dimensão que vai além da delimitação politicamente estabelecida para uma UC, pois se é definida politicamente, em sua origem já extrapola a dimensão material. Os limites e as normas estão previstos no ato do poder público e podem ser confrontados em campo, na área objeto da intervenção, mas são resultado das relações sócio-históricas que os constituíram. Ou seja, é importante

compreender que território não é restrito às relações sociais nem à dimensão física. Ele é “ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”” (HAESBAERT, 2004, p. 03).

Assim, pode-se entender que uma unidade territorial transcende limites políticos ou engloba vários territórios, pois não é a delimitação geográfica oficial firmada pelo poder público que a determina. Por este motivo, análises de UCs, quando restritas aos seus limites físicos, somente em sua dimensão material e concreta, apresentam falhas e limitações. Como também, quando restritas aos elementos físicos, biológicos e normativos, acabam por encobrir uma parte da realidade concreta que as constitui. Ou seja, podem omitir que são invenções humanas para dar conta de seus problemas e necessidades – significados e funcionalidades. Exemplo corriqueiro nas UCs é o caso de populações tradicionais cujas residências ficaram “fora” dos limites da UC no ato de sua criação, mas que exercem tradicionalmente suas territorialidades, seja de extrativismo ou de cunho espiritual/imaterial, “dentro” dos limites instituídos pelo poder público para formar o território da UC, apresentando assim, implicações funcionais e simbólicas.

Neste momento, é pertinente trazer o entendimento de territorialidades que está sendo adotado nesta pesquisa para análise das UCs. Sack (2011) apresenta a territorialidade como uma expressão geográfica primária de poder social, elucidando as relações entre sociedade, espaço e tempo a partir das relações históricas. Conforme este autor, a territorialidade cobre uma larga extensão de atividades, como as cotidianas, mas o importante nesta compreensão é entender o que a territorialidade faz. Uma coisa é definir territorialidade claramente e conceitualmente, outra coisa é ter o nosso entendimento desses fenômenos e suas inter-relações aprofundadas ao examiná-los como territórios.

A territorialidade seria desta forma, como uma tentativa, por indivíduo ou grupos, de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica. Obviamente, nas UCs, por se tratar de política pública, o Estado tem um papel preponderante nesta relação, mas a existência ou não de coesão, articulação e ações qualificadas dos agentes sociais envolvidos na composição desses territórios determina os rumos e a implementação de tais políticas. Além disso, cabe destaque ao papel das instituições públicas, visto que em última análise são as executoras das políticas públicas,

portanto a forma como estas agem, como se relacionam e como se expressam na sociedade, ou seja, a expressão de suas territorialidades também influencia os rumos e a conformação do território.

As UCs, ao serem instituídas pelo poder público, implicam numa nova forma de compor tais territórios. Nesta racionalidade moderna, estas ações podem ser entendidas também como territorialidades, porém em outra escala – territorialidades do Estado, ou seja, a forma como o Estado se relaciona no exercício do poder visando ao controle de determinado território. Essas territorialidades são justificadas e legitimadas pela defesa do bem comum, da coletividade, do direito difuso, da conservação dos recursos naturais, do cumprimento de metas firmadas em acordos internacionais, dentre outras, e assim, impõem-se, através de normas e regras, de forma legítima e no limite através da força do Estado, restrições ao acesso e ao uso dos recursos naturais.

Configuram-se, neste processo, novas territorialidades na produção desses espaços, seja na pretensão do agronegócio em expandir suas fronteiras dentro da lógica capitalista, avançando sobre novas áreas naturais, seja no uso e práticas tradicionalmente utilizadas por populações ribeirinhas, quilombolas ou extrativistas, por exemplo. Se, por um lado, o próprio Estado, composto pela sociedade civil e pela sociedade política, provoca, através da implantação de políticas públicas de conservação da natureza, o surgimento de um novo território, dentro de uma nova lógica - UC, desterritorializando empresas do agronegócio ou populações tradicionais, por outro lado, esses agentes envolvidos se reterritorializam numa nova conformação espacial, quer seja de submissão ou de resistência. Neste contexto, pode-se evocar a perspectiva de Haesbaert (2011) sobre processos de desterritorialização e reterritorialização<sup>7</sup>.

Ao criar território, cria-se também lugar; e é necessário esforço constante para mantê-los (SACK, 2011). Na constituição de uma UC, diversas territorialidades são empregadas pelo Estado, denominadas “gestão” e “manejo” da área interessada. O estabelecimento de um zoneamento e ações como regulação, controle, proteção, monitoramento, pesquisa científica, manejo do uso, gestão

---

<sup>7</sup> Para um aprofundamento ver: HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6 ed. 2011. 396 p.

participativa e educação ambiental são algumas formas de expressão dessas territorialidades.

## 1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

O Art. 225 da Constituição Federal de 1988 assegura que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”, e sendo este um “bem de uso comum do povo”. Para tanto, fazem-se necessários a mediação e os mecanismos que garantam o acesso a este direito de forma plena, visto que a partir do momento que o meio ambiente adquire valor de troca, seu acesso e uso ficam cada vez mais distantes de ocorrer de forma direta, justificando-se assim a necessidade de formulação e implementação de políticas públicas de meio ambiente.

Para Di Giovanni (2009) o conceito de políticas públicas vai além da ideia restrita de uma intervenção do Estado numa situação social considerada problemática. O autor entende a política pública como:

Uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia, [...] que é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal. (DI GIOVANNI, 2009, p.4-5, grifo do autor).

As situações consideradas problemáticas relacionadas aos recursos naturais dizem respeito à perda de *habitats* naturais e extinção de espécies, incluindo os seres humanos, falta de moradia, pobreza, fome, degradação e poluição dos solos, do ar, das águas, acúmulo e destinação inadequados de rejeitos, dentro outras. Loureiro e Layrargues (2013, p. 58) afirmam se tratar de um problema de nossa sociedade:

Na sociedade contemporânea globalizada, há uma expansão contínua do mercado de matéria-prima, para suprir a demanda por mercadorias, acompanhada da precarização do trabalho, buscando assegurar a margem de lucro necessária à acumulação e à reprodução ampliada do capital. Assim, os Estados e as multinacionais recorrem sucessivamente à extração de minérios, água e energia de regiões antes à margem da industrialização em um novo momento do processo de acumulação primitiva definido por

Marx, que teve na expropriação da terra camponesa um momento fundamental.

Desta forma, os problemas ambientais, vistos a partir da perspectiva da (in)justiça ambiental, apresentam-se como reflexos de problemas de nossa sociedade e são determinados pelas assimetrias e desigualdades referentes à destinação, ao acesso e ao uso desses recursos. Ocorre que os benefícios e os danos decorrentes da utilização de recursos naturais são recebidos pelas pessoas ou grupos de formas inversamente proporcionais, necessitando assim, da intervenção do Estado para equacionar e mediar tais conflitos.

O reconhecimento de demandas internas que forçam o Estado à adoção de certas políticas, numa lógica de conciliação de classes, revela as relações de forças na concepção do Estado ampliado. Pode-se citar como exemplo o caso da Medida Provisória N.558 de 2017, que previa a redução de UCs na Amazônia para beneficiar atividades do agronegócio e que foi retirada de pauta pelo Presidente Michel Temer, após pressão do governo da Noruega em encontro bilateral. Vale destacar que o governo da Noruega é um dos principais financiadores de projetos de conservação ambiental na Amazônia brasileira (AGÊNCIA BRASIL, 2017; FOLHA DE SÃO PAULO, 2017; G1, 2017).

Outro caso emblemático hodierno é a articulação do setor rural, vinculado ao agronegócio, com a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, na propositura de Lei específica, visando à redução de aproximadamente 2/3 (dois terços) do tamanho da Área de Proteção Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana na região dos Campos Gerais no Paraná (PARANÁ, 2016; UEPG, 2017). Neste caso, a reação ao projeto partiu de movimentos sociais organizados e de universidades, com destaque para a Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

Verificam-se então as forças da sociedade civil, as forças da sociedade política, nacional e internacional, compondo e direcionando as ações estatais destinadas às UCs. Observa-se neste movimento a presença da agenda internacional e dos antigos senhores rurais brasileiros como os dois atores que disputam a hegemonia de direcionamento político.

Os movimentos sociais e populações socialmente vulneráveis, historicamente destituídas de poder econômico, e com um projeto contra-hegemônico para a área ambiental no Brasil, ainda possuem uma participação secundária neste campo. Entretanto, sua luta é indispensável para direcionar a

política ambiental rumo à democratização de destinação, acesso e uso dos recursos naturais.

De acordo com Bensusan (2014) e Pureza, Pellin e Padua (2015) citadas por Talbot (2016), os primeiros registros de áreas naturais protegidas datam de 700 a 252 anos a. c. na Ásia e na Europa. Tais iniciativas estavam relacionadas a diversas finalidades como reserva de caça, pesca, madeira ou como ligação com o mundo espiritual. Mas é da ilha de Trinidad e Tobago, em 1776, o registro da primeira área protegida, criada através de Lei – A Reserva Florestal de Tobago. Apresentava a finalidade de conservação e equilíbrio de processos ecossistêmicos e seu objetivo consistia em “atrair chuvas frequentes para contribuir com a fertilidade das terras” (PUREZA, 2014, p. 19).

O Parque Nacional do *Yellowstone*, mesmo não sendo a primeira área natural protegida criada no mundo, consolida-se como o primeiro modelo de gestão de áreas protegidas, apresentando ao mundo um padrão de área natural protegida – O Parque Nacional, que deveria ser seguido, baseado no conceito de *wilderness*, referindo-se a áreas selvagens, intocadas pelo homem e com forte apelo de recreação, lazer e contemplação para as populações urbanas (DIEGUES, 2001). Tal conceito foi rapidamente exportado para diversos países do mundo.

Segundo Talbot (2016, p. 23),

[...] O modelo predominante de conservação de áreas protegidas estabelecido com base em *Yellowstone*, baseado no conceito de *wilderness* e na percepção de que a natureza só seria preservada com o estabelecimento de áreas desabitadas, implicou muitas vezes na retirada forçada de populações humanas desses territórios. Essas populações, em geral, tinham na interação com o meio natural o seu principal modo de vida, como as populações indígenas.

De acordo com Diegues (2001), estabeleceram-se a partir do período pós-guerra nos Estados Unidos, três correntes teóricas e de práticas no campo das questões ambientais: 1) A conservacionista e desenvolvimentista; 2) A corrente estética/ecológica ou preservacionista; e a 3) Distributivista.

Estas correntes compunham este campo, mediadas por conflitos e avanços. A corrente conservacionista/desenvolvimentista, que defendia o uso eficiente dos recursos, teve grandes avanços na construção de inúmeras hidrelétricas, sobretudo no oeste norteamericano, região que havia sido recentemente devastada e colonizada (DIEGUES, 2001).



A corrente preservacionista atualizou-se com os fundamentos da ecologia e ampliou seus critérios de estética para a criação de áreas protegidas. Esta corrente teve também significativo avanço em sua posição neste campo, pois manteve a noção de “intocabilidade” para os parques nacionais, construindo uma base importante para os movimentos ambientalistas dos anos 60 e 70 (DIEGUES, 2001).

Diegues (2001, p. 33) ainda apresenta uma terceira corrente, a distributivista. Esta “lutava por melhor equidade na distribuição dos recursos naturais; no entanto, foi a que teve menos êxito pois a ausência de movimentos sociais fortes dificultou uma maior democratização social nos Estados Unidos”.

No Brasil as primeiras iniciativas de proteção de áreas naturais datam de meados do século XIX, no período monárquico (TALBOT, 2016). Destaca-se como caso emblemático a recuperação da Floresta da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro, à época capital do Império, que após ter sido severamente desmatada para atividades agrícolas, apresentou graves impactos na qualidade e disponibilidade de água para a cidade (NUNES, 2012).

Nunes (2012, p. 09) ao apresentar o acervo documental do Arquivo Nacional sobre a Floresta da Tijuca, destaca que:

O conjunto documental Administração da Floresta da Tijuca trata das ações concretas para o replantio da Floresta Nacional da Tijuca, devastada pela indiscriminada ação predatória do homem, que utilizou sua vegetação como fonte de energia e sua terra como substrato para o plantio do café [...] o replantio da Floresta da Tijuca, realizado entre 1862 e 1888 [...] com mão de obra remunerada o replantio ocupou, além dos administradores, feitores, um em cada floresta, encarregados, especialmente, da plantação e escolha das mudas, e de tantos serventes quanto fossem necessários ao desenvolvimento do serviço. Como serventes foram utilizados alguns dos escravos da nação, chamados africanos livres, com gratificação diária, além de sustento e roupa.

Outro fato que merece menção, no mesmo período, é a propositura pelo engenheiro André Rebouças da criação de dois Parques Nacionais: Sete Quedas no rio Paraná e Ilha do Bananal no rio Araguaia (ALVAREZ; MOTA, 2010; DRUMOND, 2010; GOMES, 2012; PUREZA, 2014; TALBOT, 2016).

Observa-se, nestes primeiros passos de institucionalização de ações direcionadas para a proteção dos recursos naturais brasileiros, um certo distanciamento do modelo que estava sendo implantado nos Estados Unidos. Enquanto que os parques nacionais norte-americanos fundavam-se no conceito de *wilderness*, belezas cênicas e alternativa para as populações urbanas, a iniciativa na

floresta da Tijuca “estava vinculada à importância dos serviços ecossistêmicos prestados por essas áreas, com vistas a diminuir os impactos ambientais causados pela ocupação desordenada do território” (TALBOT, 2016, p.32).

Já na propositura do engenheiro Rebouças, apesar de indicar a criação de Parques Nacionais, sua perspectiva era voltada para desenvolvimento regional, através de atividades turísticas. Rebouças apresentava severas críticas e ressalvas ao modelo extremamente preservacionista dos norte-americanos, ao ponto de manifestar “a repugnância que lhe causava a tese de preservar o mundo natural em detrimento dos seres humanos” (PÁDUA, 2002, p. 270-271 citado por GOMES, 2012, p. 40).

As iniciativas no Brasil evoluíram principalmente, sob pressão de organismos internacionais como Banco Mundial, Organização das Nações Unidas (ONU), movimentos ambientalistas de organizações não-governamentais e em função de orientações e diretrizes oriundas de grandes encontros internacionais sobre a temática ambiental (MOURA, 2016).

Sob a égide da ONU, o tema entrou mais fortemente no Brasil a partir da década de 1970. O financiamento internacional de instituições como o Banco Mundial tem moldado, durante um longo tempo, as políticas ambientais brasileiras. Pode-se dizer que a criação de muitos órgãos ambientais foi resultado da busca em dar uma resposta às pressões externas. Sob esta pressão externa, o Brasil vem se pautando por uma agenda de interesse internacional. (MOURA, 2016, p. 39).

Segundo esta autora, as políticas públicas ambientais surgem neste período de forma tangencial, através de políticas setoriais, tendo como principal preocupação a eficiência econômica na exploração dos recursos naturais, mediante a administração e o controle estatal. No setor energético foi instituído, em 1934, o Código das Águas através do Decreto N.24.643, sob gestão do Ministério de Minas e Energia e no setor agrícola, visando à proteção dos solos e sob gestão do Ministério da Agricultura, instituiu-se, naquele mesmo ano, o Código Florestal, através do Decreto N. 23.793.

Em 1937, foi criado o Parque Nacional de Itatiaia, considerado a primeira UC brasileira (BRASIL, 1937). Dois anos depois, em 1939, foi criado o segundo Parque Nacional brasileiro – o Parque Nacional do Iguaçu (BRASIL, 1939). Ambas UCs criadas na categoria de manejo “Parque Nacional”, valorizaram em primeiro plano as exuberantes belezas cênicas dessas áreas: “Pico das Agulhas Negras” e “Cataratas

do Iguaçu”. Percebe-se, naquele momento, que a inserção do Brasil acompanhou o padrão norte-americano de instituir áreas naturais protegidas em locais com relevante beleza cênica e que, segundo a norma, deveriam ser desprovidas de ocupação humana, corroborando com o conceito de *wilderness*.

O grande impasse em importar um modelo de conservação de recursos naturais, através da instituição de áreas protegidas, no padrão *wilderness* – área selvagem e desabitada de humanos, consiste na não observância e desconsideração de populações e povos tradicionais que já desempenhavam esta função em seus modos de vida, desterritorializando-os e dando início a conflitos socioambientais de diversas ordens. Além disso, inaugura-se o caminho para interpretações importadas da forma ideal de conservação da natureza, refletindo em correntes internas distintas, que reproduzem um modelo externo e que muitas vezes é estranho à realidade socioambiental local. Estas correntes operam neste campo e influenciam na formulação das políticas públicas de conservação da natureza considerando um padrão predominantemente preservacionista.

A partir de 1937, diversas UCs, em diferentes categorias de manejo, foram criadas pelo poder público nos governos que se sucederam, afirmando-se como uma política pública incrementalista e de caráter permanente. Devido às diferentes categorias de manejo e de acordo com as orientações internacionais (UICN)<sup>8</sup>, esta política necessitava de um sistema nacional que abarcasse todas estas áreas, inclusive estabelecendo novas categorias de manejo, de acordo com as novas necessidades que estavam surgindo.

Até a década de 1960, as UCs foram criadas sem um planejamento, sem uma estratégia abrangente e articulada entre as diferentes modalidades de áreas naturais protegidas. As criações eram guiadas por relevância estética e oportunismos políticos. Somente na década de 1970 é que tem início um primeiro planejamento para as áreas naturais protegidas, pensando-as em conjunto, com um sistema (MERCADANTE, 2001).

Neste momento, é preciso fazer uma observação na linha histórica que se está seguindo para explicar que a administração dessas áreas passou também por diversas instituições no decorrer da história. Instituições ora criadas, extintas,

---

<sup>8</sup>União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN), criada em 1956, apresenta como principal missão a conservação da biodiversidade em escala mundial, estabelecendo padrões, através de categorização internacional para áreas protegidas. (PUREZA, 2014)

divididas ou agrupadas a depender da dinâmica conjuntural e organizacional na administração pública federal. Inicialmente, as áreas naturais protegidas brasileiras na esfera federal foram administradas pelo Ministério da Agricultura e a partir de 1967, pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF. A partir de 1973 até 1989, juntamente com o IBDF, a Secretaria Especial do Meio Ambiente – Sema, por razões políticas, também adquiriu atribuições e competências para criação e administração das áreas protegidas, apresentando certa duplicidade de funções dentro da administração pública. Em 1989, Sema e IBDF foram unificados para formar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (ALVAREZ; MOTA, 2010). De 2007 até a atualidade, a administração das áreas protegidas tornou-se atribuição do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, autarquia federal originária da divisão do IBAMA.

Retomando o fio condutor, na década de 1970, sob a gestão do IBDF e com o apoio da organização não governamental (ONG) Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, já na fase final da ditadura militar, foi formulado o primeiro planejamento para um sistema de áreas protegidas no país. Em 1979, foi publicada a primeira etapa do planejamento, intitulado “Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil” e, em 1982, foi publicada a segunda etapa deste plano, intitulado “Sistema Nacional de Unidades de Conservação”. Os objetivos do plano eram identificar áreas prioritárias para a conservação da natureza; propor a criação de novas áreas protegidas e indicar as ações necessárias para implementar, manter e gerir o sistema (FISCHER, 2014; MERCADANTE, 2001; PÁDUA, 2011).

Cabe lembrar que no final da década de 1970 e início da década de 1980, o Brasil encontrava-se na fase de decadência da ditadura militar: o “fim da ditadura foi anunciado pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico feito com o aporte de capital externo” (COSTA, 2006, p. 141). Dentre as iniciativas desenvolvimentistas deste período destacam-se grandes obras de infraestrutura que demandaram grande impacto aos recursos naturais do país, como as rodovias BRs 230 (Transamazônica) e 163 (Cuiabá-Santarém) e a usina hidrelétrica de Itaipu. Além disso, as transformações sociais, depois de anos de autoritarismo, repressão e violência, também eram evidentes. A promulgação da Lei da Anistia aos presos e exilados políticos, a reorganização dos movimentos políticos e sociais, a campanha

pelas “Diretas Já”, dentre outros, dava o tom de esperança à redemocratização do país.

Em 1988 é promulgada a nova Constituição Federal brasileira que, de forma inovadora e avançada, traz um capítulo exclusivo sobre o meio ambiente (CAPÍTULO VI – DO MEIO AMBIENTE), dispondo no Art. 255 e em seu parágrafo 1º, item III a seguinte redação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:  
[...]

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

Neste mesmo ano, o IBDF e a Sema contrataram a ONG Fundação Pró-Natureza - FUNATURA, dirigida por Maria Tereza Jorge Pádua, para realizar a atualização e revisão dos Planos do Sistema de Unidades de Conservação, além da elaboração de um Anteprojeto de Lei para dar o suporte legal à proposta de institucionalização de um Sistema. O resultado deste trabalho foi publicado no ano de 1989, sob gestão do IBAMA, intitulado Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, Aspectos Conceituais e Legais (MERCADANTE, 2001; PÁDUA, 2011).

Em 1992, em sintonia com as expectativas e tensões relacionadas à Conferência Mundial para o Meio Ambiente – Rio 92, o Anteprojeto de Lei do SNUC, então na qualidade de Projeto de Lei, iniciou seu trâmite no Congresso Nacional. Inicialmente teve como relator o Deputado Tuga Angerami. Mas foi com o segundo relator deste Projeto de Lei, o Deputado Fábio Feldmann, que iniciaram as polêmicas em torno do tema. Em 1994, Feldmann apresentou uma primeira proposta substitutiva ao Projeto de Lei do SNUC, com grandes modificações e severas críticas ao modelo extremamente preservacionista revelado na proposta do Executivo. O Substitutivo trouxe questões como: a participação social, especialmente das comunidades locais na criação e gestão das UCs, proteção e respeito às populações tradicionais, a integração da UC na dinâmica social e econômica local, descentralização administrativa, sustentabilidade econômica das

UCs e um referencial atualizado e alinhado às Conferências Internacionais de Meio Ambiente (MERCADANTE, 2001).

Com este Projeto Substitutivo de caráter socioambientalista, emergiu um conflito diante do consagrado modelo importado de conservação dos recursos naturais, que desconsidera a realidade socioeconômica de um país periférico na tentativa de reprodução da estratégia de um país central e com um distinto nível de desenvolvimento. Ficou evidente a existência de duas principais concepções conceituais, políticas e ideológicas sobre o modelo do Sistema de Unidades de Conservação almejado para o Brasil. Figurando num polo uma corrente preservacionista alinhada ao modelo clássico ou tradicional de conservação, ainda baseado no conceito norteamericano de *wilderness* e, do outro lado, uma corrente socioambientalista, que trouxe para o debate, como fundamento, a necessidade da participação social, o desenvolvimento socioeconômico atrelado a estas áreas e a questão das populações tradicionais que já estava sendo impactadas com esta política.

No final de 1994, com o término da legislatura, Feldmann recua no texto do Substitutivo e encaminha um texto muito próximo ao original do Executivo. No ano seguinte ocorre a saída de Feldmann do Congresso para assumir a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo e a relatoria deste Projeto de Lei foi assumida pelo Deputado Fernando Gabeira (MERCADANTE, 2001).

Gabeira resgatou a proposta mais avançada de Feldmann no sentido de incorporar as questões sociais relacionadas ao SNUC e acrescentou diversas outras, nascendo assim um novo Substitutivo do SNUC, ainda mais vanguarda no âmbito socioambiental. Continuaram como pontos centrais na discussão a questão das populações humanas no interior de UC de Proteção Integral e a participação social na criação e gestão de UC (MERCADANTE, 2001).

Era recorrente também outra discussão sobre similaridades de categorias de UC com sobreposição de objetivos e que poderiam ser resolvidas mediante uma unificação como, por exemplo, as categorias Reserva Biológica e Estação Ecológica. Porém, essas divergências parecem estar mais presentes no interior do polo preservacionista, que apesar do consenso na restrição de presença humana na conservação, disputavam qual o nome mais adequado para acomodar determinada categoria.

Entre consensos, dissensos e disputas, a realização de eventos para debater o tema e/ou promover determinada concepção foram utilizadas como estratégias. De acordo com Talbot (2016, p. 44-45):

Em meio às polêmicas, foram realizados em 1996 dois eventos para tratar do tema da presença de populações humanas em unidades de conservação: O workshop promovido pelo Instituto Socioambiental – ISA para analisar experiências concretas de conservação envolvendo populações tradicionais ou rurais e o seminário promovido pela Câmara dos Deputados para tratar da presença humana em UCs [...] Em um movimento contrário, foi constituída em 1996 a Rede Nacional Pró Unidades de Conservação Rede Pró-UC, com o intuito de contestar o substitutivo apresentado por Gabeira e defender o conceito tradicional de UC. Em 1997 a Rede organizou o primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação - CBUC [...].

Neste contexto, em 18 de julho do ano 2000, Marco Antônio Maciel, então vice Presidente da República, sancionou a Lei N.9.985, que regulamentou o artigo 225 da Constituição Federal e instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (BRASIL, 2000). Tal processo foi “permeado por polêmicas e impasses oriundos da diversidade de formas de proteger e conservar a natureza percebidas pelos diferentes grupos envolvidos com a temática” (TALBOT, 2016, p. 38). O debate entre preservacionistas, conservacionistas, socioambientalistas e ruralistas na construção de um sistema nacional para as áreas protegidas, centrava-se principalmente em torno das questões envolvendo as populações tradicionais, sobre a participação social neste processo e as desapropriações de áreas (PECCATTIELLO, 2011). Todavia, Fischer (2014), entende que a influência e participação do setor ruralista no processo, naquele momento, foi tímida, apresentando somente uma emenda no bojo do processo, apesar de grande interesse neste tipo de política pública.

Como resultado dessas disputas, o texto publicado pela Lei do SNUC refletiu dois grandes grupos de Unidades de Conservação: o grupo de Proteção Integral e o Grupo de Uso Sustentável. A Proteção Integral, segundo o item VI, do Art. 2º ficou com a seguinte redação “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais”, sendo que o Uso Indireto, ficou entendido, no item IX como “aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais” (BRASIL, 2000, Art. 2º).

O Uso Sustentável, segundo o item XI do mesmo artigo, ficou definido como:

Exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

O Uso Direto por sua vez, no item X, como “aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais” (BRASIL, 2000, Art. 2º).

Os dois grupos compreendem doze categorias de UCs conforme quadro 01. As categorias se diferenciam de acordo com seus objetivos, que refletem o tipo de manejo da área que, genericamente, pode ser entendido como maior ou menor restrição ao acesso e ao uso dos recursos naturais, desapropriação ou não de propriedades privadas inseridas na área, presença ou não de populações humanas, dentre outros aspectos definidos no Art.9º ao 21º da Lei.

C A T E G O R I A S	GRUPOS	
	PROTEÇÃO INTEGRAL	USO SUSTENTÁVEL
	Estação Ecológica (ESEC)	Área de Proteção Ambiental (APA)
	Reserva Biológica (REBIO)	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)
	Parque Nacional (PARNA)	Floresta Nacional (FLONA)
	Monumento Natural (MONA)	Reserva Extrativista (RESEX)
	Refúgio de Vida Silvestre (REVIS)	Reserva de Fauna (REFAU)
		Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)
		Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)

Quadro 1- Categorias de UCs definidas na Lei N.9985/2000. Fonte: FERLA, M. R. 2018.

Segundo a Lei do SNUC, as UCs são espaços territoriais, compreendendo seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo poder público, com objetivos de conservação, tendo limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000). O Art.4º da Lei dispõe os seguintes objetivos para o SNUC:

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;



- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;  
 VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;  
 IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;  
 X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;  
 XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;  
 XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;  
 XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Com este sistema instituído, dentro de uma política pública incrementalista, tendo como base uma das maiores biodiversidades do planeta, o Brasil assume papel de destaque no cenário mundial, ao menos no que diz respeito aos números, em extensão de áreas naturais protegidas através de UCs. O país apresenta atualmente 324 UCs federais, sem computar as RPPNs<sup>9</sup>, com aproximadamente 79 milhões de hectares. Apresenta 9% do território nacional continental constituído por UC. No quadro 02 é apresentada a quantidade e área de UCs federais distribuídas nas categorias de manejo instituídas no SNUC e na figura 01 a distribuição geográfica das mesmas.

Tabela 1 - Quantidade e áreas de UCs federais, exceto as RPPNs, distribuídas por categorias.

<b>GRUPO/CATEGORIAS</b>	<b>N</b>	<b>Área (ha)</b>
<b>PROTEÇÃO INTEGRAL</b>		
Estação Ecológica	32	7.494.700
Monumento Natural	03	44.300
Parque Nacional	73	26.486.700
Refúgio de Vida Silvestre	8	269.200
Reserva Biológica	31	4.267.700
Total de Proteção Integral	147	38.562.500
<b>USO SUSTENTÁVEL</b>	<b>N</b>	<b>Área (ha)</b>
Floresta Nacional	67	17.822.500
Reserva extrativista	62	12.472.400
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	02	102.600
Reserva de Fauna	00	0
Área de Proteção Ambiental	33	10.173.100
Área de Relevante Interesse Ecológico	13	34.100
Total de Uso Sustentável	177	40.604.700
Total Geral	324	79.167.200

Fonte: CNUC (Atualização de 10/07/2017). Org.:FERLA, M. R. 2018.

Peccattiello (2011, p. 79) chama de “percepção da sociedade em relação a natureza” as disputas ocorridas na formulação do SNUC e considera que

<sup>9</sup> As Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs são UCs e compõem o SNUC, todavia são de iniciativa e gestão de proprietários privados e não serão objeto de estudo nesta pesquisa.

A divisão pelo SNUC das UCs em dois grandes grupos – as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável – acaba por englobar ambas as percepções da sociedade em relação à natureza, privilegiando tanto a intocabilidade dos recursos renováveis como a concepção de inclusão social na gestão das áreas protegidas. Além disso, esta Lei reflete um avanço na política ambiental brasileira, ao passo que veio fortalecer a perspectiva de uso sustentável dos recursos naturais, das medidas compensatórias e de uma descentralização mais controlada da política ambiental no Brasil.

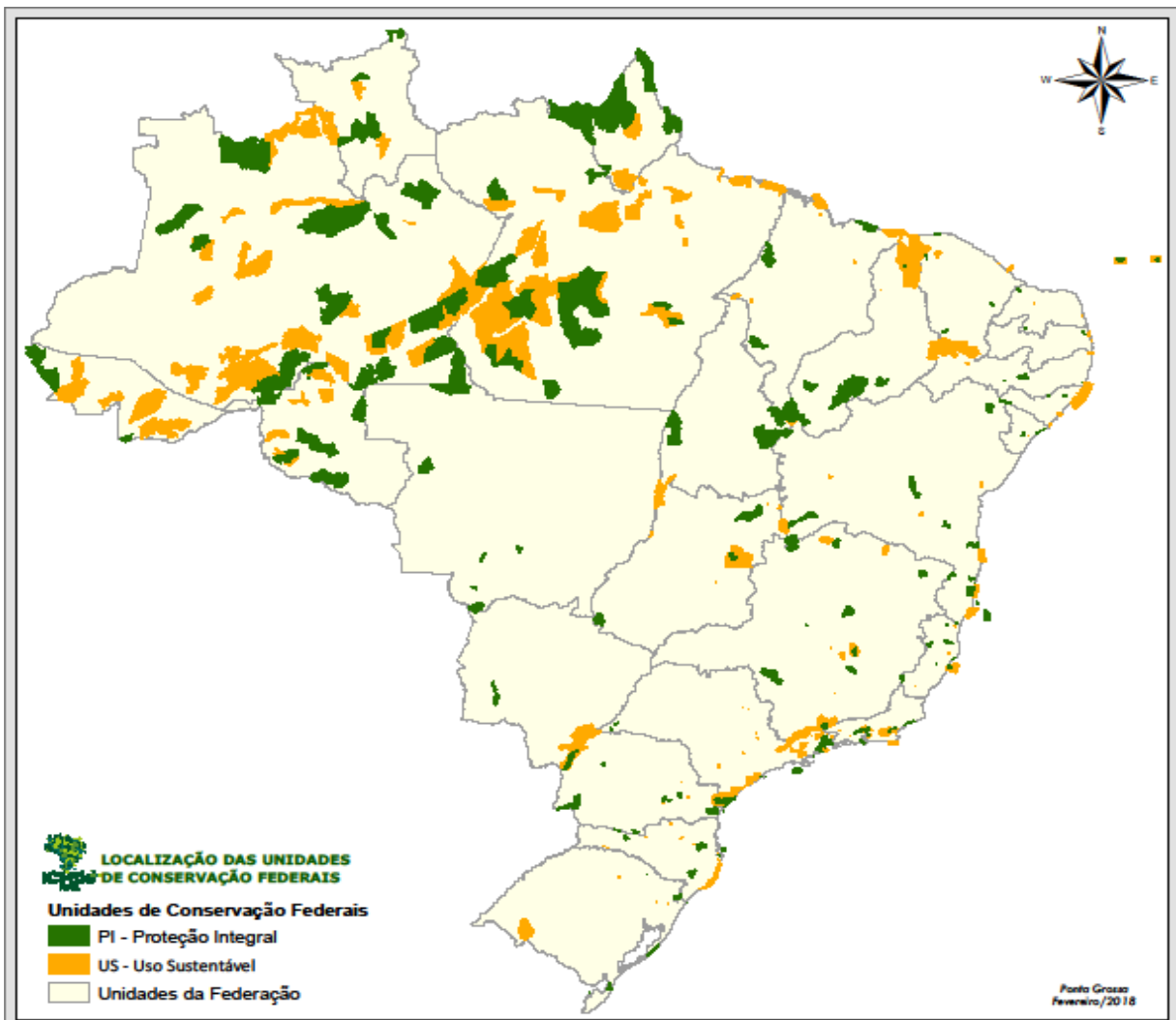


Figura 1- Localização das UCs federais. Fonte: ICMBio/Ponta Grossa.

Neste contexto, verifica-se que o Brasil adotou como principal estratégia de conservação de seus recursos naturais a criação, implementação e gestão de UCs. Como signatário da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil assumiu diversos compromissos na área ambiental, entre eles, recentemente, o de incluir 17% dos ecossistemas

terrestres e 10% dos ecossistemas marinhos e costeiros em áreas protegidas por UCs (Protocolo de Nagoya) (OLIVEIRA, 2012).

Constata-se assim, que o Brasil seguindo diretrizes e orientações de acordos internacionais, conjugadas com uma forte e atuante participação da sociedade civil e da sociedade política interna, construiu um robusto sistema de UCs. Foi possível acomodar de modo, talvez não ideal, mas razoável, as principais correntes ambientalistas. O sistema estruturou-se dos pontos de vista normativo, da expressiva quantidade, pluralidade e distribuição geográfica das UCs (ver figura 01), além de contar atualmente com um órgão federal exclusivo para a criação, implementação e manejos das UCs federais – o ICMBio. Isso, sem dúvida, foi um grande avanço para a conservação dos recursos naturais do país.

Entretanto, no âmbito das práticas e das territorialidades exercidas através da execução desta política pública, diversas lacunas e desafios precisam ser enfrentados. Talbot (2016, p. 52) traz a questão da carência e fragilidade da regularização fundiária das UCs, afirmando que não há um enfrentamento direto para este problema, que mostra-se como um grande empecilho na efetiva gestão das UCs. Destaca que de certa forma “não há previsão clara de como seriam operacionalizadas questões cruciais referentes à consolidação territorial das Unidades e a fonte de recursos para essas e outras medidas de implementação das UCs”. Além deste histórico e recorrente passivo das UCs, a articulação, reconhecimento, engajamento e apropriação desta política pública pela sociedade civil mostram-se como fundamentais para sua manutenção, aperfeiçoamento e avanços na perspectiva de uma gestão territorial mais democrática.

É neste cenário que a Educação Ambiental (EA) se insere. Propõe-se, no âmbito das autarquias federais responsáveis pela gestão das UCs, que a EA, no conjunto das territorialidades de uma UC, assuma uma estratégica interlocução na mediação de processos assimétricos e desiguais, democratizando as decisões sobre destinação, acesso e usos dos recursos naturais.

### 1.3 O CAMPO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MACROTENDÊNCIAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS E SUAS DISCUSSÕES NAS AUTARQUIAS FEDERAIS DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Inicialmente cabe destacar a concepção adotada pelo ICMBio para o desenvolvimento de suas ações de EA, denominada de Educação Ambiental na Gestão Pública da Biodiversidade. De acordo com Quintas (2004, p. 115), o objetivo desta concepção é:

Proporcionar condições para o desenvolvimento de capacidades (nas esferas dos conhecimentos, das habilidades e das atitudes) visando a intervenção individual e coletiva, de modo qualificado, tanto na gestão do uso dos recursos ambientais quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do meio ambiente, seja ele físico-natural ou construído.

Nesta perspectiva, almeja-se trazer para os processos decisórios que discutem a destinação dos recursos ambientais na sociedade, os segmentos historicamente excluídos e que comumente ficam somente com o ônus das decisões. Assim, as ações educativas promovidas no âmbito da gestão das UCs federais, configuram-se como ações políticas, no sentido em que se propõem a mediar relações sociais na composição desses territórios, almejando-se uma transformação para uma determinada concepção de espaço.

Freire (2011) chama de *politicidade* da educação, esta ação especificamente humana, em direcionar-se para sonhos, ideais, utopias e objetivos. Afirma que por esta natureza a educação é uma ação política. Para o autor, a educação manifesta-se numa relação dialeticamente contraditória, compreendendo a reprodução das relações sociais dominantes, como também o desmascaramento destas. Neste sentido, os processos educativos do ser humano não devem estar voltados somente para constatação de coisas no mundo e para nos adaptarmos, mas sobretudo para transformar a realidade, intervindo e recriando-a.

A discussão assentada em Freire (2011) vai ao encontro da abordagem que Moreira (1982), considera fundante para a Geografia: uma teoria do espaço para a transformação social. O autor considera que a história se desenrola no espaço social, que é parte integrante do processo de produção social e do mecanismo de controle da sociedade. Além disso, traz também que o espaço é objeto da Geografia, porém o espaço geográfico é interdisciplinar. O autor apresenta uma

“primeira natureza”, que integra a base material da sociedade e diz não haver espaço geográfico sem ela. Ao intervir nela, o homem a transforma e se transforma, por meio do trabalho social, de um ser animal para um ser social. Assim, a relação homem-meio é, antes de tudo, uma relação social.

Tendo como referência as perspectivas apresentadas, pode-se iniciar a incursão no campo específico da EA. Inicialmente apontando que EA está inserida em um contexto maior, com características próprias, e em seguida, retornando para as UCs.

Na composição do território das UCs federais e na construção do espaço geográfico, a EA caracteriza-se formalmente numa abordagem crítica, fundada na ênfase dos aspectos sociais deste movimento. Porém, no âmbito das práticas essa teoria pode se diluir, manifestando-se em inúmeras formas de representação da realidade.

Considerando a representação da realidade também como uma construção social, diferentes formas de representação expressam diferentes formas de saber, e assim, “o conhecimento é um fenômeno plural e heterogêneo que compreende racionalidades múltiplas, cujas lógicas não são definidas por uma norma transcendental, mas estão relacionadas à pragmática dos contextos” (JOVCHELOVITCH, 2008. p. 23).

Layrargues e Lima (2014) analisaram a EA brasileira recorrendo à noção de campo social desenvolvido por Pierre Bourdieu (1930-2002). A investigação desses autores buscou entender a dinâmica, a composição e a posição dos agentes dentro do campo, como também diferenciar suas principais tendências.

Segundo Bourdieu (2004, p. 20), o campo pode ser entendido como:

O universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas.

Assim, “qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade” (BOURDIEU, 2004, p. 29). Dentro desta abordagem, evidencia-se que as territorialidades da EA não são homogêneas, apesar de muitas vezes representar esse falso consenso, quando analisadas na perspectiva de campo, as diferenciações tornam-se visíveis.

Na investigação de Layrargues e Lima (2014), constata-se a existência de três principais macrotendências político-pedagógicas da EA brasileira: a conservacionista, a pragmática e a crítica, com características, finalidades e referencial teórico-metodológico distintos.

A corrente conservacionista emerge do movimento ambientalista, pioneira e bem consolidada. Ancora-se em fundamentos da ecologia, da sensibilização do indivíduo com caráter comportamentalista e de autoconhecimento e é aliada a uma “agenda verde” como a biodiversidade. Constitui-se numa visão estética da natureza. É descolada das relações sociais e não se aprofunda nos problemas da sociedade que se manifestam em problemas na natureza.

A corrente pragmática constitui-se numa evolução da corrente conservacionista, atualizada conforme as demandas do mercado. Atua predominantemente com problemas urbanos e industriais, na destinação correta do lixo e no consumo sustentável. O desenvolvimento sustentável abarcando o uso racional de água e energia também são frentes no discurso dessa corrente. A chamada “crise ambiental”, que concebe a natureza como uma coleção de recursos naturais à beira do esgotamento, acende um sinal de alerta no modo de produção capitalista e esta corrente é valorizada a ponto de ocupar uma posição hegemônica no Campo da Educação Ambiental. Expressa-se como um mecanismo de compensação das contradições do modo de produção capitalista, não visa uma transformação real da sociedade, mas sim a uma adequação a um consumo sustentável.

A terceira corrente identificada por Layrargues e Lima (2014), emerge como uma alternativa ao que foi posto até então. A corrente crítica traz fundamentos na educação popular, emancipatória, transformadora e do processo da gestão ambiental pública. Traz o caráter social e político para o centro do debate. Questiona a estrutura da sociedade na reprodução do modo de produção e traz para discussão questões sobre cidadania, democracia, conflitos, justiça ambiental, dentre outros. Esta corrente crítica da EA vem sendo adotada oficialmente pelos órgãos federais, responsáveis pela gestão das UCs federais, inicialmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e atualmente reafirmada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (ICMBio, 2016).

A EA proposta pelo ICMBio é ancorada num conceito de Gestão Ambiental Pública. Apresenta-se como uma EA crítica e emancipatória, focada nas relações sociais envolvidas na gestão das UCs e na conservação da biodiversidade, alinhada com sua missão institucional. Seus princípios são “o diálogo entre saberes e fazeres, o reconhecimento de diferentes territorialidades e identidades, a valorização da cultura e da organização social dos grupos sociais que são sujeitos das ações educativas” (ICMBio, 2016, p. 30).

A concepção apresentada nos documentos oficiais do ICMBio é resultado do processo histórico de construção de uma identidade calcada no protagonismo da participação social qualificada nos processos envolvendo a destinação, o acesso e o uso dos recursos naturais, priorizando atores em situação vulnerável nas relações assimétricas de poder.

Não obstante, o movimento de institucionalização da EA na agenda pública federal do meio ambiente foi mediado por disputas entre concepções político-pedagógicas distintas, envolvendo (1) agentes do preservacionismo clássico, “histórico e hegemônico na relação com áreas protegidas, que separa cultura e natureza, imputa à conservação da biodiversidade ausência de pessoas, além de um receituário de gestão técnico-científico” (LOUREIRO; SAISSE; CUNHA, 2013. p. 64), (2) correntes ligadas à comunicação, com um ecletismo referencial e de intenções, e (3) educadores críticos, incluindo “educadores que foram redistribuídos da Fundação Nacional Pró-Memória e que traziam elementos novos da experiência de educação popular com contextos culturais” (LOUREIRO; SAISSE, 2014. p.109). Ainda, segundo estes autores:

Podemos considerar como marco inicial a criação, em 1973, da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA). A Educação Ambiental, na SEMA, estruturou-se a partir da Coordenadoria de Comunicação Social e Educação Ambiental, o que indica a perspectiva de vínculo com a comunicação, salientando para a educação um papel de divulgação de conhecimentos científicos. (LOUREIRO; SAISSE, 2014. p.107).

Tais disputas trouxeram para a construção da EA crítica avanços e retrocessos ao longo do processo histórico, refletindo, na prática institucional, ganho ou perda de espaços institucionalizados (Grupo de Trabalho, Divisão, Coordenação, Coordenação Geral, etc.) e conseqüentemente maior ou menor espaço político, maior ou menor fatia no orçamento do órgão gestor, implicando diretamente na

implantação de políticas, programas ou projetos, como exemplo, na formação de seus educadores.

Com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em 1989, resultante da fusão da SEMA e outros órgãos federais vinculados às questões ambientais, num processo de integração das políticas públicas ambientais, a EA crítica se fortaleceu institucionalmente, dando ênfase para a formação de educadores ambientais no IBAMA e em instituições parceiras. Neste período, foi criada a Coordenação Geral de Educação Ambiental – CGEAM no IBAMA e formulado o curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental, com 26 edições realizadas no período entre 1997 a 2006 (LOUREIRO; SAISSE, 2014).

Num caminho inverso do que havia ocorrido com a SEMA em 1989, no ano de 2007 criou-se o ICMBio, dividindo parte das atribuições, competências, orçamento e servidores do IBAMA. Nesse rearranjo, foram extintas a Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental (DISAM) e a Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM) que eram vinculadas ao IBAMA, e “no ICMBio não estava prevista a existência de uma unidade organizacional para a educação ambiental” (LOUREIRO; SAISSE; CUNHA, 2013. p.59).

Percebe-se, naquele momento, um período de estagnação nos processos formativos da EA no âmbito da Gestão Ambiental Pública que perdurou até o ano de 2011. Evidencia-se que a disputa dentro deste campo, com a neutralização de ações fundantes para um debate ampliado e de participação popular nas políticas públicas ambientais, representou um severo distanciamento e isolamento político-pedagógico para a EA crítica.

Todavia, no movimento contraditório desta desinstitucionalização, focos de resistência de educadores ambientais permaneceram ativos e iniciou-se a estruturação da EA no ICMBio. Neste processo, serviu-se como base a estratégia que vinha sendo adotada pelo IBAMA, priorizando grupos sociais tradicionais e em situação de vulnerabilidade, com enfoque no controle social de políticas públicas, construção do ambiente como bem comum e o princípio participativo (LOUREIRO; SAISSE; CUNHA, 2013, p. 70).

Porém, neste interregno até a estruturação das ações de EA, diante da ausência de um posicionamento institucional acerca de um projeto político-pedagógico que abarcasse a EA crítica, pode-se lançar mão da concepção



*Foucaultiana* de que o poder não admite vácuo, e outros agentes neste campo ganharam espaço. Ou seja, frente a uma débil ação oficial de EA, as demandas espontâneas da sociedade tendem a orientar as práticas.

Enfrentando o período de inércia institucional, o movimento de estruturação da EA no ICMBio se fortaleceu, tendo como um de seus pilares os processos formativos. Para tanto, entendeu-se como necessária e estratégica a capacitação dos servidores para que pudessem atuar na realidade local dos territórios onde estão inseridas as UCs, como também a formação de um corpo técnico de servidores que pudessem atuar como educadores nos processos formativos internos da instituição, buscando contribuir para inserir os aportes da educação crítica nos processos formativos do Instituto. Notam-se aí, três níveis de formação: 1) a formação de servidores para que possam contribuir com a educação corporativa do ICMBio e na formação de outros servidores do SISNAMA; 2) A formação de servidores e representantes da sociedade civil para atuarem de forma qualificada na gestão pública da biodiversidade; e 3) Contribuir para que a educação ambiental seja compreendida enquanto instrumento de gestão que atua na qualificação dos sujeitos para uma intervenção na gestão ambiental pública.

Encerrando esta aproximação inicial ao campo da EA no Brasil e nas autarquias federais de meio ambiente, considerando as macrotendências político-pedagógicas que, como a definição mesmo orienta, indicam tendências amplas e que na realidade empírica das UCs podem se manifestar de distintas maneiras.

O campo da EA brasileira apresenta uma pluralidade de concepções teóricas e de práticas. Diversos agentes disputam a hegemonia objetiva e simbólica do campo. A corrente crítica ganhou espaço significativo trazendo a abordagem social para o debate ecológico, porém, em função da instrumentalização e da lógica do mercado, a corrente pragmática ascende e mantêm-se como a dominante no cenário nacional de forma geral. Essa pluralidade do campo convivendo e disputando a hegemonia, reflete múltiplas territorialidades, quer sejam conservadoras ou transformadoras.

Considerando que o sistema federal de UCs abrange todo o território nacional, e assim, múltiplos contextos e realidades, é possível inferir que as territorialidades nas UCs, no que tange à EA, podem apresentar orientações em correntes político-pedagógicas distintas ou até mesmo uma simultaneidade.

A existência de uma diretriz institucional crítica e emancipatória para as UCs federais é condizente com uma proposta de áreas naturais protegidas para o usufruto coletivo. Porém, é necessário questionarmos de que modo as concepções teóricas fundamentam as territorialidades institucionais e quais seus reflexos nas áreas e adjacências das UCs federais. A existência de uma diretriz não é suficiente nem garante que a mesma seja integralmente seguida nas ações concretas de EA. Da mesma maneira, não se pode transpor o panorama nacional elaborado por Layrargues e Lima (2014) como um retrato das práticas nas UCs, pois corre-se o risco de apresentar graves problemas de ordem escalar. Mas esta aproximação inicial traz indicativos da possibilidade de múltiplas territorialidades nas UCs, como também ressalta a necessidade de aprofundamento neste campo específico.

Frisa-se assim, a EA como constituinte de um campo que representa o espaço social em que se disputam ações e concepções de territorialização das UCs. A partir da leitura de Layrargues e Lima (2014) é possível observar a relação entre as ações do ICMBio e o debate teórico-metodológico da EA no Brasil. No âmbito das políticas públicas de conservação da natureza também se apresentam características do campo social em termos de atuação da sociedade civil e política, na orquestração dos distintos interesses no Estado, em especial representados pela normatização do contrato social onde as regras são estabelecidas.

Por conseguinte, a gestão estatal do território no caso das UCs também reflete tensões e conflitos. A EA constitui e expressa territorialidades resultantes das ações, opções e intencionalidades dos diferentes agentes que compõem e disputam este campo, no sentido de conservá-lo ou subvertê-lo.

## **CAPÍTULO 2**

### **A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E SEUS AGENTES**

A educação ambiental (EA), considerando seu processo histórico, como instrumento de gestão territorial das Unidades Federais de Conservação da Natureza (UCs) é situada neste capítulo 2. Para tanto, apresenta-se uma interpretação de como a EA foi institucionalizada no Brasil através de políticas públicas e como estas se articulam no ICMBio com a política de capacitação pedagógica de seus servidores.

O capítulo está dividido em duas partes. A primeira traz os marcos legais e regulatórios da inserção e consolidação da política pública de EA no Brasil e suas respectivas inserções no campo das UCs. Na segunda parte são apresentadas algumas análises referentes à ocorrência de ações de EA nas UCs federais e suas relações com as atividades de capacitação dos servidores do ICMBio, os agentes envolvidos e os principais obstáculos encontrados no âmbito da EA em termos de práticas territoriais.

#### **2.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL E SUA INSERÇÃO NAS UNIDADES FEDERAIS DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**

Inicialmente cabe destacar que a EA no Brasil tem suas primeiras discussões como desdobramento da participação do Estado brasileiro em grandes encontros internacionais sobre meio ambiente a partir da década de 1970. Segundo Moura (2016, p.14) “tais acontecimentos influenciaram o curso das políticas ambientais em todo o mundo”. No Brasil, em 1973, um ano após a realização da Conferência de Estocolmo, e sob a iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) em inserir o tema nas agendas dos Estados, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) vinculada à Presidência da República (SORRENTINO *et al*, 2005).

A Conferência de Estocolmo<sup>10</sup>, em 1972, juntamente com a Conferência de Belgrado, em 1975, representam dois grandes encontros intergovernamentais sobre meio ambiente. Trouxeram questões políticas, sociais e econômicas para a pauta de debates com os diversos países membros, inclusive com o Brasil. A EA dentre diversas deliberações de Estocolmo é vista como uma estratégia oficial para mitigar a degradação do meio ambiente (IBAMA, 1997; ICMBIO, 2016).

A partir destas primeiras experiências em fóruns multilaterais internacionais dos Estados-nação é que foi possível a realização em 1977 da I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. A Conferência de Tbilisi, como ficou conhecida, ocorreu na Geórgia, ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e é considerada um marco da EA no âmbito internacional. Foi organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (IBAMA, 1997).

De acordo com o ICMBio (2016), é desta conferência que surgiram os princípios e as diretrizes que serviriam de base para as ações de EA em todo o mundo e,

Com relação às funções, objetivos e público a quem se direciona, a Conferência de Tbilisi deliberou 41 recomendações que se desdobram em vários itens para os países membros: as estratégias, as finalidades, os conteúdos e o público alvo da educação ambiental. Todas estas resoluções contribuíram para demarcar o caráter interdisciplinar da EA, em diferentes níveis, na educação formal e não formal, com uma visão complexa de meio ambiente levando em consideração os aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais. Mais do que difundir o conhecimento sobre funcionamento dos sistemas ecológicos, a educação ambiental deve contribuir para mudança de valores e atitudes na sociedade, não desvinculando os aspectos ambientais dos sociais e culturais (ICMBIO, 2016, p.16).

Tal conferência também “destacou o processo educativo como dinâmico, integrativo, permanente e transformador, justamente porque possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades de forma participativa” (MMA, 2014, p.11).

---

<sup>10</sup> Cabe destacar que o Brasil, então sob ditadura militar, participou deste evento com posicionamento de defesa à soberania nacional. “Argumentava-se que o crescimento econômico e populacional dos países em desenvolvimento não deveria ser sacrificado e que os países desenvolvidos deveriam pagar pelos esforços para evitar a poluição ambiental – posição que foi endossada pelos países do chamado Terceiro Mundo” (MOURA, 2016).

Alinhado a estas recomendações, em 1981, o Estado brasileiro por meio da Lei N.6938, promulgou a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Este marco legal no campo ambiental traz em seu Art. 2º, a seguinte redação:

A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: (...).

X - Educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 1981, Art. 2º).

Percebe-se no item X, do Art. 2º da PNMA a presença da EA como um princípio, contemplando a participação social qualificada na defesa do meio ambiente. Princípio este que veio se tornar a base da “Educação no Processo de Gestão Ambiental Pública”, perspectiva político-pedagógica crítica incorporada para a formação de educadores no IBAMA e no ICMBio (QUINTAS, 2004; ICMBIO, 2016). Todavia, uma política nacional traz diretrizes e indicações de caráter mais gerais, amplos, necessitando em muitos casos de regulamentação e/ou detalhamento da norma para temas específicos, objetivando viabilizar sua operacionalização.

O Estado brasileiro, acatando a perspectiva e o caráter interdisciplinar do tema, envolveu outros Ministérios, além do de Meio Ambiente. Por se tratar também de uma educação formal, no ano de 1987, o então Conselho Federal de Educação emitiu o Parecer N. 226/87, recomendando a disseminação de Centros de EA no país (IBAMA, 1996).

A Constituição Federal promulgada em 1988 (conhecida também como a Constituição Cidadã), considerou em seu Art. 225 a garantia de direito de todos os cidadãos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como também situando-o no tempo quando afirma seu caráter permanente visando contemplar as “presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988, Art. 225). Destaca-se a intencionalidade dos Constituintes ao fixar na norma maior do Estado brasileiro, no Parágrafo 1º do Art. 255, que “para assegurar a efetividade desse direito incumbe ao Poder Público: Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (IBAMA, 1996, p. 11). Assim, a EA vai se consolidando como política pública no arcabouço legal brasileiro, sendo reafirmada a cada novo marco legal da temática meio ambiente.

O final da década de 1980 e início da de 1990, foi marcado por grande movimento na agenda institucional de meio ambiente brasileira. Em 1989 foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) contemplando, dentre suas atribuições, a criação, a gestão e a implementação das UCs e a execução das ações de EA da esfera federal. Além desta importante instituição, foi criado também o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), responsável por significativo fomento a projetos de EA tanto por instituições da sociedade civil como por instituições públicas (MMA, 2014).

Em 1992, após intensas atividades de comissões e debates preparatórios foi realizada no Brasil a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), importante evento que alavancou a atenção e a priorização sobre este tema na agenda nacional de políticas públicas. A Rio-92 colocou o país, ao menos do ponto de vista institucional, como um importante agente na articulação, implantação e fomento às políticas públicas de meio ambiente. Tanto o MMA, como o MEC e o IBAMA, instituíram, a partir deste momento, lócus institucionais para tratar das questões relacionadas à EA, reconhecendo-a como um dos instrumentos da política ambiental brasileira (MMA, 2014).

Neste sentido, treze anos após a PNMA ser criada e definir a EA como um de seus princípios e reafirmado este entendimento em compromissos e normas subsequentes, tanto nacionais (Constituição Federal/1988) como internacionais (Rio-92), em 1994 é lançado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) (MMA, 2014). O programa envolveu um convênio entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), e a participação do Ministério da Cultura (MinC) e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Tal programa

Constitui-se em um documento de grande relevância, não somente por ser o primeiro programa nacional, mas por ser um reconhecimento por parte do MEC de que era um tema institucional e politicamente marginal até então (IBAMA, 2003, p.14). O PRONEA previu três componentes: (a) *capacitação de gestores e educadores*, (b) desenvolvimento de ações educativas, e (c) desenvolvimento de instrumentos e metodologias (MMA, 2014, p.17. Grifo nosso).

De acordo com Sorrentino *et al* (2015, p.287), “a abordagem do Programa Nacional de Educação Ambiental reitera um entendimento, historicamente

construído, dos desafios desta como processo dialético de transformação social e cultural”.

Como desdobramento da criação do PRONEA, no âmbito do poder público federal responsável pela execução das políticas públicas de meio ambiente e de educação, abriu-se caminho para uma aproximação formal e de agendas entre o MMA e o MEC, objetivando pensar a EA de forma integrada. Neste sentido, estes dois principais Ministérios instituíram espaços institucionais como coordenações, grupos de trabalho, comissões, etc. e juntamente com a sociedade civil iniciaram a articulação para a formulação de uma Política Nacional para a EA no Brasil.

Todos estes esforços culminaram em 1999 na aprovação da Lei N.9795 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Três anos depois, em 2002, foi publicado o Decreto N.4281 com sua regulamentação, definindo entre outras coisas, a composição e as competências do órgão gestor da PNEA avançando, assim, na sua implementação (MMA, 2014).

O Artigo 1º do PNEA conceitua a EA como:

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, Art. 1º).

Esta política pública traz a EA como um componente da educação nacional, no âmbito formal e não-formal em todos os níveis e modalidades do processo educativo. Define a EA como um direito e incumbe ao Poder Público definir políticas públicas para viabilizar ações, promovendo o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente. Prevê também o desenvolvimento de atividades integradas pelas instituições de educação, órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), meios de comunicação, empresas e a sociedade como um todo (BRASIL, 1999).

A PNEA (BRASIL, 1999) apresenta, em seu Art. 4º, os princípios básicos da EA brasileira. Sendo eles:

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

- III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

E em seu Art. 5º apresenta os seguintes objetivos fundamentais:

- I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II - a garantia de democratização das informações ambientais;
- III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Cabe destacar ainda que o item I do Art. 8º da PNEA indica a capacitação de recursos humanos como uma das linhas de ação nas atividades que devem ser desenvolvidas na educação em geral e na escolar. Reforça-se neste dispositivo legal a relevância dada ao caráter formativo dos agentes envolvidos neste processo, aspecto presente desde as primeiras conferências e iniciativas da década de 1970.

No parágrafo 2º do Art. 8º a PNEA apresenta as orientações sobre a capacitação dos recursos humanos:

- I - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;
- II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;
- III - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;
- IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;
- V - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental.



Segundo Sorrentino *et al* (2005), o MEC e o MMA, como instâncias executoras da PNEA e considerando as diretrizes do PRONEA, desenvolvem propostas de formação de educadores(as) ambientais. Ambos os Ministérios, considerando seus escopos de atuação e com seus agentes específicos, operam dentro de uma perspectiva crítica, popular e emancipatória e busca-se articular processos que fomentem uma transformação a partir de uma visão sistêmica e permanente do processo educacional.

Conforme Sorrentino *et al* (2005), no âmbito do MEC, já existia uma estrutura consolidada para implementação da PNEA (rede de ensino formal), já no MMA, reconheceu-se seus limites e buscou-se estratégias subsidiárias para o alcance dessas políticas de forma ampla e democrática. Nesse sentido, e priorizando a formação de educadores, adotaram-se estratégias que vinculavam diversos agentes como consórcios regionais, comitês de bacias, programas e projetos em parcerias com os estados, municípios e redes de educação ambiental, universidades e órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

Com a participação do Estado brasileiro em conferências mundiais na temática do meio ambiente na década de 1970 até a realização da Conferência Rio-92 percebe-se uma relação de agentes supranacionais, em especial a UNESCO. No plano nacional assumem protagonismo na discussão o MMA, MEC, IBAMA, entre outros, tendo como mote de discussão a EA no processo da gestão ambiental pública, da educação e da política pública de meio ambiente.

Mais do que eixo de debates, atribuem-se funções a EA, como sua conceituação que articula-se com a perspectiva interdisciplinar e também o sentido holístico em relação a manutenção da vida. Muito embora os argumentos de Bourdieu (2004) sejam relativos as lógicas de produção da ciência, é possível de observarmos estratégias de distribuição de poderes e composição da EA no plano das regras institucionais, mobilização de capitais simbólicos, entre outros aspectos que nos levam a entender a construção da EA no Brasil no plano de instituição de um “campo” tal qual discutido por Bourdieu (2004).

Neste movimento, através da interação dos agentes envolvidos, ocorre a definição de conceitos, entendimentos e diretrizes que legitimam ou deslegitimam sua existência e atuação no campo da EA. Conquistam-se espaços institucionais importantes como no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), no

Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), nas Secretarias Estaduais e Municipais de Meio Ambiente por todo o Brasil, além das Universidades e da sociedade civil representada pelas Redes de EA, conquistando uma significativa capilaridade em todo o Estado brasileiro. Observa-se que:

Nesse contexto, a educação ambiental no país é fortalecida e ampliada com a criação e consolidação das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAS) nos estados da federação; a criação de Coletivos Educadores, Coletivos Jovens de Meio Ambiente, fóruns locais da Agenda 21, inclusive no âmbito das escolas, com a constituição das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida - COMVIDA; a criação de redes de educação ambiental nos estados, regiões e municípios do país; a realização dos Fóruns Brasileiros de Educação Ambiental; as Conferências Nacionais de Meio Ambiente em suas versões “adulta” e “infantojuvenil”; a instituição de Salas Verdes em espaços não formais de educação; a expansão da educação ambiental nas instituições de ensino e o fomento de pesquisa e extensão em diferentes níveis do ensino formal; e, a inserção de práticas educativas relacionadas à temática ambiental em organizações da sociedade civil e movimentos sociais (MMA, 2014, p.21).

Especificamente para as UCs foi incumbida a educação não-formal, a qual é entendida na PNEA como “as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente” (BRASIL, 1999, Art. 13º). Destaca-se também o item V do parágrafo único do mesmo Artigo, que salienta o dever do Poder Público em incentivar, dentre as ações de EA, a sensibilização da sociedade sobre a importância das UCs.

Com relação às UCs, a EA vinculou-se formalmente a partir da Lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (BRASIL, 2000). Vale lembrar, como apresentado no capítulo anterior, que o SNUC foi instituído mediante grande conflito e intenso debate acerca dos entendimentos dos objetivos e finalidades das UCs. Evidenciaram-se os principais agentes disputando a hegemonia na construção das regras deste campo (BOURDIEU, 2004). Polarizaram-se em duas principais correntes políticas pedagógicas: a preservacionista, que concebe a proteção dos recursos naturais sem a presença de populações humanas em áreas protegidas (baseado no conceito norteamericano de *wilderness*), e a socioambientalista, que entende a proteção dos recursos naturais vinculada diretamente à participação social na gestão dessas áreas e a questão das populações tradicionais que já habitavam estes territórios.

A Lei do SNUC fixa logo no início de sua redação, como um de seus objetivos “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental” e em seguida traz como uma de suas diretrizes a seguinte orientação “asseguem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação” (BRASIL, 2000, Art. 4º e 5º). Neste sentido, entende-se a EA como um instrumento para promover a participação social na formulação da política pública ambiental.

Outro marco regulatório importante para as áreas protegidas é o Decreto Federal N.5758/2006 que chancela o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), e que traz dentre seus princípios a

Promoção da participação, da inclusão social e do exercício da cidadania na gestão das áreas protegidas, buscando permanentemente o desenvolvimento social, especialmente para as populações do interior e do entorno das áreas protegidas (ICMBIO, 2016, p.20).

No âmbito do ICMBio, autarquia federal responsável por propor criação, pela implementação e pela gestão das UCs, a EA aparece na Lei que cria o Instituto (Lei N.11516/2007), no inciso III do Art. 2º, que trata de suas finalidades, da seguinte forma: “fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental” (ICMBIO, 2016, p.21).

Afunilando ainda mais os marcos regulatórios, o CONAMA, através da Recomendação nº 14, de 26 de abril de 2012, indica a adoção da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA) (ICMBio, 2016)<sup>11</sup>. Esta por sua vez, enfatiza a necessidade de “processos inclusivos e no fortalecimento da cidadania que desencadeiam a tomada de decisão consciente pelas comunidades sobre as Unidades de Conservação” (ICMBio, 2016, p.21).

Nesse íterim, concorda-se com o ICMBio (2016) e FABI (2014) que apontam os objetivos da EA como perspectivas comuns tanto na legislação ambiental, quanto na legislação específica da educação que trata do ensino formal,

---

<sup>11</sup> Vale informar que além de todo este arcabouço legal na área de meio ambiente apresentado aqui, o Estado brasileiro dispõe também um aparato legal e normativo na área educacional, como por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, dentre outras.

destacando a participação social, a formação de valores e a construção da cidadania integrada à proteção ao meio ambiente.

## 2.2 A TERRITORIALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS E A PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO PEDAGÓGICA

Conforme apresentado no capítulo 1, as UCs são compreendidas como territórios, contemplando relações de poder, materialidades e imaterialidades. Assim, a gestão territorial destas áreas pressupõe a implementação de ações estruturadas, planejadas e conduzidas por equipe técnica qualificada para este fim. Desta forma, a partir da norma, de como as políticas públicas de EA foram organizadas no Brasil, na dimensão dos marcos legais, nesta segunda parte do texto será apresentado como este processo se reflete nas práticas de gestão territorial das UCs.

A presente pesquisa, com o objetivo de mostrar onde e de que forma as territorialidades da EA se expressam nas UCs federais, consultou as 324 UCs federais legalmente instituídas à época da coleta de dados, e que naquele momento encontravam-se sob a gestão do ICMBio. Destas, 254 responderam a um questionário, instrumento selecionado para coletar os dados primários (APÊNDICE 01). As UCs respondentes/participantes da pesquisa corresponderam a aproximadamente 78,4% do total das UCs federais naquele momento. Segundo a experiência do autor na gestão das UCs federais, trata-se de uma elevada taxa de retorno dos questionários, visto que as UCs federais recebem um grande número de solicitação de preenchimento de questionários, sejam institucionais, de ONGs e/ou de Universidades, e muitas vezes a grande demanda de trabalho não lhes permite atender todos os requerimentos de participação em pesquisas.

A distribuição espacial das UCs que responderam ao questionário e as que não deram retorno ao questionário é apresentada no cartograma abaixo (Figura 2).

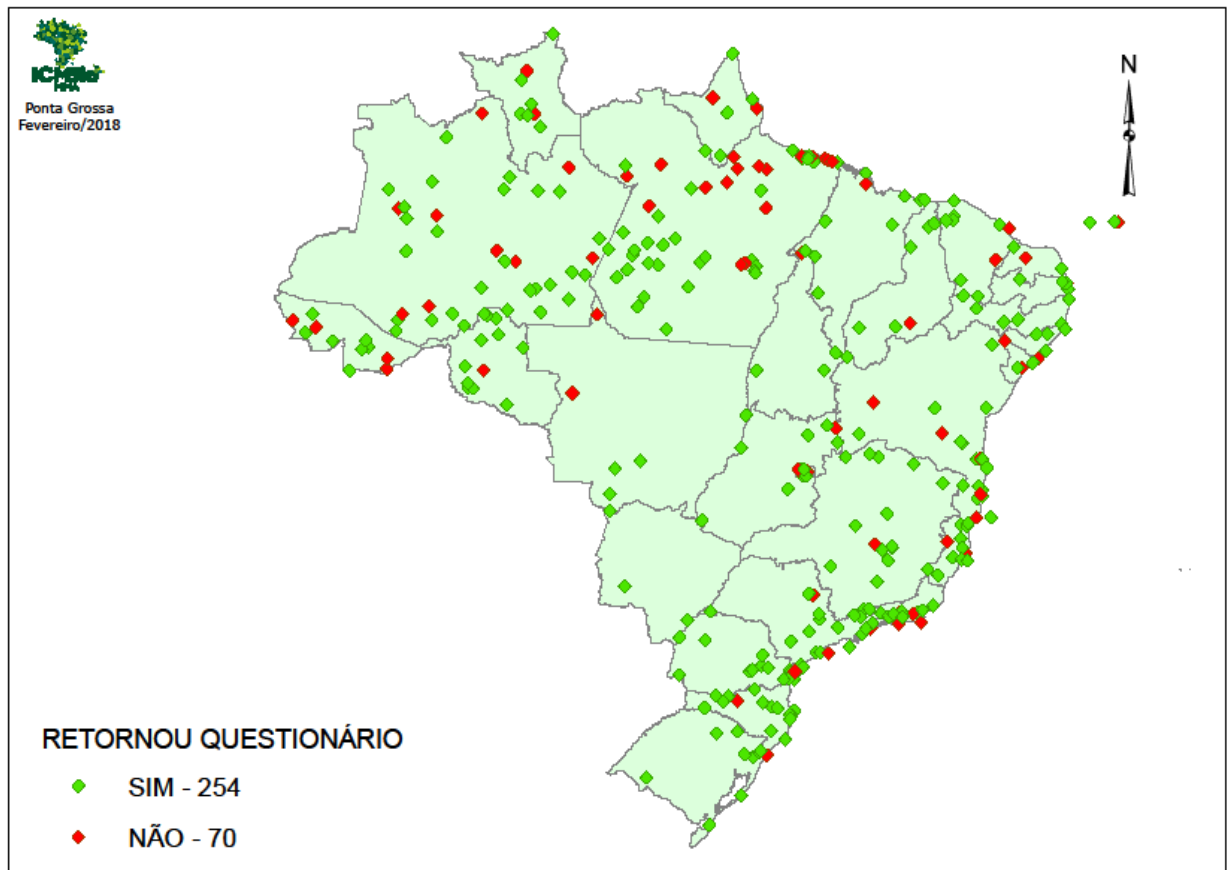


Figura 2 - Localização das UCs que foram contactadas para participar da pesquisa. Fonte: dados da pesquisa. Org.:MARQUES, J. L. de A.; FERLA, M. R. 2018.

Ao verificar os participantes da pesquisa, percebeu-se uma maior participação proporcional das UCs do grupo de Proteção Integral (PI) que, considerando a norma, são mais restritivas ao uso quando comparadas com as UCs do grupo de Uso Sustentável (US). Das 147 UCs de PI, 125 participaram da pesquisa respondendo ao questionário, representando 85,0% deste grupo (38,6% do total de UCs do sistema federal), enquanto que das 177 UCs de US existentes no país no momento da coleta de dados, 129 participaram, representando 72,9% deste grupo (39,8% do total de UCs do sistema federal).

Todavia, no âmbito das práticas, as territorializações das UCs no que concerne à ocupação humana e ao uso direto dos recursos naturais não estão diretamente ligadas à categoria ou grupo em que a UC está enquadrada. Esse tipo de territorialização - ocupação humana e uso direto dos recursos naturais não estão restritos à previsão legal, mas sim a outros fatores, como por exemplo, o histórico de ocupação do território de forma mais ampla.

Ademais, se restringirmos a análise somente à Lei do SNUC (BRASIL, 2000) constataríamos que na descrição das 12 categorias<sup>12</sup> de UCs, apenas 06 fazem referência ou apresentam previsão para ações educativas, sendo estas 3/5 (três quintos) das UCs de PI e 2/7 (dois sétimos) das UCs de US. Ou seja, temos uma taxa maior de previsão na norma para as UCs do grupo de PI. Se olharmos para o *caput* dos artigos que apresentam o objetivo de cada categoria de UC, aí essa diferença fica mais gritante, pois somente a categoria Parque Nacional faz esta previsão:

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000, Art. 11º).

A previsão expressa da EA como objetivo somente na categoria Parque Nacional, pode estar vinculada ao fato desta categoria ser consagradamente a mais conhecida e difundida mundialmente. Entretanto, a recreação e o turismo, emblematicamente associados a esta forma de territorialização parecem estar descolados dos conflitos socioambientais mais expressivos nestes territórios.

Em um diagnóstico realizado pelo ICMBio no período de 2012 à 2014, envolvendo 88,5% das UCs federais naquele momento, denominado “Interfaces Territoriais entre Unidades de Conservação e Povos e Comunidades Tradicionais”, objetivou-se levantar a ocorrência de populações tradicionais, comunidades quilombolas, povos indígenas, agricultores familiares ou assentados da reforma agrária, residindo, usando recursos naturais ou utilizando a UC como via de acesso, em desacordo com a categoria ou instrumentos de gestão da UC. A constatação de tal diagnóstico foi a presença de uma elevada taxa destas interfaces com as UCs de PI (MADEIRA *et al*, 2015).

De acordo com Madeira *et al* (2015), a análise do diagnóstico mostrou a ocorrência de 185 interfaces territoriais com as UCs federais, sendo destas, 132 em 94 UCs de PI e 53 em 44 UCs de US. A percentagem de ocorrência de interfaces territoriais nas UCs de PI foi de 69,6%. Se destacarmos a categoria Parque Nacional, que é a mais emblemática neste grupo e que não prevê a ocupação

---

<sup>12</sup> Para um aprofundamento sobre o histórico de criação das categorias de UCs no Brasil ver: PUREZA (2014).

humana em seu território, exceto para o turismo, atividades educativas e pesquisa científica, a taxa de interfaces territoriais é ainda maior: 76,8%. Isto significa que 53 dos 69 Parques Nacionais brasileiros levantados à época apresentavam alguma interface territorial em desacordo com a norma.

Nas Figuras 3 e 4, apresentam-se os cartogramas de localização das UCs participantes da pesquisa, identificadas por grupos e categorias. As legendas dos cartogramas apresentam os valores expressos em percentuais (%) e que correspondem ao total de UCs participantes da pesquisa (respondentes) em relação ao número total de UCs instituídas no país naquele momento.

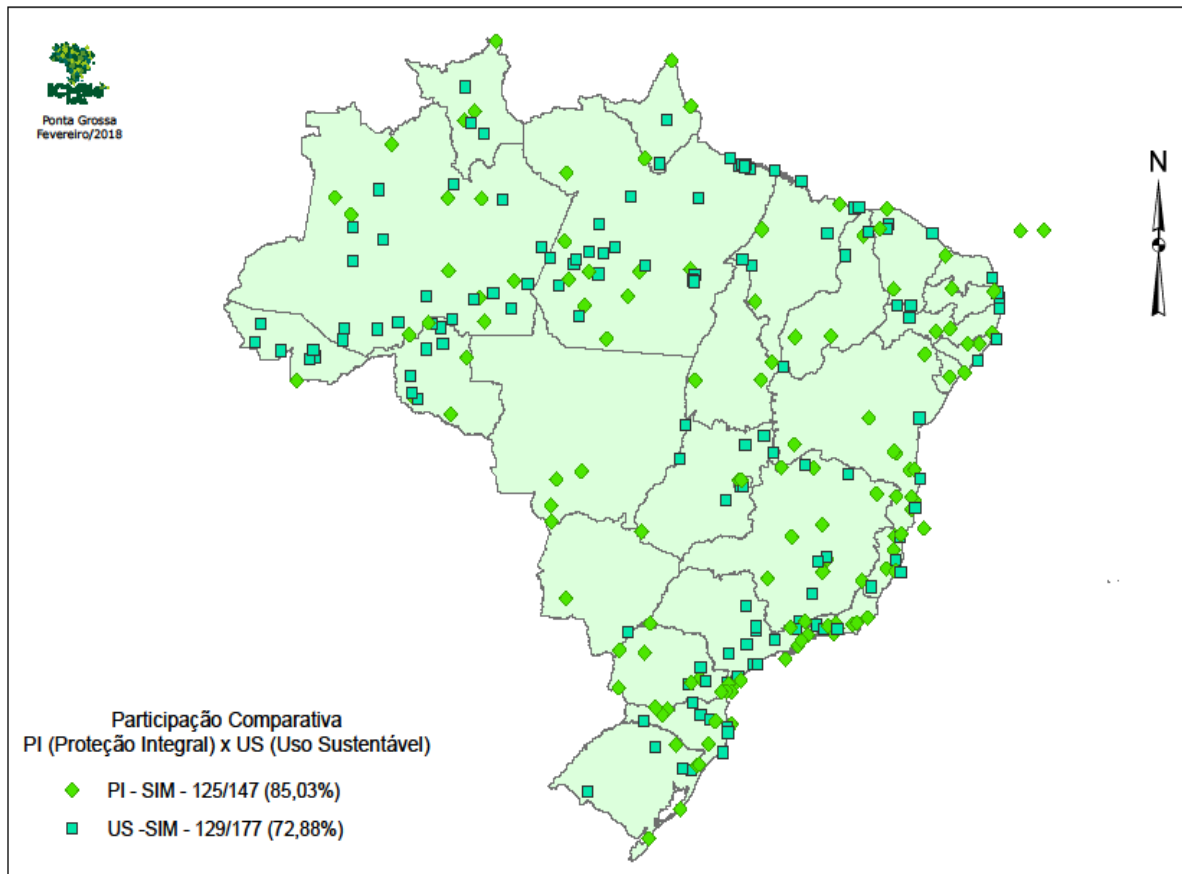


Figura 3 - Localização das UCs participantes da pesquisa agrupadas em PI e US. Fonte: dados da pesquisa. Org.: MARQUES, J. L. de A.; FERLA, M. R. 2018.

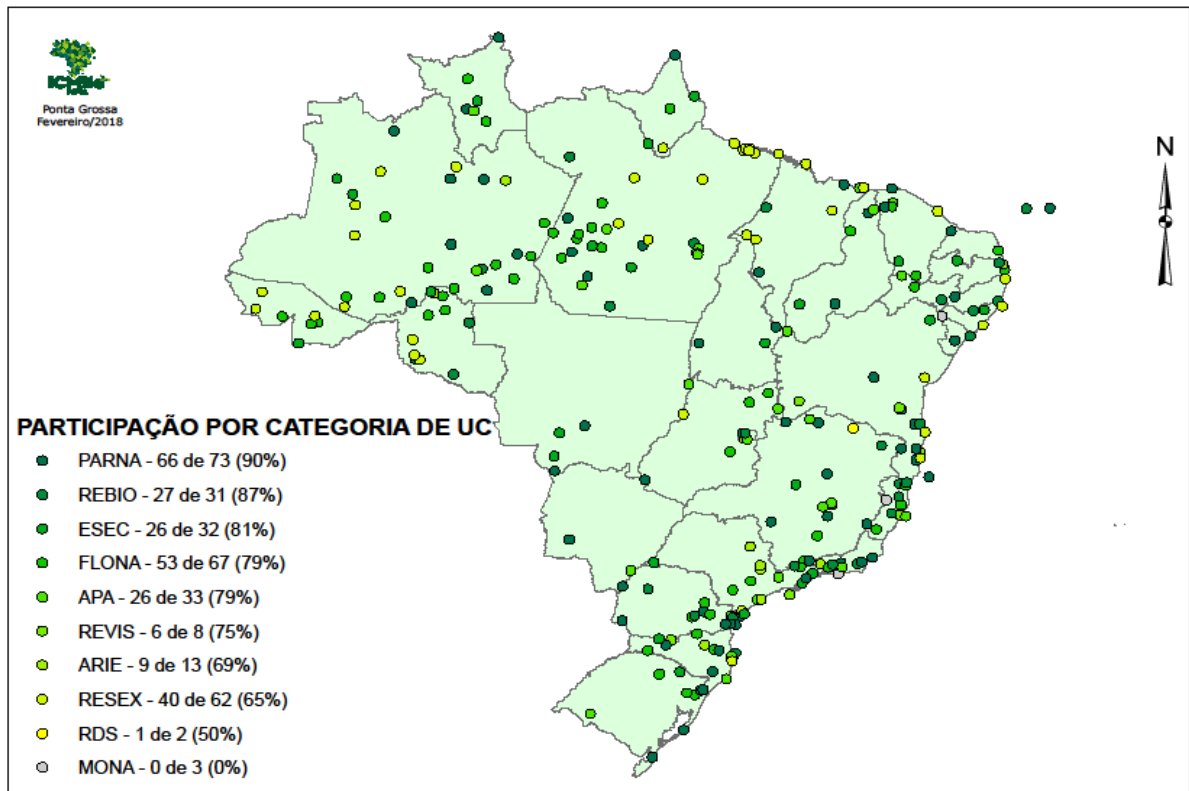


Figura 4 - Localização das UCs participantes identificadas por categorias. Fonte: dados da pesquisa. Org.: MARQUES, J. L. de A.; FERLA, M. R. 2018. Siglas: PARNA: Parque Nacional; REBIO: Reserva Biológica; ESEC: Estação Ecológica; FLONA: Floresta Nacional; APA: Área de Proteção Ambiental; REVIS: Refúgio de Vida Silvestre; ARIE: Área de Relevante Interesse Ecológico; RESEX: Reserva Extrativista; RDS: Reserva de Desenvolvimento Sustentável; MONA: Monumento Natural.

Apresentado o percentual (sistematização) dos totais de participantes da pesquisa e seus respectivos grupos e categorias de manejo, é possível identificar as diferentes formas de territorialização que o Estado emprega almejando conformar determinados territórios.

Destaca-se, na sequência, o período que a pesquisa problematizou. Para formular um panorama do desenvolvimento das ações de EA nas UCs federais, buscou-se primeiramente levantar informações do processo histórico da gestão das UCs, ou seja, se ocorriam ações de EA antes do ano de 2007, então sob gestão do IBAMA, se ocorriam ações de EA nos últimos 09 anos, contemplando aproximadamente a primeira década de gestão das UCs sob responsabilidade do ICMBio e se no momento da coleta de dados estavam ocorrendo ações de EA. Num segundo momento apresentar-se-ão dados referentes ao processo formativo dos agentes envolvidos.

Na Tabela 2 e na Figura 5 são apresentadas, de forma sintética e espacializada, as informações obtidas junto às UCs com relação à territorialização



das ações de EA ao longo do tempo. Percebe-se as diferentes escalas de territorialização do Estado – tipo de UC criada e o desenvolvimento ou não de determinada ação.

Neste sentido, verifica-se que 44,9% das UCs participantes da pesquisa informaram que já ocorriam ações de EA à época do IBAMA<sup>13</sup>. Este percentual sobe para 80,3% quando a gestão das UCs passa a ser de responsabilidade do ICMBio e, no momento da coleta de dados, 66,9% das UCs participantes da pesquisa informaram que estavam com ações de EA em curso.

Destaca-se também que 27,9% das UCs não souberam informar se à época do IBAMA ocorriam ações de EA na UC. Pode-se atribuir esta significativa taxa de desinformação à mobilidade interna dos servidores em remoções dos locais de lotação, aos servidores oriundos de novos concursos (pós-IBAMA) e/ou à falta de registros institucionais das ações.

Tabela 2 - Desenvolvimento de ações de EA nas UCs Federais por períodos

<b>Desenvolvimento de ações de EA</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>Não sei informar</b>	<b>Total de UCs respondentes</b>
<b>Antes de 2007 IBAMA</b>	114 (44,9%)	69 (27,2%)	71 (27,9%)	
<b>2007 a 2016 ICMBio</b>	204 (80,3%)	27 (10,6%)	23 (9,1%)	254/324 (78,4%)
<b>2016-2017 ICMBio Atual</b>	170 (66,9%)	84 (33,1%)	-	

Fonte: dados da pesquisa. Org.:FERLA, M. R. 2018

<sup>13</sup> Esse percentual poderia ser ainda maior caso fossem consideradas apenas as UCs instituídas até 2007 – ano de criação do ICMBio. Todavia, diversas outras UCs foram criadas após 2007. Desta forma, este dado correlacionado com outros traz indicativos sobre continuidade ou não de ações de EA.

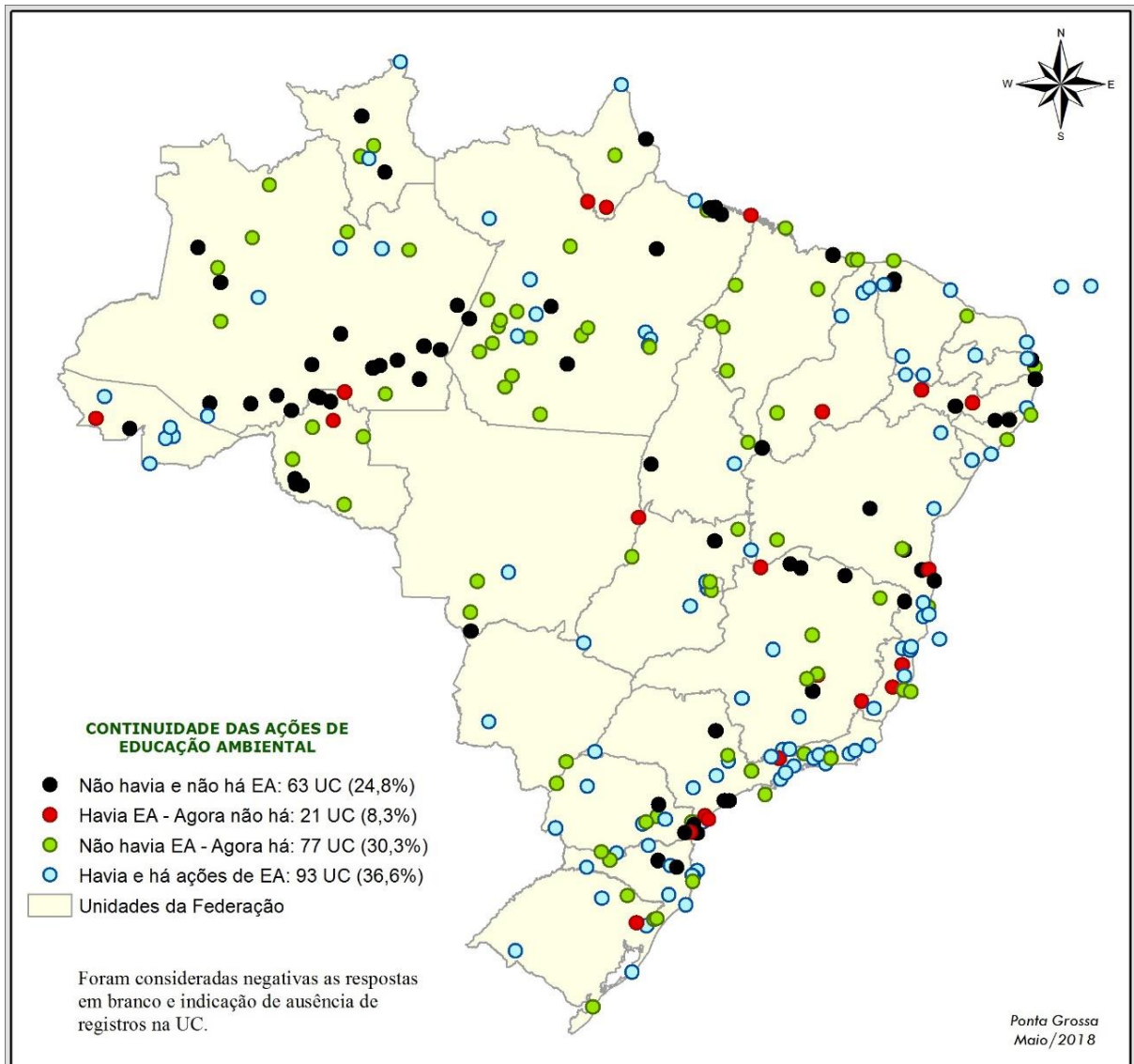


Figura 5 - Distribuição geográfica das UCs relacionando-as ao desenvolvimento das ações de EA por período. Fonte: ICMBio/Ponta Grossa.

É válido destacar que das 254 UCs participantes da pesquisa que 36,6% mantêm uma duradoura prática de EA demonstrando a territorialização desta prática. Estas apresentam uma espacialização concentrada em uma linha imaginária que se estende dos estados do sul do país margeando os estados litorâneos.

Das 63 UCs (24,8% do total das UCs participantes) que não desenvolvem nenhuma ação de EA, 21 delas (33,3%) encontram-se concentradas em uma linha imaginária diagonal cortando a região sul do estado do Amazonas. Destas 21 UCs, 5 foram criadas em 2016, ou seja, relativamente recentes e talvez por esse motivo ainda não desenvolvem ações de EA. Mas as outras 16 UCs desta concentração foram criadas até o ano de 2008. Outro aspecto que chama atenção neste grupo é que destas 21 UCs que não desenvolvem ações de EA, 15 delas são do grupo de

US (9 FLONAS; 5 RESEX e 1 APA), ou seja, uso direto e sustentável dos recursos naturais e que necessariamente deveriam prever a EA como prática de integração territorial, com a finalidade de qualificar o debate e as discussões sobre as múltiplas formas de usos dos recursos naturais existentes nestes territórios.

Entretanto, considerando o processo histórico de territorialização da EA no Brasil e sua inserção nas UCs através da institucionalização pelo poder público, reconhece-se ser um dever do Estado e atribuição institucional do ICMBio. Não se trata de uma estratégia de gestão individualizada, condicionada à afinidade do gestor com este tema. Isto posto, procurou-se compreender os motivos pelos quais nem todas as UCs desenvolviam ou desenvolvem ações de EA.

Ainda sem entrar no conteúdo das ações de EA desenvolvidas pelo ICMBio, procurou-se saber onde existiram ou existem ações de EA e onde não, e no caso da negativa, os motivos pelos quais não acontecem. Desta forma, ao investigar o porquê do não desenvolvimento de ações de EA, constatou-se três principais motivos: a) Equipe insuficiente; b) Falta de recursos financeiros e c) Ausência de infraestrutura adequada. No Gráfico 1 é apresentada a consolidação de todos os motivos informados pelas UCs acerca das dificuldades e/ou limitações que impediram ou impedem o desenvolvimento de ações de EA.

Destaca-se nestes motivos, com maior evidência, a “Equipe insuficiente”. Das 84 UCs que responderam que não desenvolvem ações de EA, 66 informaram essa insuficiência de pessoal como fator (ou um dos fatores) limitante, correspondendo a 79% dos motivos apontados. Em segundo lugar aparece a falta de recursos financeiros (46%) e em terceiro lugar a falta de infraestrutura adequada (40%). Com uma taxa intermediária (24%) é indicada a falta de capacitação como fator limitante.

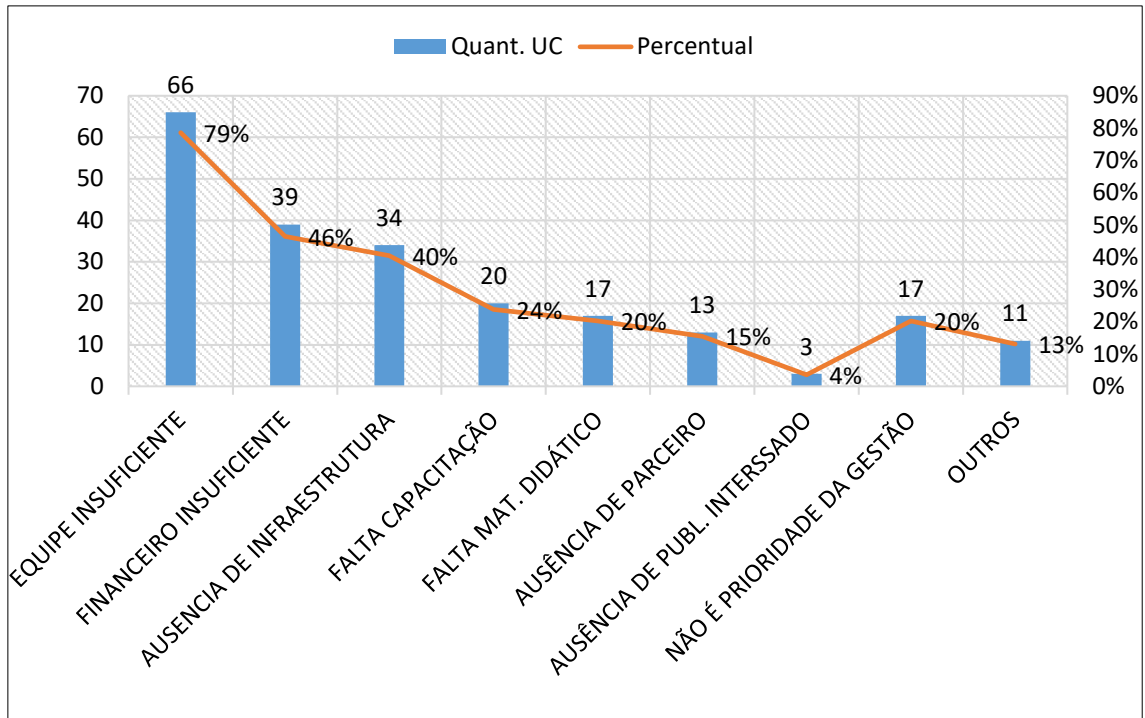


Gráfico 1- Motivos pelos quais as UCs não desenvolvem ações de EA. Fonte: dados da pesquisa. Org.:FERLA, M. R. 2018

Segundo Fonseca (2016) e MMA (2009), o subfinanciamento das UCs foi uma constante ao longo dos anos e é acompanhado do subfinanciamento do MMA, ao qual a autarquia é vinculada diretamente. De acordo com estes autores, existe um déficit de aproximadamente 6.500 pessoas para trabalho de campo nas UCs federais, considerando como equipe mínima de atuação. “Outro dado relevante é a queda relativa da participação do MMA, cujas dotações autorizadas representavam 0,57% do orçamento geral do Executivo Federal em 2005 e passaram para apenas 0,35% em 2015” (FONSECA, 2016). Assim, com o orçamento insuficiente e o crescente aumento nas quantidades de UCs federais, o que já era um problema para a implementação e efetiva gestão, acentua-se ainda mais ao ponto de inviabilizar atividades.

Soma-se a isto ainda o fato do Brasil possuir uma das maiores relações de área protegida por funcionário do mundo, o que revela a urgência imperativa de recomposição do quadro funcional não apenas em termos de novas contratações, mas também de treinamento adequado. Enquanto na África do Sul esta relação é a de 1.176 hectares para cada funcionário, no Brasil ela é quase vinte vezes maior (MMA, 2011, p.18).

A carência da infraestrutura adequada, responsável por 40% dos motivos citados pelas UCs pelo não desenvolvimento de ações de EA, despertou alguns questionamentos que necessitariam ser investigados com profundidade, o que não

foi possível no escopo desta pesquisa. De todo modo, as reflexões geradas são importantes elementos para se pensar nas territorialidades da EA nas UCs federais. Qual seria a infraestrutura adequada para o desenvolvimento de ações de EA no âmbito da concepção político-pedagógica adotada pelo ICMBio? Estariam estas UCs referindo-se a um espaço físico de propriedade do ICMBio? Este espaço físico seria um auditório ou uma sala de aula equipada com aparelhos multimídia, computadores, cadeiras almofadadas, ar condicionado, etc?

O subfinanciamento das UCs acarreta muitas vezes em falta de edificações, de pessoal e de equipamentos adequados para realização das atividades relacionadas à gestão das UCs de forma geral. Tal situação resulta em reivindicações legítimas que devem ser enfrentadas e atendidas. Todavia, cabe o alerta para não cair numa armadilha, que Freire (1987) denominou de concepção “bancária” da educação. Nesta perspectiva, os educandos estariam “vazios” a espera de conteúdos que seriam depositados e então se justificaria de forma tão incisiva a necessidade ou a expectativa de se ter um auditório e/ou sala de aulas para tal fim, ou mesmo apresentar a falta destes como fator limitante para o desenvolvimento de ações de EA.

E porque os homens, nesta visão, ao receberem o mundo que neles entra, já são seres passivos, cabe à educação apassivá-los mais ainda e adaptá-los ao mundo. Quanto mais adaptados, para a concepção “bancária”, tanto mais “educados”, porque adequados ao mundo. (FREIRE, 1987, p.36).

Assim, é válida a atenção de não confundir um local disponível para realização de oficinas, reuniões, rodas de conversa, que podem ser tanto no espaço institucional da UC, como nos mais variados espaços comunitários possíveis para estes fins, sem a necessidade essencial de um auditório e/ou sala de aulas para palestras e/ou “depósito de conteúdos”. Pois a EA crítica, abarcando uma concepção dialógica da educação, almeja justamente o contrário da concepção “bancária” da educação.

A educação e, por conseguinte, a EA, são atos políticos, a eficiência da ação territorial (UC) não significa de antemão uma situação de “controle social – negativo”, em especial em UCs que apresentam outras interfaces territoriais de uso direto do espaço (como atividades extrativistas, por exemplo) independente do grupo ou categoria de manejo da UC, seja em seu interior ou entorno. Dentre outras

situações, a prática da EA com as comunidades que fazem parte dos territórios onde as UCs estão inseridas corresponde justamente a oportunidades de encontros e potencialmente geradoras de processos de aprendizagem (mútua), isto é, por parte dos servidores do ICMBio e comunidade (educação dialógica), em que equipamentos e infraestrutura não se colocam como “limites essenciais” para a não realização de práticas de EA. Mas sim, a concepção de EA adotada e conseqüentemente o modelo de exercício da territorialidade é que fundamentam os tipos e as necessidades imprescindíveis (ou não) para os diálogos e/ou processos de reterritorialização, visto que muitas práticas espaciais precedentes são limitadas e/ou reorganizadas (desterritorialização) com a institucionalização de uma área geográfica para a conservação dos recursos naturais.

Nesta linha de interpretação, cabe trazer experiências vividas pelo autor desta dissertação em atividades de gestão de UCs federais na Amazônia brasileira. As atividades de diálogos, entendimentos e de aprendizagens sobre os agentes e território eram desenvolvidas na maioria das vezes no interior das comunidades, seja em escolas rurais de chão batido e telhado de palha, seja em associações de moradores ou simplesmente reunidos em frente à casa de alguma liderança, onde o multimídia se transformava em uma vareta riscando o chão de terra. Experiências que possibilitam avançar para processos da educação autêntica *Freiriana*, em que dialogicamente servidores, representantes do Estado, e comunitários, representantes de populações afetadas por políticas públicas de conservação, estabelecem uma relação de educador-educando com os educandos-educadores.

Com relação aos processos de capacitação dos agentes envolvidos com as ações de EA, pode-se apontar que a atual agenda de formação de educadores ambientais e das ações de EA no ICMBio, como já apresentado anteriormente, é resultado do processo histórico de territorialização da EA no Brasil através de sua institucionalização, mediante a formulação e implantação de políticas públicas. Neste sentido, IBAMA (1996, p.08) nos traz que a formulação dos programas e ações de EA tiveram contribuições oriundas de debates realizados nos:

[...] Seminários Nacionais sobre Universidade e Meio Ambiente (1986/1992), nos Cursos de Especialização em Educação Ambiental promovidos pela então Secretaria Especial de Meio Ambiente/Universidade de Brasília (1986/1988) e pelo IBAMA/Universidade Federal de Mato Grosso (1990/1992), no Encontro Nacional de Educação Ambiental, MEC/SEMAN, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e

Desenvolvimento (Rio, 92), no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (Fórum das ONGs) e nas diversas experiências desenvolvidas no País pelas organizações governamentais e não governamentais.

No IBAMA e sob a coordenação de José Silva Quintas, a EA foi recebida como Educação na Gestão Ambiental Pública (GAP). Segundo o próprio Quintas (2004, p.115-116), não se trata de uma nova modalidade de EA, mas sim “em uma outra concepção de educação que toma o espaço da gestão ambiental como elemento estruturante na organização do processo de ensino-aprendizagem”. A ênfase no processo formativo de educadores no IBAMA foi a necessidade de qualificar seus quadros funcionais para atuarem em espaços tensionados constituídos a partir dos processos de decisão sobre o acesso, a destinação e o uso dos recursos naturais na sociedade.

Com este referencial e como estratégia para manter a identidade crítica da educação no IBAMA, foi efetivado o Curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental Pública<sup>14</sup>. Foram realizadas 24 edições deste curso, no período de 1997 a 2006, contemplando 890 alunos (IBAMA, 2007 citado por LOUREIRO e SAISSE, 2014, p.113).

Verificou-se através da análise dos dados coletados que 40,1% (102) das UCs analisadas informaram ter algum servidor que participou ou estava participando de capacitação sobre EA, enquanto que 59,9% (152) das respostas foram consideradas como não tendo em seus quadros de pessoal servidores que participaram ou estavam participando de capacitação em EA. É uma elevada taxa de servidores que não participaram de capacitação em EA e esta pode estar relacionada com os 24% dos motivos apontados pela não realização de ações de EA, evidenciando a necessidade de ampliar a oferta de vagas para capacitação.

Constatou-se também uma taxa positiva na relação servidor capacitado X desenvolvimento de ações de EA. Das 102 UCs que informaram ter em seu quadro de pessoal algum servidor participante de capacitação em EA, 83 UCs (81,4%) também informaram que estão desenvolvendo ações de EA. Ou seja, ressalta-se a pertinência e importância em priorizar os processos formativos dos servidores. Porém, vale considerar que ainda restam 20 das 102 UCs (19,6%) que informaram ter em seu quadro de pessoal algum servidor participante de curso de capacitação,

---

<sup>14</sup> QUINTAS, J. S. **Introdução à Gestão Ambiental Pública**. Brasília: IBAMA, 2006. (Série Educação Ambiental, Coleção Maio Ambiente).

mas que não desenvolvem ações de EA. Para este grupo de UCs necessita-se de um aprofundamento para levantar os reais motivos para o não desenvolvimento de ações.

Das 102 UCs que informaram terem servidores participantes de capacitação em EA, 62 UCs (60,8%) informaram que apenas 1 servidor passou por capacitação, o que diminui muito a capacidade de execução em articular e desenvolver atividades com os grupos sociais envolvidos. 26 UCs responderam terem 2 servidores que participaram de capacitação, 7 UCs informaram 3 servidores e outras 7 UCs informaram terem em suas equipes mais de 3 servidores que passaram por capacitação em EA. Entende-se que quanto maior o número de servidores que passaram por capacitação em EA, maiores as chances de desenvolvimento de ações nas UCs, maior integração e afinidade com o tema entre a equipe, favorecendo o debate mais qualificado e o encaminhamento das ações. Percebe-se nesses números que das 254 UCs analisadas apenas 14 apresentam 3 ou mais servidores que passaram por capacitação em EA, ou seja, aproximadamente 0,5%.

Na Tabela 3 são apresentadas as instituições que promoveram as capacitações em que os servidores do ICMBio participaram. Destacando-se o ICMBio como mais citado, seguido das Universidades, em terceiro o IBAMA e por fim as ONGs e de outras instituições. Infere-se, assim, que um número significativo de servidores teve em suas capacitações uma abordagem político-pedagógica semelhante, pois tanto o ICMBio quanto o IBAMA partem da mesma raiz, ancorada na concepção de EA crítica. A elevada taxa de capacitações oriundas das Universidades pode refletir o papel formal da EA, como também as parcerias institucionais que os gestores das UCs estabelecem com este tipo de instituição nos territórios onde atuam.

Tabela 3 - Instituições promotoras de capacitação em EA para servidores do ICMBio - Pré-2007 a 2017.

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>Número de vezes citadas</b>
ICMBIO	74
Universidades	23
IBAMA	18
ONGs	16
Outros	12

Fonte: dados da pesquisa. Org.:FERLA, M. R. 2018



Fontana *et al* (2015, p. 881) relatam que os processos de capacitação no ICMBio, desde o início, foram estruturados considerando as experiências da EA na gestão pública, construída por educadores do IBAMA, “no período de 1992 a 2007, através da vivência de servidores do ICMBio que haviam passado por esse processo de formação, aliado a um forte enfoque na facilitação dos processos de gestão”.

Consoante Fontana *et al* (2015), os cursos de capacitação em EA no ICMBio iniciaram tendo como ministrantes uma equipe de consultores externos contratados, juntamente com estes servidores que haviam participado de cursos no IBAMA e aos poucos o curso foi totalmente absorvido pela equipe do ICMBio. Essa configuração de instrutores próprios do Instituto apresenta-se como uma grande vantagem, pois, além de eliminar despesas constantes com contratações externas, é possível articular a teoria mais próxima à prática. Os novos instrutores possuem grande conhecimento e experiência na gestão das UCs, afinal antes de serem instrutores, são gestores de UCs, atuando diretamente nestes territórios, e assim conhecedores de desafios, obstáculos e oportunidades da realidade das UCs.

Além do curso de capacitação em EA do ICMBio intitulado “Educação Ambiental na Gestão Pública da Biodiversidade”, no âmbito da Coordenação Geral de Gestão Socioambiental do ICMBio (CGSAM), foram organizados também outros dois cursos voltados para as questões sociais relacionadas às UCs: Ciclo de Gestão Participativa - Participação Social na Gestão da Biodiversidade e o Curso de Gestão de Conflitos Socioambientais na Conservação da Biodiversidade. Estes três cursos representaram um grande avanço na agenda socioambiental do ICMBio. Reconhecem-se as interfaces territoriais com os povos e populações tradicionais, os conflitos inerentes à gestão de UCs e busca-se estruturar capacitações específicas para os agentes envolvidos visando ao enfrentamento desses desafios.

Todavia, os cursos apresentavam alguns conteúdos similares e que conforme foram sendo executados, avaliados e aperfeiçoados, evoluíram para uma integração. De acordo com Fontana *et al* (2015), essa integração dos processos formativos e de seu corpo docente resultou, a partir do ano de 2015, em um único curso intitulado “Curso de Gestão Socioambiental”, contemplando as três linhas presentes nos cursos anteriores. Considerando conteúdos e objetivos específicos de cada um dos três cursos, os mesmos passaram a compartilhar um módulo introdutório chamado “Fundamentos da Gestão Socioambiental”, atividades na modalidade de Educação à Distância, um Seminário de Monitoramento de Projetos e

um Seminário de Encerramento. Além dessas atividades vinculou-se a elaboração e execução de um projeto de intervenção territorial local.

Considerando as territorialidades da EA como a questão central desta pesquisa, apresentam-se abaixo os objetivos específicos desta linha de capacitação no ICMBio:

a) Contribuir na formação e ampliação do corpo de educadores ambientais do ICMBio, demais órgãos do SISNAMA, comunidades e parceiros possibilitando o desenvolvimento de competências para formular, executar, monitorar e avaliar processos educativos com grupos sociais no contexto territorial; b) Construir processos de ensino-aprendizagem que proporcionem reflexões sobre as tensões inerentes à prática social e seus reflexos sobre a gestão socioambiental para a conservação da biodiversidade; c) Desenvolver ações educativas, utilizando estratégias de ensino-aprendizagem que estimulem a criticidade, autonomia e intervenção de grupos sociais no processo de gestão da biodiversidade; d) Contribuir para o fortalecimento dos demais instrumentos da Gestão Ambiental Pública, por meio da qualificação dos atores sociais envolvidos na sua implementação; e) Fomentar espaços de articulação entre educadores para fortalecimento das ações de Educação Ambiental no ICMBio e entre atores sociais relacionados à gestão ambiental para intervenção qualificada no contexto territorial; f) Possibilitar que o cursista se torne apto a construir e implementar projetos de educação ambiental no contexto territorial; g) Fortalecer a implementação do monitoramento e avaliação de resultados dos projetos de educação ambiental; h) Estimular a reflexão sobre o papel da comunicação como instrumento em processos educativos. (FONTANA *et al*, 2015, p. 884-885).

Ferla *et al* (2017) analisaram os projetos de intervenção territorial local, desenvolvidos pelos educandos da 4ª edição do curso de “Educação Ambiental na Gestão Pública da Biodiversidade” do ICMBio, do período de 2015/2016. O objetivo desta análise centrou-se em identificar como as práticas de EA nas UCs federais se expressam no espaço normatizado do sistema federal de UCs. Os resultados apontaram que apesar da pluralidade de concepções teóricas e práticas da EA brasileira, os projetos oriundos dos processos formativos do ICMBio apresentaram um alinhamento às concepções político-pedagógicas da EA crítica. Assim, evidencia-se novamente e reafirma-se a pertinência e o papel estratégico dos processos formativos na implementação de uma política pública.

Contudo, 152 UCs, compreendendo 59,9% do total das UCs participantes da pesquisa, responderam não ter em seus quadros de pessoal servidores que haviam participado ou estavam participando de capacitação em EA. Ao buscar entender os motivos pelos quais os servidores não participaram de capacitações em EA (Gráfico

2), chegou-se a um resultado próximo da investigação sobre quais os motivos da não realização de ações de EA.

Novamente aparece a limitante da “equipe reduzida”, que implica diretamente em outro motivo apontado: “falta de tempo” para realização de capacitações. Foi apontada também a falta de cursos e vagas insuficientes como dificuldades para capacitar-se. Além disso, 15 UCs responderam não ser prioridade a capacitação em EA. É possível que esta última indicação esteja relacionada diretamente a equipe reduzida, muitas vezes composta somente por 1, 2 ou 3 servidores, responsáveis por tocar diversos processos de gestão simultaneamente, como pesquisa científica, regularização fundiária, monitoramento, autorização para licenciamento, conselho gestor, plano de manejo, fiscalização, atividades administrativas, dentre outras. Esse excesso de demandas, incompatível com a força de trabalho que o Estado dispõe para tal fim, faz com que, em muitos casos, os servidores priorizem determinadas agendas em detrimento de outras. Nesse sentido, uma capacitação em EA, com potencial de qualificar o servidor para executar, em tese, uma gestão mais participativa e democrática, que poderia ser mais eficaz para a gestão de forma mais ampla, pode ser substituída apenas por ações ostensivas de fiscalização ambiental, por exemplo.

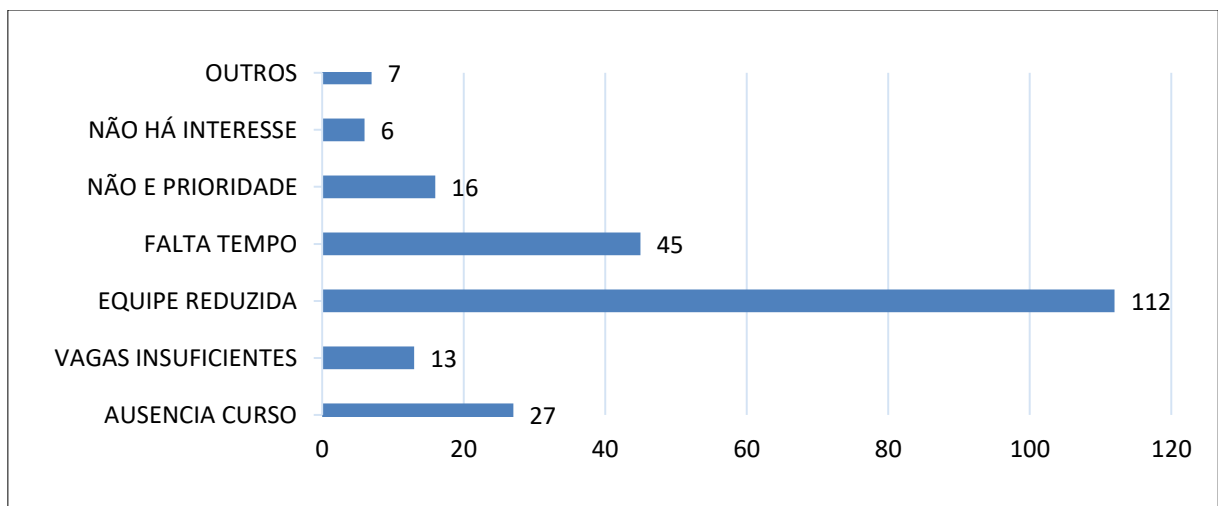


Gráfico 2 - Motivos pelos quais os servidores não participam de capacitação em EA. Fonte: dados da pesquisa. Org.:FERLA, M. R. 2018.

Constata-se, neste sentido, grandes entraves para implementação de uma política pública bem estruturada do ponto de vista da norma, devido ao subfinanciamento por parte do Estado. O recorrente subfinanciamento das UCs e a

insuficiência de pessoal aliados a uma baixa expressão política interna do Ministério do Meio Ambiente, face a outros Ministérios do Executivo (MMA, 2011), transpassa a questão conjuntural de um governo, apresentando repetidamente um descompasso entre a grandeza da missão de proteger os recursos naturais do país e o *status* adquirido internacionalmente neste tema e a realidade. Esses obstáculos passam então a ser não só uma questão de governos, mas sim uma questão do Estado brasileiro, e que precisam ser enfrentados. O Brasil, ao passar de um pretendente a um agente no campo ambiental internacional, submete-se às regras desde campo, que por sua vez é influenciado por outros campos como o campo da política internacional, o campo da economia, dentre outros. Todavia, apresenta dificuldades para territorializar de forma efetiva as políticas públicas internas decorrentes deste campo.

Conseqüentemente em momentos de crises econômica e política mais agudas como as atuais, os processos de gestão das UCs que já encontram-se fragilizados, aquém do mínimo necessário, absorvem ainda mais os impactos negativos. Neste contexto o Executivo força-se a apresentar alternativas, como é o caso da publicação do MMA intitulada “Fontes de Financiamento para Educação Ambiental” lançada no ano de 2017. O documento indica, como alternativa para superar tais obstáculos, o financiamento de ações de EA através da elaboração e submissão de projetos a potenciais instituições financiadoras, sejam elas públicas, privadas, nacionais ou internacionais (MMA, 2017).

Abrindo tal texto, o então Ministro do Meio Ambiente José Sarney Filho, prefacia a necessidade de informações qualificadas sobre fontes de financiamento para a gestão pública ambiental. Ressalta que a conjuntura atual exige “alternativas criativas e inovadoras para que seja possível realizar uma boa gestão” (MMA, 2017, p.07). O Ministro aponta a falta de conhecimento e a dispersão das informações como principais obstáculos para o acesso aos recursos. Destaca ainda a incapacidade dos gestores em elaborar projetos e buscar as fontes de financiamento. Complementa fazendo alusão de que os recursos existem e, nesse sentido, a referida publicação mostra-se como “uma ferramenta importante para que os gestores públicos tenham maior capacitação para elaborar e implementar suas propostas e possam, assim, viabilizar a melhoria da qualidade de vida nos seus territórios” (MMA, 2017, p.07).

A publicação supracitada, além de apresentar um portfólio dos potenciais financiadores, avança, de maneira muito instrumental e pragmática, para dicas e recomendações sobre esta modalidade de financiar as obrigações do Estado. Ressalta que “captar recursos é uma necessidade fundamental durante a formulação, implantação e avaliação de políticas públicas de educação ambiental e seus programas, projetos e ações decorrentes” (MMA, 2017, p.09). Traz que outra estratégia para ampliar esta captação de recursos é aliar-se a outras bandeiras ou lutas afins e a relação com o potencial financiador.

Se a priori a questão das mudanças climáticas é prioridade para tantas instituições e linhas de fomento, a EA pode acessar este campo, demonstrando a sua importância em projetos e programas específicos do tema, por exemplo [...] O financiador precisa ser instigado por uma causa planejada, com custos pensados e resultados mensuráveis, para que possa priorizar e destinar reservas para a EA, abrindo sua disponibilidade de caixa e aportando investimentos (MMA, 2017, p.12-13).

Contudo, MMA (2009), também reconhece os obstáculos, mas aponta para uma perspectiva diferente: “Os efetivos estabelecimento e gestão de unidades de conservação (UC), bem como o usufruto pela sociedade dos benefícios da sua criação, só são possíveis com um fluxo **adequado e regular de recursos financeiros**” (MMA, 2009, p.13. Grifo nosso). Entende-se como fluxo adequado e regular de recursos financeiros a previsão de uma fonte perene de financiamento, seja do órgão gestor das UCs, seja de seu Ministério vinculado. Fonte perene capaz de proporcionar planejamento a curto, médio e longo prazo. Capaz de proporcionar continuidade nas ações, de forma previsível e constante, compatível com uma Política Pública nacional de extrema relevância para toda sociedade, com protagonismo e reconhecimento internacional.

Nesta perspectiva, afasta-se das incertezas e discontinuidades de projetos à mercê de um financiador. Não se trata aqui de excluir ou desqualificar esse tipo de financiamento, que inclusive dispõe de previsão legal. Entretanto, faz-se necessário desvelar e compreender as constantes investidas, promovidas pela sociedade civil e pela sociedade política em desobrigar o Estado com o financiamento adequado e regular de determinadas Políticas Públicas, mediante alternativas ditas criativas e inovadoras.

Outro aspecto relevante neste tipo de alternativa e que precisa ser combatido diz respeito ao direcionamento para o indivíduo das precariedades e dos

obstáculos de um sistema, de um governo, de um Estado, do modelo capitalista de organização da sociedade. Ou seja, permite inferir, ideologicamente, que se o sistema nacional de UCs não vai bem e apresenta problemas, os gestores não realizam e não participam de capacitações, as UCs não desenvolvem ações de EA, a responsabilidade seria do gestor que não estava qualificado suficiente para captar recursos, sejam eles de origem pública ou privada, para superar os obstáculos.

Finalizando este capítulo é possível perceber que a política de EA no ICMBio e os seus agentes fazem parte de um campo social mais amplo, com dimensões normativas e práticas. A institucionalização da EA no Brasil e sua inserção nas UCs federais acompanhou as tendências e encaminhamentos desta pauta no campo internacional. O Brasil, na qualidade de agente dentro deste campo estrutura-se normativamente e institucionalmente para viabilizar a inserção de políticas públicas capazes de abarcar a EA.

As UCs, por sua vez, entendidas como territórios e incumbidas de proteger o patrimônio natural do país, estabelecem um campo de relações sociais ao serem instituídas. Com estas características, apresentam-se como lócus privilegiado para territorializar as ações EA. Para tanto, é necessário que os agentes públicos estejam qualificados para este fim. Neste sentido, tanto o IBAMA, quanto o ICMBio priorizaram o desenvolvimento de processos formativos para seus servidores. Esta estratégia demonstra a potencialidade dos agentes como articuladores entre o campo e a territorialização da EA.

### **CAPÍTULO 3**

## **A CONSTITUIÇÃO TERRITORIAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E SUAS PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS POR MEIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

No terceiro e último capítulo, parte-se do entendimento que as unidades de conservação (UCs) são territorializadas mediante suas práticas. As UCs compõem um campo (BOURDIEU, 1983; 1989; 2004) compreendendo um espaço de relações sociais que se correlacionam com outros campos ou sub-campos em diversas escalas. A partir daí entra-se especificamente nas ações de educação ambiental (EA) como prática de conservação dos recursos naturais.

Considera-se a natureza e o meio ambiente como um campo teórico e conceitual próprio, mais amplo e complexo, todavia, optou-se pelo recorte e utilização do termo “recursos naturais”, em sua concepção materialista, ou seja, recurso natural como o grande mobilizador das “políticas ambientais” em um Estado capitalista de classes, compreendendo o meio físico e biológico.

Isso requer compreender as relações sociais instituídas na destinação, no acesso e no uso dos recursos naturais, tendo o Estado como o grande mediador desta relação. Ver a política de EA nas UCs federais, do ponto de vista espacial, implica perceber a existência de ações e interações com agentes que não estão restritos a um marco conceitual.

Para tanto, o capítulo está dividido em duas partes. A primeira intitulada “Unidades de Conservação como territórios, agentes, materialidades e normas” traz um panorama geral desta integração do campo teórico com o campo das práticas das UCs. Na segunda parte: “Implicações entre as categorias das Unidades de Conservação e a concepção político pedagógica das ações desenvolvidas” busca trazer elementos que possam contribuir no entendimento da forma que as ações de EA estão ocorrendo nas UCs federais.

### **3.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO TERRITÓRIOS, AGENTES, MATERIALIDADES E NORMAS**

Neste momento dar-se-á de forma integrada um panorama atual das UCs federais, sob gestão do ICMBio. Buscar-se-á trazer essas áreas de forma

territorializada, ou seja, alguns números de seus processos de gestão, que expressam suas territorialidades no Brasil.

Segundo Aziz Ab'Sáber (2003), o Brasil devido à sua magnitude espacial, apresenta as principais paisagens e ecologias do mundo tropical, as quais chamou de domínios morfoclimáticos e fitogeográficos. O autor chama estas paisagens de “herança” no sentido dos processos fisiográficos e biológicos, como “patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como territórios de atuação de suas comunidades” (AB'SÁBER, 2003, p.09).

Outra forma conceitual de divisão territorial adotada nas políticas públicas de meio ambiente são os biomas (IBGE, 2018; MMA, 2018). O termo bioma, sem entrar em discussões teóricas e conceituais específicas, foi amplamente difundido no Brasil. Essa popularização (Bioma Amazônia, Bioma Mata Atlântica, etc) demonstra uma intencionalidade do Estado em direcionar esforços para determinados territórios. Essa intencionalidade pode gerar implicações de agentes envolvidos, como a concentrações de ONGs ambientalistas ora aqui, ora acolá e interesses internacionais no fomento de projetos de conservação, por exemplo. Na Figura 6 são apresentadas as UCs federais instituídas à época da coleta de dados desta pesquisa, espacializadas por biomas.

Como já citado nos capítulos anteriores, o Estado brasileiro conta desde o ano de 2007 (BRASIL, 2007) com uma instituição pública responsável exclusivamente pela gestão das UCs federais, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Como referência as informações disponibilizadas pelo ICMBio, numa ferramenta de transparência e acesso à informação chamada “painel dinâmico”<sup>15</sup> e na experiência profissional do autor como gestor de UCs federais deste o ano de 2005, apresentar-se-á um panorama das territorialidades do ICMBio.

O ICMBio foi criado por meio de uma cisão do IBAMA, no ano de 2007 através da Medida Provisória N.366 e posteriormente ratificado através da Lei federal N.11.516. Sua criação ocorreu mediante forte resistência e contrariedade de parte dos agentes envolvidos, inclusive sob a deflagração de uma greve nacional de

---

<sup>15</sup>O Painel Dinâmico de Informações do ICMBio é um sistema de transparência e prestação de contas da implementação, do monitoramento e da avaliação de planos e políticas ambientais, que visa aprimorar ainda mais a comunicação com a sociedade brasileira. Disponível em: [http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painel\\_corporativo\\_6476.qvw&host=Local&anonymous=true](http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painel_corporativo_6476.qvw&host=Local&anonymous=true). Acesso em: 18/06/18.



seus servidores e manifestações contrárias durante o V Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação realizado naquele ano na cidade de Foz do Iguaçu - PR e que contou com a participação expressiva dos chefes das UCs federais de todo país.

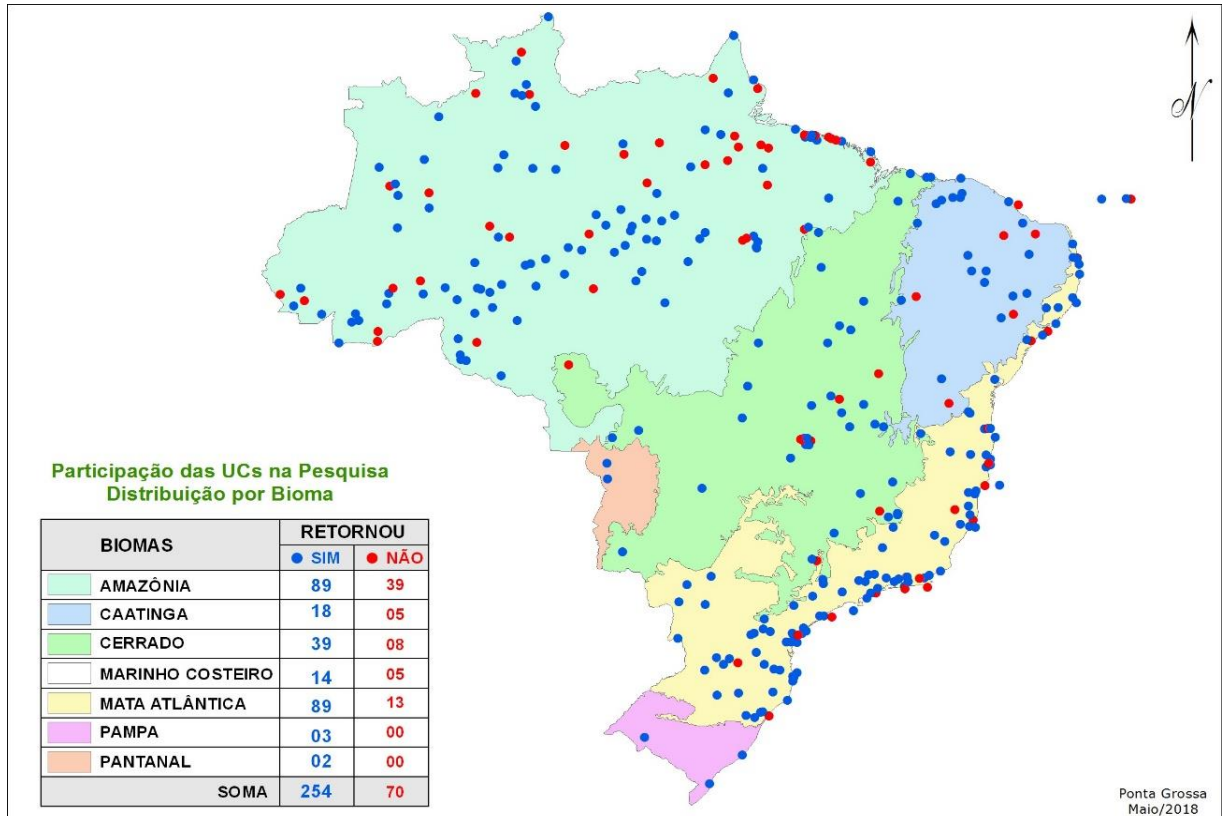


Figura 6 - UCs federais e os biomas brasileiros. Fonte: dados da pesquisa. Org.: MARQUES, J. L. de A.; FERLA, M. R. 2018.

Hoje, após mais de uma década de existência e atuação, o ICMBio é responsável pela execução das ações do Sistema Nacional de UCs, propondo, implantando, gerindo, fiscalizando e monitorando as UCs instituídas pelo Poder Público. Além disso, fomenta e executa programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exerce o poder de polícia ambiental para a proteção das UCs federais.

O ICMBio tem sede nacional em Brasília, Distrito Federal e unidades descentralizadas nos 26 estados da federação, contemplando no ano de 2018, 335 UCs, 14 Centros de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade e 11 Coordenações Regionais (CRs). As áreas sob gestão especial do Estado abrangem aproximadamente 78 milhões de hectares em áreas continentais, correspondendo a

aproximadamente 9,1% do território nacional e aproximadamente 89 milhões de hectares de áreas marinhas, compreendendo aproximadamente 24,4% do território brasileiro.

Compete ao ICMBio apresentar e editar normas e padrões de gestão para as UCs federais, em suas múltiplas formas de territorialização como as atividades de pesquisa científica, de regularização fundiária, de fiscalização, de monitoramento, do uso público, do uso sustentável dos recursos naturais, da promoção do desenvolvimento socioambiental, dentre outros.

A proteção das UCs federais tem como protagonistas os processos de prevenção e combate a incêndios nas UCs e a fiscalização. Apresenta como principais agentes os servidores fiscais, os instrutores dos cursos de fiscalização, abordagem, armamento e tiro, instrutores para formação de brigadistas, toda a burocracia institucional responsável pelo julgamento de autos de infração, as forças de segurança como as polícias e exército, justiça federal, ministério público federal e do outro lado os infratores e/ou autuados, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, um ribeirinho, um agricultor, um prefeito, um grande empresário ou uma multinacional, por exemplo, advogados, consultorias ambientais, dentre outros. Essas territorialidades se expressam no aspecto normativo através de Leis, Decretos, Instruções Normativas, Portarias, etc., como na prática, através da contratação de pessoal temporário – brigadistas para as UCs com maior vulnerabilidade ao fogo. Como também, na aplicação de penalidades administrativas ambientais ou compensatórias aos responsáveis por infrações ambientais, ou seja, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação da natureza ou correção da degradação ambiental.

Este processo no ICMBio demanda muitos esforços de pessoal e de recursos financeiros. Um indicador importante é a taxa de desmatamento nas UCs, que em 2007 apresentou 37.456 hectares desmatados, em 2016 registrou 22.079 hectares. Apesar da taxa apresentar uma queda relativa, a área desmatada no Brasil todos os anos ainda é muito grande.

O uso direto ou indireto dos recursos naturais nas UCs federais também apresentam números expressivos. A visitação registrada pelo ICMBio no ano de 2017 foi de 10.734.422 visitantes. Destes, 8.646.253 visitantes em Parques Nacionais e destes visitantes mais da metade concentram-se em dois Parques Nacionais: O Parque Nacional do Iguaçu no estado do Paraná (1.788.922 visitantes) e o Parque

Nacional da Tijuca no estado do Rio de Janeiro (3.295.187 visitantes). Também registram-se 57.608 famílias beneficiárias em UCs de US, que moram e/ou fazem uso direto ou indireto do recursos naturais das UCs. Neste recorte, dentre os principais agentes envolvidos destacam-se as instituições ligadas ao *trade* turístico de forma geral, turistas nacionais e internacionais, agências, serviços etc, como também servidores, guias, condutores, voluntários, empresas detentoras de concessões para prestação de serviços dentro das UCs e as populações tradicionais que residem e/ou utilizam os recursos naturais presentes nas espacialidades das UCs.

O campo científico, principalmente na área biológica (fauna e flora) também é muito presente nas UCs federais. No âmbito governamental, o ICMBio possui 14 unidades descentralizadas, denominadas de Centros de Pesquisa e Conservação. Estes Centros têm como principal objetivo produzir conhecimento direcionado à conservação da biodiversidade, do patrimônio espeleológico e da sociobiodiversidade associada a povos e comunidades tradicionais, por meio da pesquisa científica, pela análise técnica de dados e pelo ordenamento do território. Atuam também em parceria com a União Internacional para a Conservação da Natureza - UICN, na produção de informações das espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção, produzindo as “listas vermelhas” de espécies ameaçadas de extinção, que inclusive são demandas vinculadas a acordos internacionais – conferências sobre diversidade biológica (CDB). Neste campo específico percebe-se então a presença de normas nacionais e supranacionais e atuam como agentes, além dos Centros de Pesquisa, Universidades, Escolas, ONGs, Fundações de fomento à pesquisa e Organismos Internacionais. Destacam-se também, neste campo, as populações e comunidades através do seu conhecimento tradicional acerca do manejo e do patrimônio genético presentes nos territórios que foram afetados por UCs.

A Gestão Socioambiental desses territórios envolve as ações de Educação Ambiental, Gestão Participativa e Gestão de Conflitos e é executada de forma transversal a outros campos ou subcampos do ICMBio. Dando destaque à Gestão de Conflitos Territoriais através do encaminhamento de Termos de Compromissos com comunidades estabelecendo regras e normas provisórias para conflitos territoriais que esperam por soluções. A Educação Ambiental e a Gestão Participativa atuam muitas vezes de forma conjunta e se correlacionam. Todavia,

com suas especificidades, destacam ações na sensibilização e mobilização dos agentes, capacitações, formação e capacitação de conselhos das UCs, na participação social e na elaboração do plano de manejo, dentre outras.

As UCs apresentam dois principais instrumentos de Gestão: O Plano de Manejo (PM) e o Conselho Consultivo ou Deliberativo, a depender da categoria da UC. De acordo com as informações do Painel Dinâmico do ICMBio (2018), das 335 UCs federais instituídas até o mês de junho de 2018, 188 (56,1%) possuem PM, sendo 98 UCs do grupo de PI e 90 UCs do grupo de US. Com relação à existência do Conselho, 281 UCs (83,9%) registram que o possuem. Destas, 127 UCs são do grupo de PI e 154 UCs do grupo de US.

A Consolidação Territorial das UCs, como processo institucional do ICMBio e considerando apenas sua materialidade, apresenta um enorme passivo. Há UCs que apresentam a previsão na norma de serem compostas por terras públicas, de posse e de domínio da União, e a regularização fundiária desses casos apresenta-se como um grande desafio a ser enfrentado. A demarcação da terra, que é a etapa final da consolidação territorial, pós-regularização fundiária, estava concluída em apenas uma UC no ano de 2006 e passou para 18 no ano de 2016. Este processo além de ser um dos grandes e/ou maiores geradores de conflitos socioambientais, pois em muitos casos envolve desapropriações ou restrições ao uso dos recursos naturais, envolve também uma importante quantia de recursos financeiros.

A principal fonte de recursos financeiros para a regularização fundiária de UCs é a Compensação Ambiental. Este instrumento econômico, previsto na Lei do SNUC (BRASIL, 2000) é um mecanismo de apoio à gestão das UCs, quando identificados, no âmbito do licenciamento ambiental, potenciais impactos não mitigáveis à biodiversidade decorrentes da instalação de empreendimentos com significativo potencial poluidor. Apesar do grande vulto de recursos financeiros destinados às UCs através deste instrumento, aproximadamente 1,4 bilhões de reais registrado no mês de junho de 2018, 74% deste valor necessita que Termos de Compromisso de Compensação Ambiental sejam firmados para que as execuções dos recursos sejam habilitadas. Deste total de recursos financeiros, aproximadamente 900 milhões de reais estão destinados para a regularização fundiária das UCs. Todavia, o Executivo ainda não consolidou um procedimento ágil e eficaz para execução desta fonte de recursos.

Estes e outros processos de gestão estão inseridos dentro de subcampos específicos com regras, estratégias, agentes e finalidades distintas. Para monitorar, analisar e avaliar a gestão das UCs federais como um todo, o ICMBio dispõe de alguns métodos e instrumentos, a saber:

- a) Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD) em que são definidas metas institucionais para o ICMBio e metas individuais para seus servidores com ciclos anuais;
- b) Sistema de Avaliação e Monitoramento da Gestão (SAMGe), ferramenta institucional, desenvolvida por um servidor do Instituto que tem como objetivos avaliar a política pública de conservação da biodiversidade; subsidiar as informações e decisões técnicas sobre as UCs; avaliar as UCs de forma espacializada e territorializada; promover responsabilidade e transparência na efetividade de gestão; e ser um instrumento de empoderamento da gestão no âmbito das UC;
- c) Rappam – *Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management* (RAPPAM) – método desenvolvido pela ONG WWF para avaliar a efetividade de gestão das UCs. O método aplicado pelo ICMBio em parceria com a WWF – Brasil, baseia-se em cinco elementos do ciclo de planejamento, gestão e avaliação (contexto, planejamento, insumos, processos e resultados).

Nesta pesquisa, ao indagar as UCs participantes sobre quais dos objetivos estratégicos do ICMBio as ações de EA mais contribuíam, obteve-se como respostas, com frequência maior que 100 citações, 4 objetivos a saber: (1º) envolver a sociedade na conservação da biodiversidade (174), (2º) aumentar a efetividade e a consolidação das UCs (154), (3º) assegurar a proteção e o monitoramento das UCs (125) e (4º) consolidar a gestão participativa em todos os níveis (122). No Gráfico 3 são apresentadas todas as respostas e suas respectivas frequências.

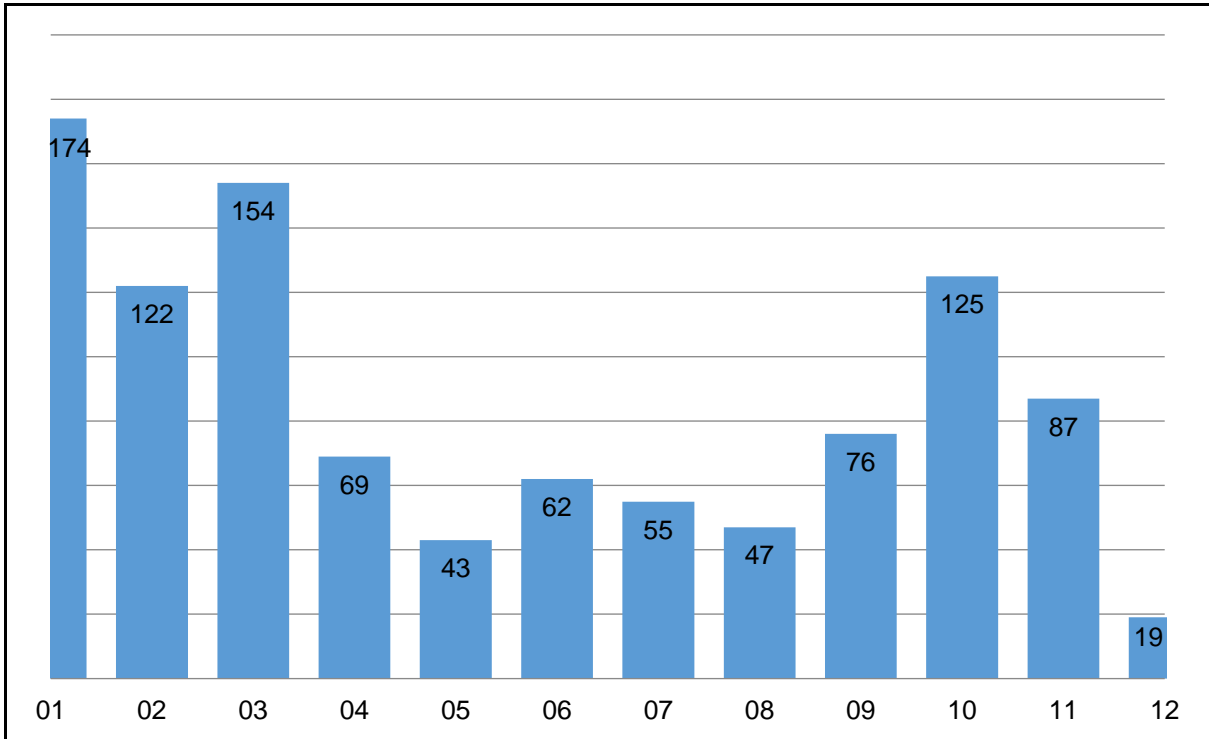


Gráfico 3 – Objetivos estratégicos do ICMBio impactados com as ações de EA. Fonte: dados da pesquisa. Org.: MARQUES, J. L. de A.; FERLA, M. R. 2018. Legenda: 1. Envolver a sociedade na conservação da biodiversidade; 2. Consolidar a gestão participativa em todos os níveis; 3. Aumentar a efetividade e a consolidação das UCs; 4. Desenvolver capacidades para manejar os recursos naturais; 5. Ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços ofertados pelo Instituto; 6. Conservar e promover as práticas e conhecimentos tradicionais associados ao uso sustentável da biodiversidade; 7. Garantir território e promover desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais; 8. Implementar transversalmente a estratégia de conservação de espécies ameaçadas; 9. Reduzir o risco de extinção de espécies; 10. Assegurar a proteção e o monitoramento das UCs; 11. Dotar as UCs de instrumentos de gestão; 12. Consolidar as políticas de formação continuada para os servidores e de gestão de pessoas do Instituto.

Para viabilizar a operacionalização de todos estes processos citados acima e a movimentação dos campos e subcampos compreendidos no âmbito da territorialização das UCs, o ICMBio dispõe em seu quadro de pessoal 2.755 agentes. Sendo 1.625 (58,9%) integrantes da carreira de especialista em meio ambiente, composta por analistas ambientais e administrativos (nível superior), por técnicos ambientais e administrativos (nível médio) e auxiliar administrativo (nível fundamental) e 1.130 (41,1%) servidores de outras carreiras, compreendendo também contratos temporários, estagiários, exercício provisório e outros. Como já apresentado no capítulo anterior, ressalta-se que este quantitativo de pessoal é insuficiente e não acompanha a expansão do sistema federal de UCs.

Evidencia-se a pluralidade desses territórios, expressando múltiplos agentes regidos por diferentes normas e constituindo diferentes materialidades. Após este panorama dentro de um campo amplo, na próxima e última parte deste capítulo

entrar-se-á especificamente na forma de territorialização das UCs através do desenvolvimento de ações de EA.

### 3.2 IMPLICAÇÕES ENTRE AS DIFERENTES CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A CONCEPÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS

Diferentes concepções de UCs, instituídas pela norma através dos grupos e das categorias de manejo, almejam representar diferentes práticas territoriais de conservação da natureza. Constituem-se assim, diferentes territorialidades e a dimensão bio-física é entendida como parte integrante do território e neste espaço são desenvolvidas as relações sociais.

Além disso, vale incluir a seguinte reflexão:

A questão posta é saber se o modelo de educação ambiental teorizado, praticado e institucionalizado pelo poder público no Brasil, especialmente em UCs, aproxima os problemas sociais dos ambientais ou os distancia, explicitando-se ou omitindo-se as recíprocas influências da exploração econômica e da concentração de renda, com a injustiça social, a degradação ambiental e o valor e sentido dado à natureza. (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2000, citados por IBAMA, 2003, p.16-17).

Nesse íterim, é apresentada a forma e o conteúdo com que as relações sociais se expressam na territorialização das UCs, através das ações de EA. Busca-se compreender este fenômeno através dos tipos de ações desenvolvidas pelas UCs, quais os principais agentes envolvidos nestas ações, qual o referencial teórico adotado para orientar as ações, quais os temas escolhidos pelas UCs para trabalhar nas ações e quais as principais características das ações desenvolvidas. Trata-se de uma generalização, característica de recortes espaciais e temporais, podendo incorrer em reducionismos com referência à realidade. Todavia, é condizente com o objetivo da pesquisa que se propõe a apresentar um panorama geral destas ações.

Desta forma, visando a atender os objetivos da pesquisa foram selecionados alguns dados que serão apresentados a seguir. Iniciando pelo tipo de ação de EA em desenvolvimento, registraram-se respostas de 170 UCs, 66,9% das UCs respondentes. Utilizando-se da ferramenta de visualização de informações

(InfoVis)<sup>16</sup>- nuvem de palavras para explorar visualmente a consolidação de frequências de respostas, obteve-se a seguinte representação (Figura 7):



Figura 7 – Nuvem de palavras com as atividades desenvolvidas nas ações de EA. Fonte: dados da pesquisa. Org.:FERLA, M. R. 2018.

As palestras sob demanda aparecem como a ação mais frequente no rol das ações de EA desenvolvidas, citadas por 139 UCs. Com representatividade menor, foram registradas as seguintes citações: Visitas monitoradas (99), Cursos de capacitação (85), Oficinas participativas (80), Palestras rotineiras (73), Produção divulgação material sobre a UC (71), Exposições (53), Mídias digitais (44) e Produção e divulgação de material didático (36). As demais ações que aparecem com tamanhos muito pequenos e ilegíveis na nuvem de palavras, receberam 11 citações ou menos.

As palestras sob demanda dizem respeito a uma solicitação externa à UC. Mediante solicitação por diversos agentes, os servidores da UC se organizam, recebem grupos na UC ou fora e apresentam para os grupos um conteúdo previamente acordado. Essas solicitações são oriundas dos diversos campos da sociedade e com temas variados. Esta atividade, destacadamente como a mais desenvolvida pelas UCs pode estar tão introjetada nas territorialidades das UCs a

<sup>16</sup>O projeto VisPublica (Visualização de Dados Públicos), desenvolvido pela COPPE/UFRJ, UNIFEI (Universidade Federal de Itajubá) e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, investiga e divulga técnicas de Visualização de Informação (InfoVis) e sua aplicação no contexto governamental e está disponível em <http://vispublica.gov.br/vispublica/>.



ponto de exigir-se uma infraestrutura para tal finalidade, como por exemplo, um espaço físico destinado para apresentação de palestras. Tal inferência relaciona-se com um dos principais motivos apontado pelas UCs para o não desenvolvimento de ações de EA - a falta de infraestrutura.

O protagonismo desse tipo de ação pode ser percebido de duas formas distintas. A primeira é entender a UC como um ponto de referência sobre questões ambientais, levantando interesse da sociedade e a UC esforçando-se para atender esse tipo de demanda. Nesta compreensão observa-se uma grande oportunidade de interlocução com os agentes que de alguma forma se relacionam no território em que a UC está inserida. Isso pode ser um ponto de partida, um tema gerador, ou um primeiro passo para se estabelecer vínculos de confiança e avançar para temas mais centrais ou “raiz” (essência). Também expressa uma legitimação social das UCs ao compreender as territorialidades sob o escrutínio do poder relacional.

A segunda perspectiva é a conformação de um campo estruturado numa fluidez de diálogos baseado em ações pontuais. Segundo Fontana et al. (2015), as demandas relacionadas às ações de EA recebidas no ICMBio, oriundas da sociedade de modo geral, são amplas e nas mais variadas temáticas. Grande parte delas é direcionada à conservação de espécies da fauna e da flora, serviços de uso público como a visitação e no senso comum são corriqueiras a temática do “ambientalmente correto” e abordagens comportamentalistas e escolares. Mas, em contraposição, as autoras argumentam que:

É inequívoca a importância do trabalho educativo junto às crianças no espaço escolar e também fora dele, assim como todos devem ter ações conscientes em sua relação com o meio ambiente. No entanto, para um órgão de Estado, com a responsabilidade de fazer gestão de problemas e conflitos decorrentes do acesso e uso dos recursos ambientais, torna-se questionável o alcance de formas de intervenção educativas que não estejam voltadas à resolução desses conflitos, mas restritas à realização de atividades centradas em si mesmas e, em alguns casos, estranhas à realidade social dos envolvidos (FONTANA *et al.*, 2015. p. 02).

Portanto, é preciso averiguar com mais profundidade o caráter político-pedagógico dessas palestras, pois isso não é alcançado no escopo dessa pesquisa. Se tomarmos como referência a concepção político-pedagógica crítica da EA, faz-se necessário aproximar-se da primeira perspectiva (porta de entrada) e afastar-se de práticas pontuais deslocadas de uma ação educadora estruturada do ponto de vista didático-pedagógico. Desta forma, alinhando-se a orientação político-pedagógica

adotada pelo ICMBio, conferindo assim, uma maior coerência entre teoria e prática institucional.

Com relação aos outros tipos de ações de maior frequência, observa-se uma mistura de ações tipicamente relacionadas com a concepção político-pedagógica crítica da EA, como cursos de capacitação, oficinas participativas e até mesmo palestras rotineiras, com outras ações que necessitariam um maior aprofundamento sobre seu conteúdo, possibilitando assim estabelecer uma relação mais direta com alguma corrente político-pedagógica. Neste grupo encontram-se as visitas monitoradas, a produção e divulgação de materiais sobre a UC e de materiais didáticos, a realização de exposições e a atuação em mídias digitais.

Não obstante, no geral todas as práticas envolvem uma interação social em que os gestores interagem com a sociedade em uma posição de protagonismo, isto é, a partir de ações que legitimam o controle espacial das unidades de conservação da natureza (por parte do Estado) - para além das áreas protegidas (delimitadas) e conseqüentemente aumentando a eficiência de suas territorialidades no âmbito de configuração e manutenção dos espaços territoriais.

O público alvo ou os sujeitos das ações educativas, neste trabalho, denominaram-se agentes, pois estes agem dentro de um campo com algumas propriedades mais ou menos definidas (BOURDIEU, 1983). Os agentes envolvidos na territorialização de uma UC são importantes indicadores para compreender a intencionalidade da ação educativa. Essa compreensão contribui para a caracterização da forma e do conteúdo das ações de EA desenvolvidas pelas UCs sob gestão do ICMBio.

Segundo Quintas (2006b, p.21):

Uma proposta de Educação Ambiental dialógica e transformadora pressupõe escolhas. Ao negar a neutralidade da gestão ambiental e ao afirmar o caráter intrinsecamente conflituoso da sua prática, esta concepção só deixa uma alternativa ao educador: a de comprometer-se com aqueles segmentos da sociedade brasileira que, na disputa pelo controle dos bens ambientais do País, são sempre excluídos dos processos decisórios e ficam com o maior ônus. O compromisso e a competência do educador são requisitos indispensáveis para passar do discurso para a ação.

Na perspectiva de Quintas, evidenciam-se distintos agentes ocupando distintas posições dentro de um campo. A disputa pela hegemonia do campo relaciona-se com os processos decisórios sobre o acesso, a destinação e o uso dos

recursos naturais do país. Corroborando com este entendimento, ICMBio (2016, p.26) nos traz que:

Os sujeitos da ação educativa (ou o público dessas ações) devem ser, **prioritariamente**, segmentos sociais diretamente afetados pelos atos da gestão ambiental e dispõem de menos condições para intervir, como é o caso específico das populações tradicionais e não tradicionais residentes no entorno ou no interior das unidades de conservação, de forma a garantir um maior nível de participação na gestão de áreas especialmente protegidas. (Grifo do autor)

De acordo com os dados coletados nesta pesquisa referentes aos agentes envolvidos nas ações de EA desenvolvidas pelas UCs, obteve-se a seguinte frequência de respostas: alunos (152), conselheiros da UC (125), associação de moradores (118), professores (103), populações tradicionais (81), grupo de jovens (62), crianças (59), público difuso (55), turistas (55), gestores (54), prestadores de serviços (53), voluntários (53), grupo de mulheres (32), familiares de alunos (20). O restante dos agentes citados nas respostas contemplaram duas ou menos citações. Na Figura 8 é apresentada uma nuvem de palavras representando a frequência de respostas sobre os agentes.

Alunos, conselheiros, associação de moradores, professores e populações tradicionais assumem posição de destaque nesta representação. Observa-se a forte presença da comunidade escolar, que é coerente com a principal ação desenvolvida pelas UCs, apresentada anteriormente – Palestras sob demanda. Mas constatou-se também diversos outros agentes envolvidos nas ações de EA.

A comunidade escolar compreende um sub-campo de grande expressão junto às UCs e co-responsável pela execução da PNEA. Existe uma preocupação institucional por parte do ICMBio sobre a forma e conteúdo dessas ações, inclusive com a elaboração de publicação<sup>17</sup> contendo orientações para o desenvolvimento de ações de EA com este grupo de agentes específicos. Tal atenção sobre este grupo específico deve-se a quantidade expressiva de ações desenvolvidas neste sub-campo, fazendo com que o órgão gestor das UCs estabeleça diretrizes para o desenvolvimento dessas ações apontando a preocupação com a intencionalidade da ação educativa.

---

<sup>17</sup>ICMBIO. **Educação Ambiental em Unidades de Conservação: ações voltadas para comunidades escolares no contexto da gestão pública da biodiversidade**. Guia informativo, orientador e inspirador. Brasília: MMA, 2016. 65p.

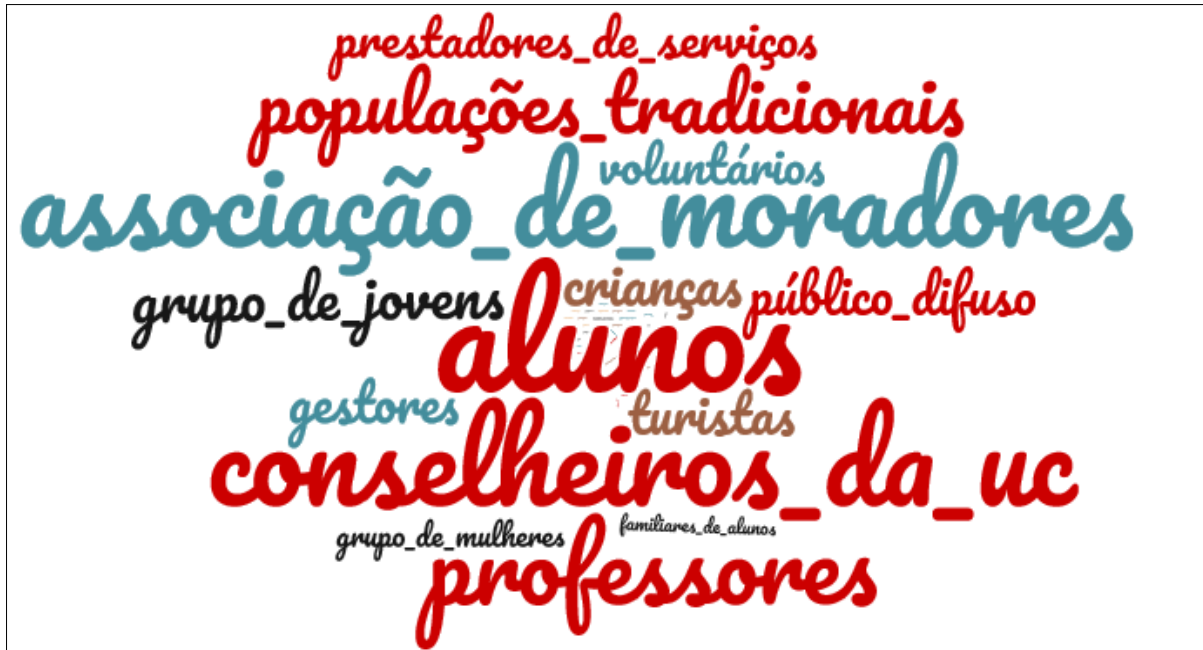


Figura 8 – Nuvem de palavras do público envolvido nas ações de EA. Fonte: dados da pesquisa. Org.:FERLA, M. R. 2018.

Por outro lado, apareceu agentes como conselheiros, associação de moradores e populações tradicionais que são consensualmente entendidos como prioritários. A priorização desses agentes se dá mediante a concepção político-pedagógica crítica da EA, a qual fundamenta a gestão ambiental pública adotada pelo IBAMA e ICMBio no desenvolvimento das ações de EA. Nessa perspectiva a prioridade refere-se a situações de vulnerabilidade no que tange às decisões acerca dos recursos naturais. Vulnerabilidade de absorver os prejuízos e/ou danos ambientais decorrentes de determinada decisão sobre a destinação, o acesso e o uso dos recursos naturais. Neste quesito específico, de acordo com as respostas das UCs, verifica-se um alinhamento entre a diretriz institucional e a prática realizada pelas UCs.

Aprofundando a investigação sobre o conteúdo das ações, procurou-se saber se estas eram orientadas por algum referencial teórico e na confirmação desta informação, quais seriam estes referenciais. Neste sentido, num universo de 223 UCs que responderam esta questão, 63 UCs (28,3%) informaram adotar um referencial teórico como orientador das ações. 105 UCs (47,5%) informaram não terem um referencial teórico e 55 UCs (24,7%) não souberam informar. Percebe-se neste quesito uma expressiva quantidade de UCs desenvolvendo ações de EA, desprovidas de uma orientação teórico-metodológica, o que pode acarretar uma



Dois referenciais institucionais vinculados à norma – Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (ENCEA) e Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) trazem elementos que podem ser relacionados a mais de uma concepção político-pedagógica. Estes documentos contêm abordagens amplas e genéricas, valores universais e democráticos. Esta pluralidade é facilmente compreendida se considerarmos a norma como também resultado de disputas internas de um campo. Todavia, as normas de modo geral, retratam tangencialmente o modelo civilizatório centrado no modo de produção capitalista.

Também merece destaque o educador Paulo Freire (1921-1997), expressão de uma educação popular e transformadora através da ação dialógica entre educadores e educandos, contribuindo com a criticidade da educação na concepção ou macrotendência político-pedagógica da EA crítica.

Percebe-se uma mescla de referenciais, porém, com predominância crítica. Quintas representa do ponto de vista de um referencial teórico, uma estratégia bem sucedida para orientar a EA no processo de gestão ambiental pública, visto a disseminação e permanência de seus conteúdos, demonstrando pertinência e coerência na construção das ações de EA pelas UCs. Paulo Freire representa uma educação próxima aos agentes prioritários que se relacionam com as UCs, materializando uma abordagem que possibilite uma territorialização de forma mais participativa e democrática, pois segundo as reflexões de Freire (2011), a história deve ser vista como possibilidade e não como determinação. Isso requer indivíduos atuantes, sujeitos de mudança e não de adaptação.

A educação para Paulo Freire, enquanto especificidade humana manifesta-se numa relação dialeticamente contraditória compreendendo a reprodução das relações sociais dominantes como também o desmascaramento desta.

Do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática *imobilizadora* e *ocultadora* de verdades. Toda vez, porém, que a conjuntura o exige, a educação dominante é progressista à sua maneira, progressista “pela metade”. As forças dominantes estimulam e materializam avanços técnicos compreendidos e, tanto quanto possível, realizados de maneira neutra. Seria demasiado ingênuo, até angelical de nossa parte, esperar que a “bancada ruralista” aceitasse quieta e concordante a discussão, nas escolas rurais e mesmo urbanas do país, da reforma agrária como projeto econômico, político e ético da maior importância para o próprio desenvolvimento nacional. Isso é tarefa para educadoras e educadores progressistas cumprirem, dentro e fora das escolas. É tarefa para organizações não governamentais, para sindicatos democráticos realizarem. Já não é ingênuo esperar, porém, que o empresariado que se moderniza, com raízes urbanas, adira à reforma

agrária. Seus interesses na expansão do mercado o fazem “progressista” em face da reação ruralista. O próprio comportamento progressista do empresariado que se moderniza, progressista em face da truculência retrograda dos ruralistas, se esvazia de *humanismo* quando da confrontação entre os interesses humanos e os do mercado. (FREIRE, 2011, p.97-98. Grifos do autor).

A origem do referencial teórico utilizado como orientador das práticas de EA, segundo respostas das UCs participantes da pesquisa situa-se em primeiro lugar pelo ICMBio e em segundo pelo IBAMA. Reforça-se assim, a pertinência da formação dos agentes institucionais, bem como a produção e divulgação de material didático capaz de orientar as práticas das UCs, ou seja, uma dimensão também da territorialidade promovida internamente no campo institucional. Visto que esta origem – ICMBio e IBAMA aparecem destacadamente como os principais lócus geradores do referencial. No Gráfico 4 são apresentadas todas as respostas desta questão e suas respectivas menções.

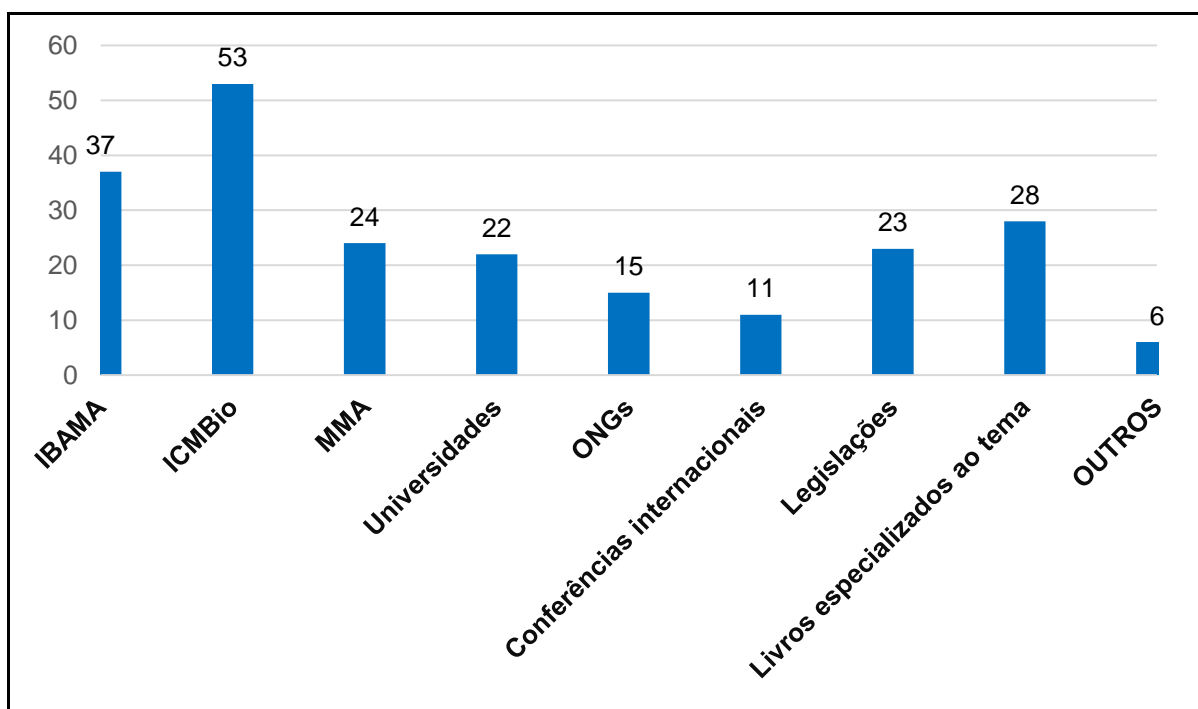


Gráfico 4 –Origem do referencial teórico utilizado para orientar as ações de EA. Fonte: dados da pesquisa. Elaboração: MARQUES, J. L. de A; FERLA, M. R. 2018.

Outra frente importante na investigação de como as ações de EA estão sendo desenvolvidas nas UCs federais é a identificação dos temas abordados nas ações. Neste sentido, identificou-se, através dos dados coletados (questão N.19 do questionário), a intensidade dos temas presentes nas respostas. Das 254 UCs que responderam o questionário, 42 UCs não responderam a questão N.19. Dentre as

212 UCs que responderam, 5 UCs selecionaram apenas a opção “Outros”. Destas, 2 UCs (FLONA do Iquiri e REBIO da Serra Negra) selecionaram apenas a opção “Outros” para afirmar que inexistem ações de EA desenvolvidas na UC.

As demais UCs que selecionaram apenas esta opção completaram com as seguintes informações: “Assuntos diversos demandados”, “Discussão sobre o Plano de Manejo da Unidade, seu entendimento e tradução para linguagem social e mais compreensível pela população tradicional”, “Discussão com a comunidade pesqueira do entorno sobre a importância da Reserva Extrativista” e “Mutirão para recolher lixo na praia realizada pela associação cogestora”. As demais informações registradas no campo “Outros”, referentes à UCs que selecionaram também pelo menos 01 das 23 opções de temas disponibilizados para respostas, foram representadas através da nuvem de palavras na Figura 10, obtendo-se como destaque as seguintes palavras: Manejo, Uso, Florestal, Discussão, Madeireiro, Serviços e Terra.



Figura 10 - Frequência de palavras obtidas da opção “Outros” temas. Fonte: dados da pesquisa. Org.:FERLA, M. R. 2018.

Separadas as informações exclusivas da opção “Outros”, constatou-se que 207 UCs responderam ao menos uma opção dentre os 23 temas apresentados na questão 19. No Gráfico 5 é apresentada a intensidade dos temas abordados nas ações de EA segundo as respostas das UCs analisadas.



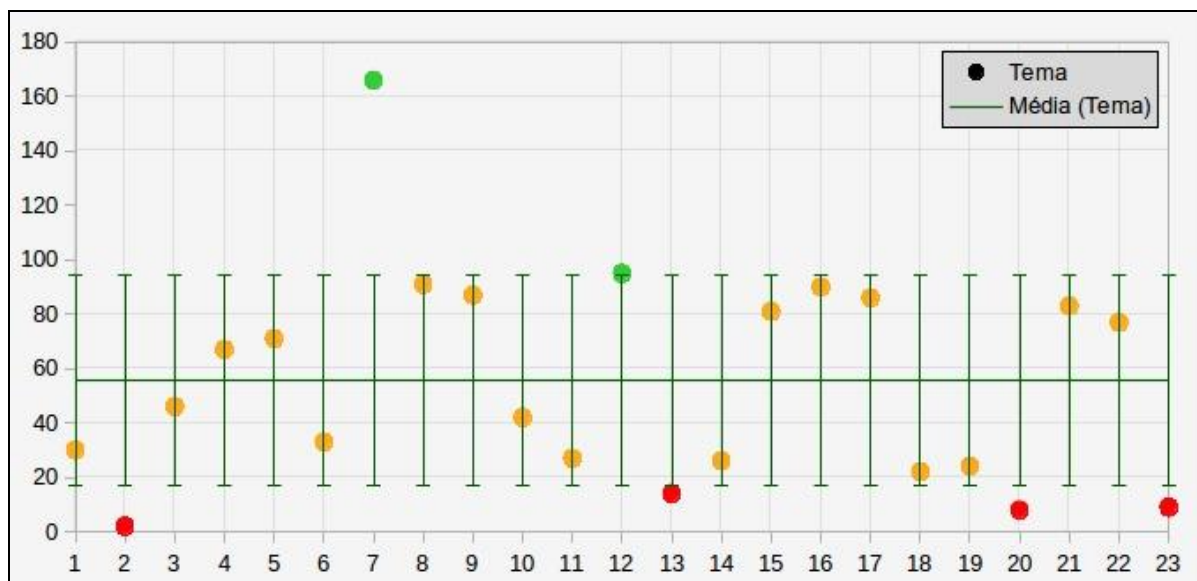


Gráfico 5 - Intensidade de temas abordados nas ações de EA desenvolvidas pelas UCs. Fonte: dados da pesquisa. Org.: ALMEIDA, J. P. L; FERLA, M. R. 2018. Legenda: 1.Efeito estufa e mudanças climáticas; 2.Ecoeficiência e gestão ambiental empresarial; 3. Agroecologia e alimentos orgânicos; 4.Resíduos sólidos e reciclagem; 5.Reflorestamento e recuperação de áreas degradadas; 6.Militância e cidadania ambiental; 7.Biodiversidade e unidades de conservação; 8.Queimadas e desmatamento; 9.Lixo e poluição; 10.Conflito e injustiça socioambiental; 11.Poluição do ar e saúde; 12.Recursos hídricos; 13.Geodiversidade; 14.Assimetrias e desigualdades socioambientais; 15.Desenvolvimento local comunitário; 16.Espécies ameaçadas; 17.Participação social na gestão ambiental pública; 18.Hortas escolares; 19.Democracia e cidadania; 20.Escolas sustentáveis; 21.Bioma predominante na UC; 22.Desenvolvimento Sustentável; 23.Acesso ao patrimônio genético e/ou ao conhecimento tradicional associado.

Observou-se nestes dados uma média de 55,5 citações por tema e um desvio padrão de +/- 38,8 citações. Assim, 74% dos temas estão dentro do desvio padrão, o que demonstra certa homogeneidade nos temas das ações de EA das UC analisadas. Os temas Ecoeficiência e gestão ambiental empresarial, Geodiversidade, Escolas sustentáveis e Acesso ao patrimônio genético e/ou ao conhecimento tradicional associado estão abaixo do desvio padrão, aos quais de modo geral, há menor interesse e/ou demanda de serem abordados pelas UCs.

Apresentaram destaque os seguintes temas: Biodiversidade e unidades de conservação, Queimadas e desmatamento, Lixo e poluição, Recursos hídricos, Espécies ameaçadas, Participação social na gestão ambiental pública e Bioma predominante na UC. Destes, expressivamente em posição de destaque e acima dos desvios padrão, o tema Biodiversidade e unidades de conservação, com abordagem de 80% das UCs analisadas elevou a média e os limites do desvio padrão. Trata-se de um tema amplo e genérico que pode contemplar diversas abordagens, a depender do recorte e da concepção político-pedagógica adotada. O

tema menos citado - Ecoeficiência e gestão ambiental empresarial, porém presente, representa um conteúdo muito relacionado à concepção político-pedagógica da EA pragmática, que se molda conforme as demandas do mercado no sistema capitalista de produção.

Temas característicos da EA crítica como o 10-Conflito e injustiça socioambiental e o 14-Assimetrias e desigualdades socioambientais ficaram abaixo da média geral dos temas escolhidos, enquanto que temas característicos da EA conservacionista como o 16-Espécies ameaçadas e o 21-Bioma predominante na UC ficaram acima da média. Entretanto, somente a citação do tema por si só não é capaz de apontar para a concepção político-pedagógica dominante da ação educativa. Faz-se necessário um aprofundamento e/ou uma análise qualitativa integrada com outras informações para que seja possível estabelecer inferências neste sentido. Quintas (2006b, p.16) nos traz um exemplo dessa situação, inclusive citando um dos temas de destaque apontado pelas UCs (Lixo):

O modo como um determinado tema é abordado em um projeto de Educação Ambiental, define tanto a concepção pedagógica quanto o entendimento sobre a questão ambiental assumidos na proposta. A questão do lixo, por exemplo, pode ser trabalhada em programas de Educação Ambiental, desde a perspectiva do Lixo que não é lixo, em que o eixo central de abordagem está na contestação do consumismo e do desperdício, com ênfase na ação individual por meio dos três R (reduzir, reutilizar e reciclar), até aquela que toma esta problemática como consequência de um determinado tipo de relação sociedade – natureza, histórica e socialmente construída, analisa desde as causas da sua existência até a destinação final do resíduo e, ainda, busca a construção coletiva de modos de compreendê-la e superá-la.

Ademais, é de fundamental importância compreender que os conteúdos das ações que serão desenvolvidas devem ter como premissa abarcar o contexto local como principal referência (ICMBio, 2016).

Verificou-se também as características das ações de EA desenvolvidas pelas UCs federais. Para este aspecto específico, buscou-se captar quais as características as UCs entendiam ser mais representativas de suas ações de EA. Optou-se em classificar analiticamente relacionando-as às macrotendências político-pedagógicas da EA brasileira (LAYRARGUES; LIMA, 2014), as quais distinguem-se e apresentam características específicas de práticas e concepções na relação de apropriação dos recursos naturais. Para tanto, utilizou-se como referência as características reconhecidas e publicadas pela instituição gestora das UCs.

ICMBio (2016, p.25), ao discutir a presença das distintas correntes da EA, apresenta da seguinte forma: “Para facilitar seu entendimento apresentamos uma tabela que busca diferenciar três grupos que abarcam as principais linhas de educação ambiental hoje no Brasil” (Quadro 2).

CONSERVACIONISTA	PRAGMÁTICA	CRÍTICA
<p>Correntes conservacionista, comportamentalista, alfabetização ecológica e do autoconhecimento.</p> <p>Distanciada da dinâmica social e política.</p> <p>Apoia-se nos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva e na mudança dos comportamentos individuais.</p> <p>Não questiona a estrutura social vigente em sua totalidade, mas apenas reformas de partes ou setores sociais.</p>	<p>Educação para o desenvolvimento sustentável e consumo sustentável.</p> <p>Compensação para corrigir a imperfeição do sistema produtivo.</p> <p>Percebe o meio ambiente como uma mera coleção de recursos naturais em processo de esgotamento.</p> <p>Promoção de reformas setoriais na sociedade sem questionar seus fundamentos de base.</p> <p>Desconsidera a distribuição desigual dos custos e benefícios da apropriação dos bens naturais.</p>	<p>Correntes da EA popular, emancipatória, transformadora e no processo de gestão ambiental.</p> <p>Revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano.</p> <p>Busca enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental.</p> <p>Oposição às tendências conservadoras e comportamentais.</p> <p>Forte viés sociológico e político.</p>

Quadro 2 - Características das macrotendências da EA. Fonte: Adaptado de ICMBio (2016). Org.:FERLA, M. R. 2018

Baseado nesta referência institucional elaborou-se a Questão N.20 do questionário (Quadro 3), embaralhando as características e omitindo esta reconhecida vinculação das características com as macrotendências, de modo a não influenciar ou induzir o respondente a determinada corrente ou macrotendência político-pedagógica da EA. Foram selecionadas 15 características das ações de EA, sendo 5 relacionadas com a corrente conservacionista, 5 com a corrente pragmática e 5 com a corrente crítica, disponibilizadas aos respondentes através da Questão N.20 de forma intercalada.

Das respostas desta questão foi possível sistematizar agrupando conforme a vinculação com a macrotendência, resultando em um panorama geral, mas também analisar no interior de cada macrotendência como foram distribuídas as respostas, as preferências e as quantidades.

<b>20. CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS E/OU EM DESENVOLVIMENTO</b>	
Marque pelo menos 03 das características apresentadas abaixo, que mais representam as ações na UC:	
A	<input type="checkbox"/> Difusão do saber ecológico e tecnológico, conscientização dos indivíduos para a necessidade de mudar suas atitudes e comportamentos em sua relação com a natureza e os recursos naturais
A	<input type="checkbox"/> Percepção do meio ambiente como um conjunto de recursos naturais em processo de esgotamento devido ao uso irracional e desenfreado dos mesmos
A	<input type="checkbox"/> Democratização do acesso e uso dos recursos naturais e a redução da vulnerabilidade de certos grupos sociais aos riscos ambientais, segundo o princípio da justiça socioambiental
B	<input type="checkbox"/> Apóia-se nos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva e na mudança dos comportamentos individuais
B	<input type="checkbox"/> Não prioriza abordar a distribuição desigual dos custos e benefícios da apropriação dos bens naturais
B	<input type="checkbox"/> Correntes da EA popular, emancipatória, transformadora e no processo de gestão ambiental pública
C	<input type="checkbox"/> Acredita na manutenção da estrutura social vigente em sua totalidade, mas propõe a alteração de alguns aspectos e práticas para que a estrutura atual possa funcionar melhor
C	<input type="checkbox"/> Educação para o desenvolvimento sustentável e consumo sustentável - "cada um fazer a sua parte" como contribuição cidadã ao enfrentamento da crise ambiental
C	<input type="checkbox"/> Busca promover a consciência das assimetrias e dos conflitos socioambientais e as possibilidades dos sujeitos se organizarem para a defesa de seus direitos sociais e ambientais
D	<input type="checkbox"/> A prática pedagógica deve disponibilizar conhecimentos sobre o funcionamento dos sistemas ecológicos através do ensino de ecologia e conhecimentos sobre os meios tecnológicos capazes de reduzir ou superar os danos ambientais decorrentes da "ação antrópica"
D	<input type="checkbox"/> Promoção de reformas setoriais na sociedade, buscando a manutenção de seus fundamentos de base
D	<input type="checkbox"/> Focada na compreensão global das relações de poder no interior da sociedade e de como essas relações se refletem sobre o meio ambiente e sobre a utilização dos recursos naturais
E	<input type="checkbox"/> O desconhecimento dos ciclos biogeoquímicos e a dinâmica global dos ecossistemas vivos acaba incorrendo no uso errôneo e intensivo dos recursos naturais que resulta no seu esgotamento e degradação
E	<input type="checkbox"/> Compensação para corrigir a imperfeição do sistema produtivo, através de um consumo sustentável e adoção de tecnologias "limpas"
E	<input type="checkbox"/> Forte viés das ciências humanas e sociais abrangendo uma compreensão política e sociológica da questão ambiental
	<input type="checkbox"/> Nenhuma das alternativas anteriores

Quadro 3 – Questão 20 do questionário. Fonte: dados da pesquisa. Org.:FERLA, M. R. 2018. Nota: As cores não foram apresentadas aos respondentes, somente coloriu-se neste momento como procedimento analítico para relacioná-las com o Quadro 2 e Gráficos 6,7,8 e 9.

Constatou-se na análise geral, de todas as UCs respondentes, independente de grupos e categorias de manejo, que apesar de pequenas diferenças percentuais, não há uma macrotendência político-pedagógica dominante, ocupando uma posição hegemônica neste campo. As três macrotendências político-pedagógicas da EA brasileira, selecionadas como categorias de análise para compreender as ações de EA desenvolvidas pelas UCs federais, ocupam posições simultâneas entorno de 1/3 das respostas da Questão N.20.

Após o tratamento e sistematização inicial das respostas da Questão N.20, observou-se que esta teve respostas de 205 UC. Com as respostas distribuídas pelas concepções político-pedagógica da EA brasileira obteve-se o Gráfico 6.

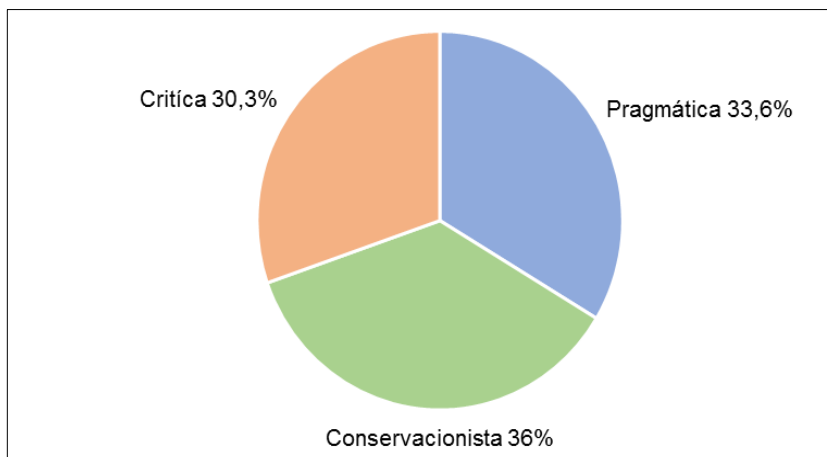


Gráfico 6 – Percentual de respostas das UCs referentes à características das ações de EA vinculadas às macro-tendências político-pedagógica. Fonte: dados da pesquisa. Org.: ALMEIDA, J. P. L; FERLA, M. R. 2018.

As características da concepção político-pedagógica conservacionista da EA foram marcadas 273 vezes. Essas marcações dizem respeito ao que as UCs respondentes entendem que mais representam suas ações. Sendo que, 156 UCs responderam estas alternativas. A distribuição percentual da quantidade de características conservacionistas presentes em cada resposta pode ser observada no gráfico e na tabela abaixo:

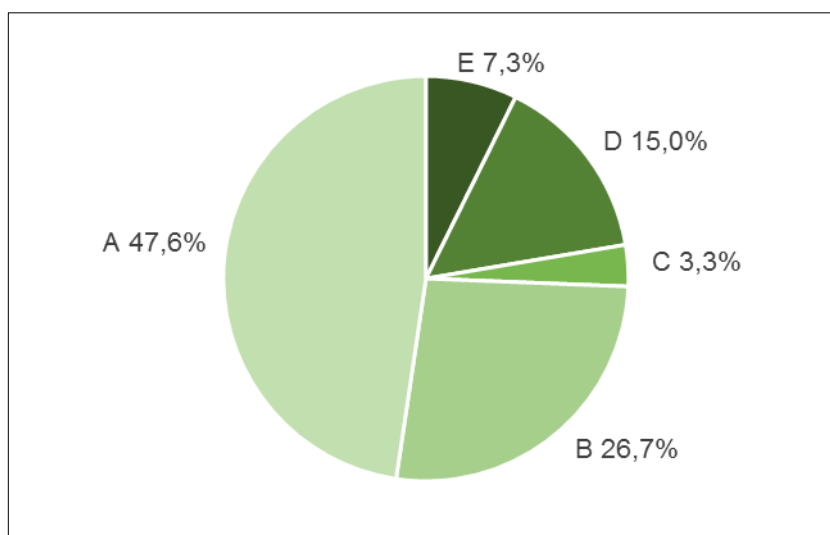


Gráfico 7– Intensidade de respostas de cada característica vinculada a macro-tendência político-pedagógica conservacionista conforme Quadro 3. Fonte: dados da pesquisa. Org.: ALMEIDA, J. P. L; FERLA, M. R. 2018.

Tabela 4 – Quantidade de UCs e respectiva quantidade de respostas vinculadas a corrente Conservacionista.

<b>Nº de UC</b>	<b>Nº de alternativas marcadas da corrente Conservacionista</b>
<b>6</b>	<b>4</b>
<b>21</b>	<b>3</b>
<b>57</b>	<b>2</b>
<b>72</b>	<b>1</b>

Fonte: dados da pesquisa. Org.: ALMEIDA, J. P. L; FERLA, M. R. 2018.

As características da concepção político-pedagógica pragmática da EA foram marcadas 255 vezes, manifestando o que as UCs respondentes entendem ser mais representativo de suas ações de EA. Sendo que, 159 UCs responderam alternativas vinculadas à EA pragmática. A distribuição percentual da quantidade de características pragmáticas presentes em cada resposta pode ser observada no gráfico e na tabela abaixo:

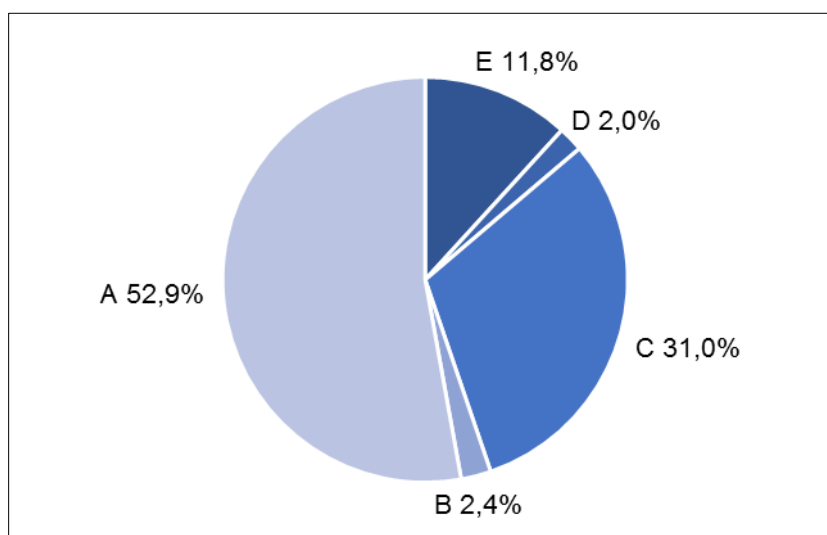


Gráfico 8– Intensidade de respostas de cada característica vinculada a macrotendência político-pedagógica pragmática conforme Quadro 3. Fonte: dados da pesquisa. Org.: ALMEIDA, J. P. L; FERLA, M. R. 2018.

Tabela 5 – Quantidade de UCs e respectiva quantidade de respostas vinculadas a corrente Pragmática.

<b>Nº de UC</b>	<b>Nº de alternativas marcadas da corrente Pragmática</b>
<b>3</b>	<b>4</b>
<b>16</b>	<b>3</b>
<b>55</b>	<b>2</b>
<b>85</b>	<b>1</b>

Fonte: dados da pesquisa. Org.: ALMEIDA, J. P. L; FERLA, M. R. 2018.

Referentes às características da concepção político-pedagógica crítica da EA, foram marcadas 230 vezes manifestando as características que as UCs

respondentes entendem serem mais representativas de suas ações. Sendo que, 109 UCs responderam características da EA crítica. A distribuição percentual da quantidade de características da EA crítica presente em cada resposta pode ser observada no gráfico e na tabela abaixo:

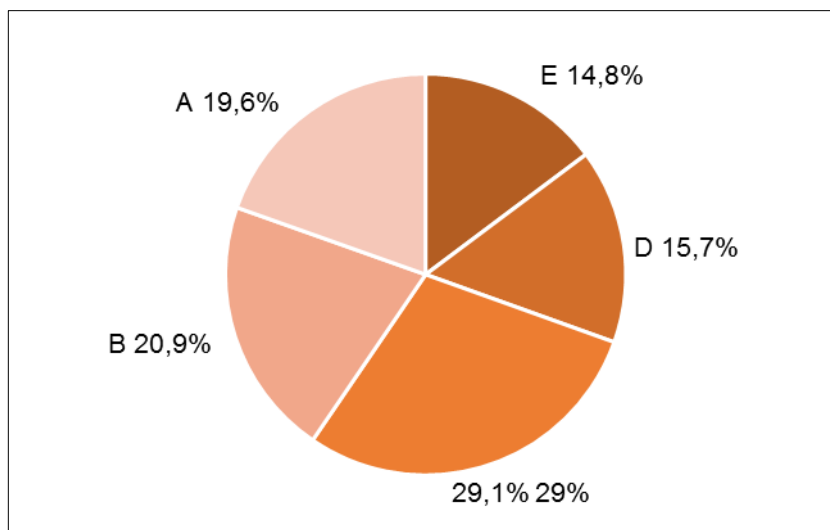


Gráfico 9– Intensidade de respostas de cada característica vinculada a macro-tendência político-pedagógica crítica conforme Quadro 3. Fonte: dados da pesquisa. Org.: ALMEIDA, J. P. L; FERLA, M. R. 2018.

Tabela 6 – Quantidade de UCs e respectiva quantidade de respostas vinculadas a corrente crítica

Nº de UC	Nº de alternativas marcadas da corrente Crítica
10	5
9	4
17	3
20	2
53	1

Fonte: dados da pesquisa. Org.: ALMEIDA, J. P. L; FERLA, M. R. 2018.

Ao analisar comparativamente a quantidade de UCs que assinalaram o mínimo e o máximo de características possíveis de cada corrente observou-se um destaque para a corrente da EA crítica. Esta foi a única corrente com registros de UCs (10) que marcaram as cinco características possíveis. As correntes conservacionista e pragmática não tiveram registros de UCs que marcaram as cinco características possíveis destas correntes. Também apresentou um menor número de UCs que responderam somente uma característica da corrente crítica. Constatando-se uma maior coerência político-pedagógica, ao optar por uma corrente, assinalar todas as suas características disponíveis, representando uma

maior territorialização desta corrente, como também uma insegurança ao marcar somente uma das cinco características disponibilizadas para cada corrente.

A partir desta aproximação geral, o passo seguinte foi realizar o primeiro detalhamento, verificando as ocorrências das macrotendências político-pedagógicas por grupos de manejo de UCs - Proteção Integral (PI) e Uso Sustentável (US). Desta separação, resultou os gráficos 10 e 11 apresentados abaixo:

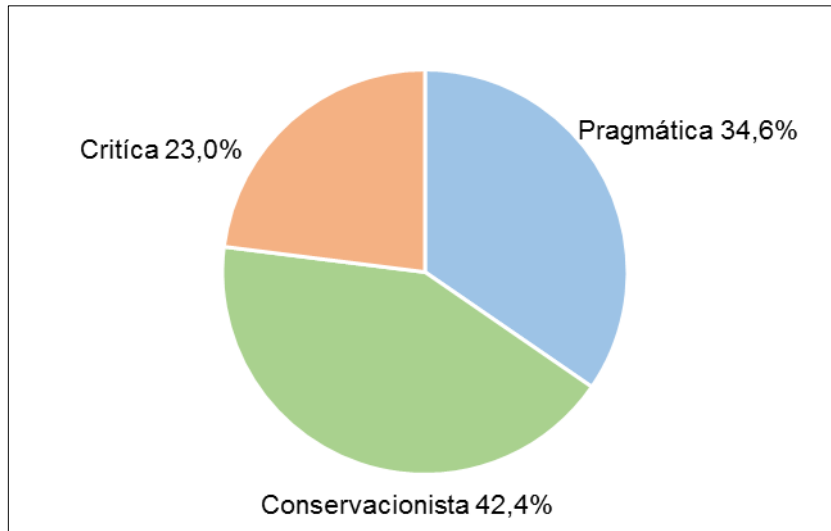


Gráfico 10-Macrotendências político-pedagógicas da EA presentes no grupo de PI. Fonte: dados da pesquisa. Org.: ALMEIDA, J. P. L; FERLA, M. R. 2018.

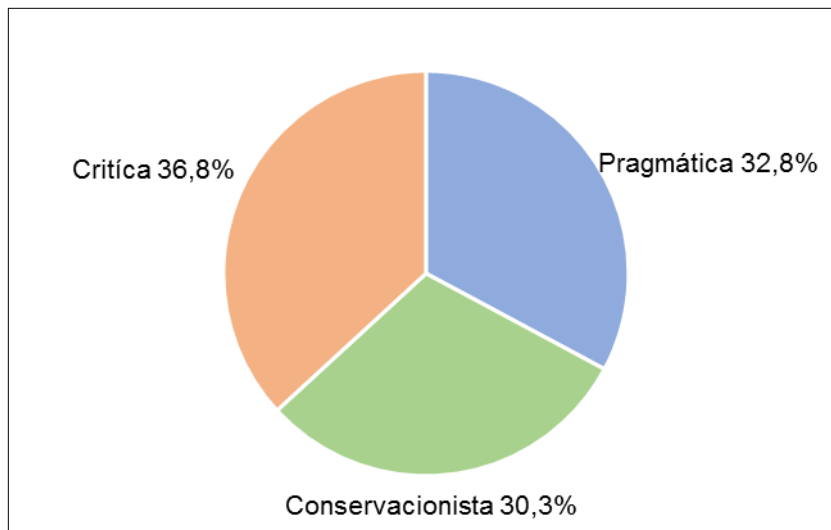


Gráfico 11 -Macrotendências político-pedagógicas da EA presentes no grupo de US. Fonte: dados da pesquisa. Org.: ALMEIDA, J. P. L; FERLA, M. R. 2018.

Após constatar esta primeira diferença entre os grupos, ampliou-se o detalhamento para as diferentes categorias que os compõe. Esta etapa teve a perspectiva de elucidar se o padrão geral mantinha-se ou se as diferentes categorias



de manejo de UCs apresentavam diferentes práticas de EA representadas por diferentes macro-tendências político-pedagógicas. Para tanto se optou utilizar para representar estes dados o gráfico de radar, apresentando de forma visual a relação mensurada entre as correntes de EA presente nas diferentes categorias de UCs.

O grupo de PI, conforme o Gráfico 10 apresentou um maior percentual para a macro-tendência político-pedagógica Conservacionista (42,4%), seguida pela concepção Pragmática da EA (34,6%) e por último a concepção Crítica (23,0%). Abaixo são apresentados nos Gráficos de radar como as macro-tendências estão distribuídas no interior do grupo através das categorias analisadas - ESEC, REBIO, PARNA E REVIS.

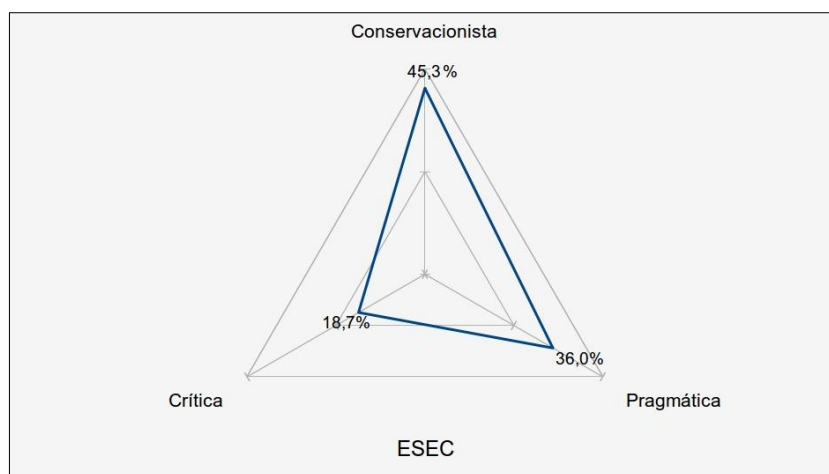


Gráfico 12 - Direcionamento percentual das macro-tendências político-pedagógicas da EA nas ESECs. Fonte: dados da pesquisa. Org.: ALMEIDA, J. P. L; FERLA, M. R. 2018.

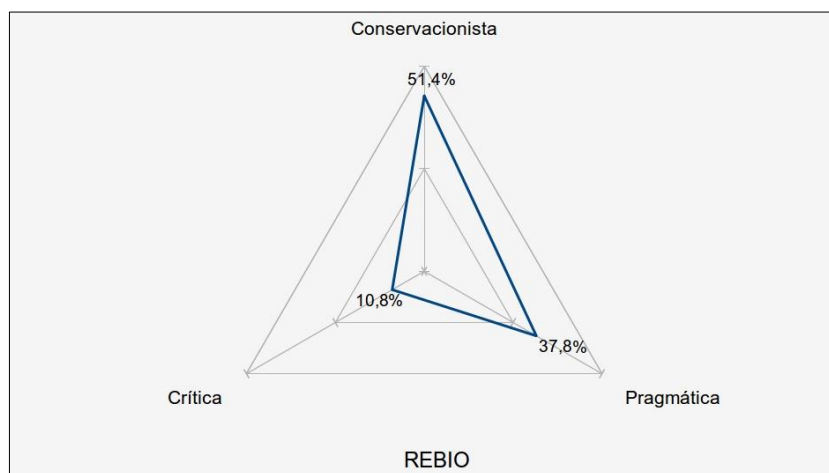


Gráfico 13 - Direcionamento percentual das macro-tendências político-pedagógicas da EA nas REBIOs. Fonte: dados da pesquisa. Org.: ALMEIDA, J. P. L; FERLA, M. R. 2018.

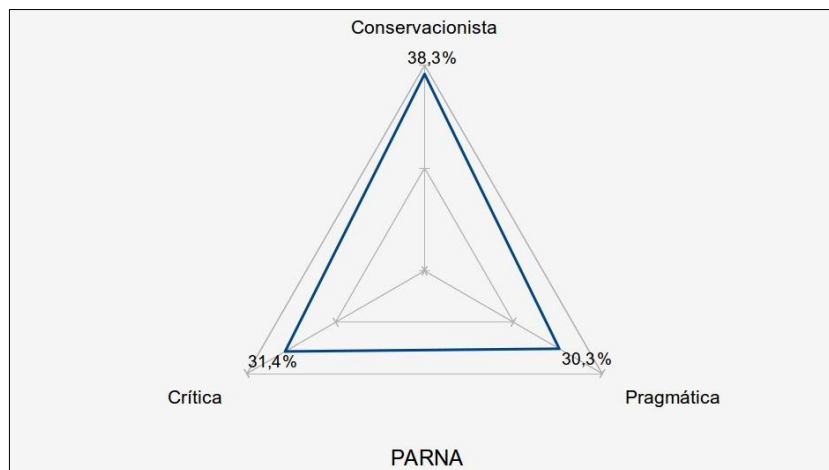


Gráfico 14 - Direcionamento percentual das macro-tendências político-pedagógicas da EA nas PARNAs. Fonte: dados da pesquisa. Org.: ALMEIDA, J. P. L; FERLA, M. R. 2018.

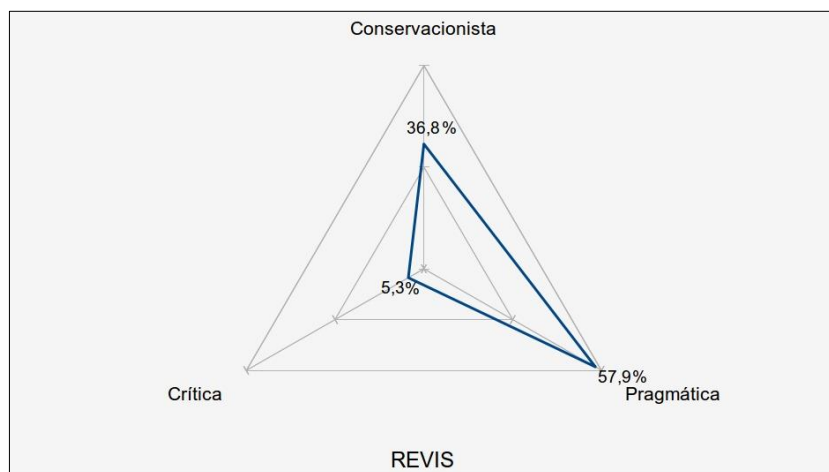


Gráfico 15 - Direcionamento percentual das macro-tendências político-pedagógicas da EA nos REVIS. Fonte: dados da pesquisa. Org.: ALMEIDA, J. P. L; FERLA, M. R. 2018.

Para o grupo de US, conforme o Gráfico 11, o maior percentual Crítica (36,8%), seguida pela concepção Pragmática da EA (32,8%) e por último a concepção Conservacionista (30,3%). Abaixo são apresentados, nos gráficos de radar, como as macro-tendências estão distribuídas no interior do grupo através das categorias analisadas: APAs, ARIEs, FLONAs, RESEXs e 1 RDS. Abaixo seguem os gráficos de radar destas.

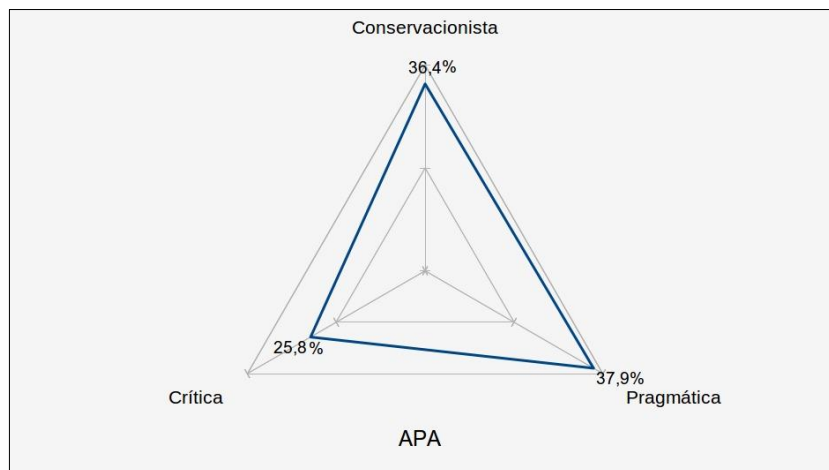


Gráfico 16 - Direcionamento percentual das macro tendências político-pedagógicas da EA nas APAs. Fonte: dados da pesquisa. Org.: ALMEIDA, J. P. L.; FERLA, M. R. 2018.

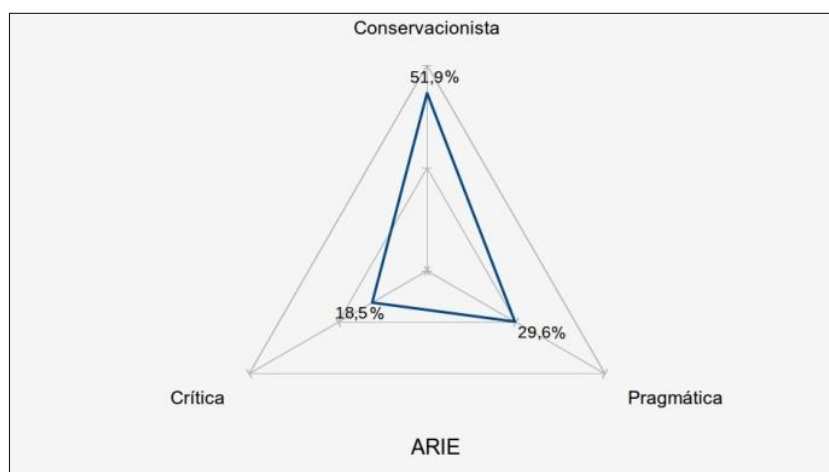


Gráfico 17 - Direcionamento percentual das macro tendências político-pedagógicas da EA nas ARIEs. Fonte: dados da pesquisa. Org.: ALMEIDA, J. P. L.; FERLA, M. R. 2018.

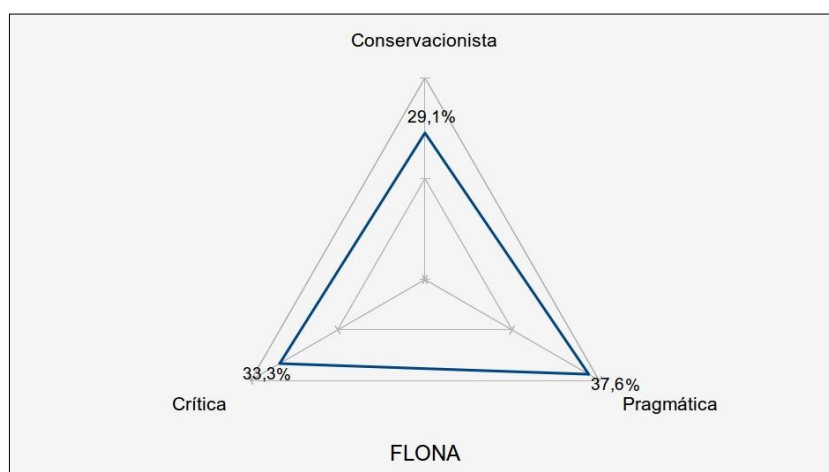


Gráfico 18 - Direcionamento percentual das macro tendências político-pedagógicas da EA nas FLONAs. Fonte: dados da pesquisa. Org.: ALMEIDA, J. P. L.; FERLA, M. R. 2018.

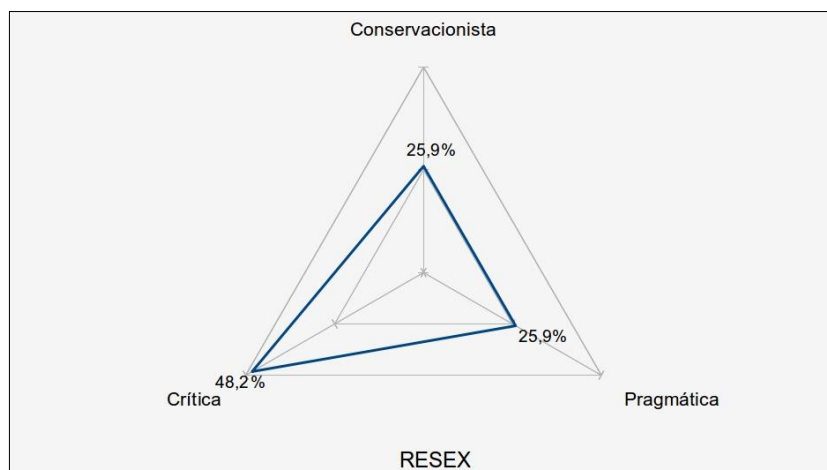


Gráfico 19 - Direcionamento percentual das macrotendências político-pedagógicas da EA nas RESEXs. Fonte: dados da pesquisa. Org.: ALMEIDA, J. P. L.; FERLA, M. R. 2018.

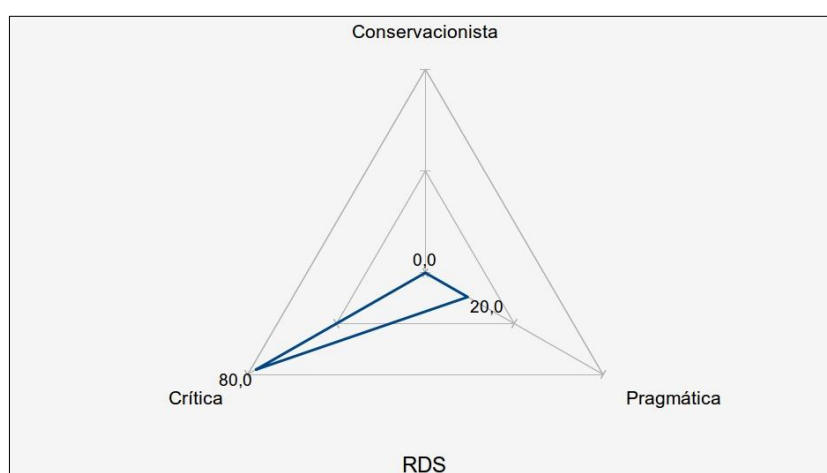


Gráfico 20 - Direcionamento percentual das macrotendências político-pedagógicas da EA na RDS. Fonte: dados da pesquisa. Org.: ALMEIDA, J. P. L.; FERLA, M. R. 2018. Nota: Esta categoria apresentou somente uma UC.

Isto posto, observou-se que a inclinação da macrotendência Conservacionista no grupo de PI foi alavancada principalmente pelas categorias ESEC e REBIO, as duas mais restritivas do SNUC. A categoria PARNA apresentou leve destaque para a corrente Conservacionista, todavia ficaram as 3 correntes na casa dos 30%. REVIS, apesar de sua norma prever terras de posse e domínio privados, foi a categoria que mais se distanciou da corrente Crítica, dando destaque para a corrente pragmática.

No grupo de US, o destaque para a macrotendência Crítica se deu nas RESEX e RDS. Esta posição mostra-se coerente, pois estas duas categorias apresentam normas similares e são instituídas visando preservar os modos de vida tradicionais, com o uso sustentável dos recursos. A categoria ARIE apresentou um distanciamento da corrente Crítica e um destaque para a corrente Conservacionista.

As APAs apresentaram um leve distanciamento da corrente Crítica e percentuais superiores e próximos entre a corrente Conservacionista e Pragmática. As FLONAs apresentaram uma distribuição próxima entre as três correntes, com suave distanciamento da corrente Conservacionista.

As macrotendências político-pedagógicas das EA percebidas como posições dentro de um campo de disputa pela hegemonia na legitimação ou des-legitimação das distintas formas de narração da realidade, apresentam analogias e relações com o campo dos conflitos ambientais.

Segundo Henri Acselrad, os conflitos ambientais podem ser entendidos como:

Aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004, p.16).

Acselrad (2004) aponta também que a noção de conflito ambiental é uma construção social e nessa qualidade pode apresentar distintas concepções e representações da realidade. O autor apresenta três abordagens relacionadas a estas concepções: a evolucionista, a economicista e uma terceira que será chamada de alternativa.

Com características análogas à macrotendência político-pedagógica conservacionista da EA, que privilegia a dimensão ecológica do processo em detrimento a dimensão social, Acselrad (2004) apresenta a abordagem evolucionista do conflito ambiental. Esta por sua vez, diz respeito às formas adaptativas do homem como espécie animal. Neste caso ocorreria oposição entre as diferentes formas de adaptação dos agentes ao mundo natural. Todavia esta abordagem, como a concepção político-pedagógica conservacionista da EA, apresenta limitações ao dissociar o natural do social. A abordagem evolucionista não permite “captar em sua integralidade o conteúdo político, portador de projetos, presente nos conflitos que tensionam os modos hegemônicos pelos quais se distribuem as distintas formas sociais no espaço” (ACSELRAD, 2004, p.11).

A abordagem economicista dos conflitos ambientais, apresentada por Acselrad (2004) relaciona-se as dificuldades dos agentes geradores de impactos

externos assumirem suas respectivas responsabilidades, como também a dificuldade de se definir a propriedade sobre determinados recursos naturais, gerando conflitos pelo acesso e pelo uso dos recursos. Nesta perspectiva os conflitos estariam associados à margem da ação do mercado, vinculados a recursos com ausência de preços e dificuldades de apropriação privada. Neste caso a gênese dos conflitos estaria relacionada a categorias mercantis, como a falta de mercado, de propriedade e de preços (ACSELRAD, 2004). Esta abordagem podemos relacionar à macrodentência político-pedagógica da EA pragmática, pois estaria voltada às adaptações face imperfeições do sistema produtivo.

Como abordagem alternativa às concepções evolucionista e economicista, os conflitos ambientais podem ser compreendidos relacionando-os a interesses e estratégias diferenciadas de apropriação da base material de recursos naturais. Nesta perspectiva reconhece-se a incapacidade de resolver tais questões dentro da lógica unitária de mercado ou estritamente através da norma. Assim, abre-se espaço para que racionalidades não hegemônicas possam operar em dimensões culturais e relacionadas a modos de vida de povos e populações tradicionais (ACSELRAD, 2004). “Aqui, vemos como os conflitos ambientais podem ser entendidos como expressão de tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimento” (ACSELRAD, 2004, p.11). Todavia, o autor não restringe-se a especificidades espaciais, mas estende a análise para outros processos como por exemplo os de colonização dos ambientes urbanos e a mercantilização dos sistemas vivos.

Portanto, a forma que os conflitos ambientais são percebidos pela sociedade, no interior de um modelo de desenvolvimento historicamente construído, pode também refletir na forma que as ações de EA são pensadas e executadas pelo poder público, por suas instituições e pelos seus agentes.

Neste contexto, se um determinado conflito ambiental espacializado em território onde foi instituído um elemento de grande potencial territorializador - UC, não é percebido como fruto da desigual apropriação dos recursos materiais e da distribuição dos poderes para decisões sobre os mesmos, é improvável que ações de EA com concepção político-pedagógica crítica faça parte das territorialidades desta UC.

Ao investigar a ocorrência de conflitos ambientais e sua abordagem através das ações de EA nas UCs participantes desta pesquisa, observou-se que das 254 UCs participantes, 233 (91,7%) manifestaram-se nesta questão da seguinte forma:

57,8% destas UCs informaram que os conflitos socioambientais presentes no território da UC são abordados nas ações de EA. 12,9% informaram que os conflitos socioambientais não são abordados nas ações de EA e 29,3% informou que tal situação não se aplica a UC, o que nos leva a interpretar que estas dizem respeito a duas situações: a UC não apresenta conflito socioambiental (menos provável) ou a UC não desenvolve ações de EA (mais provável).

Com relação ao tipo de abordagem, foi apresentado seis opções para as UCs caracterizarem suas práticas, obtendo-se o seguinte resultado (Tabela 7):

Tabela 7 – Forma que os conflitos são abordados nas ações de EA - Número de vezes que o tipo de abordagem aparece nas respostas

<b>ABORDAGEM</b>	<b>Quant</b>
<b>Causas e conseqüências do conflito</b>	91
<b>Conseqüências/impactos do conflito</b>	81
<b>Histórico do conflito</b>	80
<b>Alternativas de intervenção no conflito</b>	77
<b>Beneficiados e prejudicados com o conflito</b>	60
<b>Somente informações da existência do conflito, sem abordar as alternativas anteriores</b>	12

Fonte: dados da pesquisa. Org.: ALMEIDA, J. P. L.; FERLA, M. R. 2018.

Percebeu-se uma fragilidade na dimensão teórico-metodológica da ação de EA, visto que a partir destas respostas constatou-se que “beneficiados e prejudicados com o conflito” assume a penúltima posição dentre as abordagens disponibilizadas para respostas, ficando a frente somente da abordagem “Somente informações da existência do conflito, sem abordar as alternativas anteriores”.

A forma e o conteúdo da abordagem de um conflito ambiental nas ações de EA pode revelar a intencionalidade da ação educadora, a qual muitas vezes não está clara ou explícita, entretanto presente e posicionada dentro do campo. Partindo da premissa que a educação não é neutra e que a própria pretensão de neutralidade diz respeito à conservação do que está posto, investigou-se também a intencionalidade da ação educadora promovida pelas UCs.

Para esta questão, obteve-se o seguinte resultado (Gráfico 21): 49,8% das UCs analisadas nesta questão (105) responderam que a principal intencionalidade da ação educadora é “Promover o desenvolvimento de uma consciência ecológica,

detentora de conhecimentos dos processos ecológicos e, a partir desta, atuar para a preservação e conservação dos recursos naturais”. 36,5% (77) informaram que a principal intencionalidade é “Promover o desenvolvimento de uma consciência política e participativa e, a partir destas, atuar nos processos decisórios da destinação e uso dos recursos naturais” e 13,7% (29) informaram “Nenhuma das alternativas anteriores”.

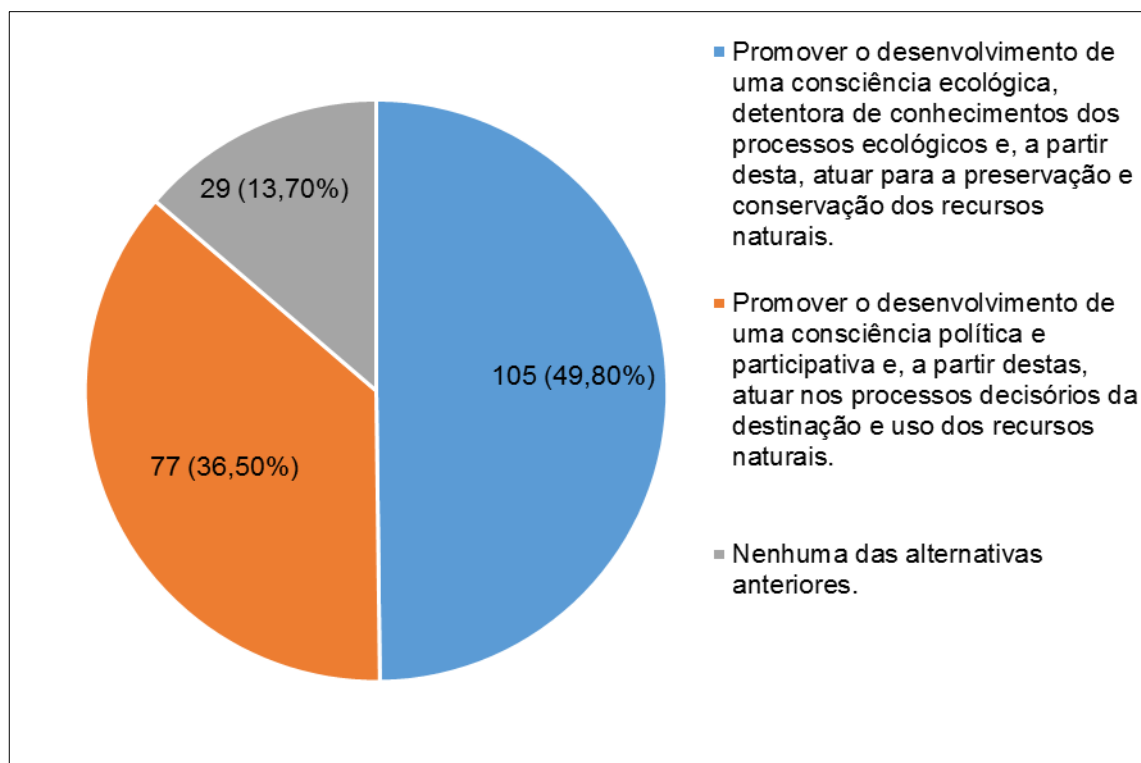


Gráfico 21- Principal intencionalidade das Ações de EA. Fonte: dados da pesquisa. Org.: FERLA, M. R. 2018.

Nesta questão foram disponibilizadas aos agentes participantes da pesquisa duas opções distintas de respostas, além da opção de recusar ambas. A primeira, obtendo maior destaque, enfatiza o aspecto do conhecimento e da ecologia e está relacionada à macrotendência político-pedagógica conservacionista da EA. A segunda opção traz como ponto central o aspecto político e participativo e apresentou uma preferência secundária. O caráter político e participativo na ação educadora está diretamente relacionado com a macrotendência político-pedagógica crítica da EA.

Percebeu-se nesta questão que, apesar da diretriz institucional do ICMBio ser direcionada para uma concepção de EA crítica, na prática, segundo as UCs analisadas, a intencionalidade tende para a concepção conservacionista, pioneira e



tradicional do campo ambiental. Expressa um enraizamento e aderência no enfoque do conhecimento ecológico em detrimento da atuação no campo social e político, onde são estabelecidas as relações com os recursos naturais e seus processos ecológicos.

Verificadas as diferentes facetas das ações de EA nas UCs federais, no que diz respeito a sua forma e conteúdo, mesmo considerando ser um modo de generalização e reconhecendo os riscos e limitações desta apreensão, foi possível estabelecer uma leitura fora de segmentações estritas, a partir do território e das territorialidades. Evidenciou-se a multiplicidade e pluralidade de formas. Alguns casos, como o “tipo de ação” e “tema da ação”, apesar de constatado os mais usuais, apontaram para a necessidade de aprofundamento na investigação.

Percebeu-se um referencial teórico crítico, expresso tanto pela norma quanto pelas UCs analisadas, todavia no campo das práticas não tão expressivo assim. Evidências da participação das concepções político-pedagógicas conservacionista e pragmática de forma intensa indicam a não linearidade ou exclusividade de uma determinada corrente.

A EA Crítica, por sua vez, é a concepção político-pedagógica adotada institucionalmente para orientar as ações educadoras de forma geral, ou seja, para todos os grupos e categorias. Todavia, considerando tratar-se de um campo, esta investigação revelou implicações distintas entre os diferentes grupos e as diferentes categorias de UCs que compõe o SNUC. Ao analisar o sistema como um todo não é perceptível de forma significativa a dominância de alguma corrente específica, mas ao mudar a escala partindo para separação em grupos ou nas categorias que compõem os grupos, as diferenças começam a ser visíveis.

Nas UCs de PI, as quais de forma geral são mais restritivas quanto ao uso e à ocupação humana no território, suas territorialidades tendem a alinharem-se à macrotendência político-pedagógica conservacionista da EA. No outro polo, as UCs do grupo de US, nas quais de modo geral, são previstos o uso direto dos recursos naturais e a ocupação humana, mostram certo alinhamento à macrotendência político-pedagógica crítica.

Infere-se, portanto, que as UCs são classificadas através da norma em grupos e categorias de manejo e orientadas a diferentes práticas territoriais. Tanto a formulação da norma, quanto sua execução, como por exemplo, qual a área geográfica de interesse e qual a categoria de UC mais adequada, se dão no interior

de um campo de relações sociais envolvendo interesses distintos, disputas e conflitos, sejam eles simbólicos ou materiais.

Estas relações são instituídas mediante a necessidade de decidir sobre a destinação, o acesso e o uso dos recursos naturais no país. Neste movimento constante e contraditório, o Estado assume o papel de mediador das disputas. É requerido e utilizado para operar os interesses da elite dominante, mas também do povo de forma geral, entretanto, esse papel conciliador nem sempre é possível. As políticas públicas por sua vez, expressam a forma do Estado territorializar determinados espaços. Como interlocutor do Estado na execução das políticas públicas, situam-se as instituições.

Nesse sentido, o ICMBio como instituição pública responsável por gerir o sistema federal de UCs, estrutura-se através de diversos processos de gestão. Suas práticas, através das centenas de UCs encontram-se disseminadas por todo o país. Atividades de regularização fundiária, pesquisa científica, planos para espécies ameaçadas, uso público e turismo, plano de uso dos recursos naturais, acordos de pesca, planos de manejo, formação de conselhos gestores, atividades de gestão participativa, EA, dentre outras, são algumas das formas que expressam suas territorialidades no Brasil. Percebe-se também um descompasso entre a missão institucional e os meios disponibilizados pelo Estado para executá-la.

Neste panorama a EA é entendida como uma das práticas de conservação da natureza na constituição territorial das UCs. No entanto, esta prática difere-se das demais pela sua especificidade educadora, e sendo assim, apresenta potencialidades de atuação de modo a conservar a realidade posta ou transformá-la. A investigação sistemática e crítica das ações de EA nas UCs federais pode indicar os caminhos que estão sendo trilhados para a conservação da natureza no Brasil.

## CONSIDERACOES FINAIS

Este estudo é resultado de uma proposta de **compreender como o campo da educação ambiental (EA) compõe as ações territoriais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) nas Unidades de Conservação (UCs) federais**. Como objetivos específicos problematizou-se: 1) A relação das práticas territoriais e normativas de conservação da natureza no Estado brasileiro com o campo da EA no ICMBio; 2) A articulação das ações da EA no ICMBio com a política de capacitação de seus servidores e 3) A identificação das principais ações de EA conforme as diferentes categorias de UCs. Não obstante, o trabalho teve uma intencionalidade de práxis, pois é também fruto da intenção e oportunidade de conjugar questionamentos oriundos da prática profissional do autor (servidor no ICMBio) com a pesquisa e reflexão no campo acadêmico.

Inserir-se no campo da ciência geográfica para buscar um caminho teórico e conceitual que pudesse gerar reflexões sobre a prática cotidiana das UCs federais foi certamente um grande e satisfatório desafio. A experiência profissional com a gestão de UCs federais evidentemente contribuiu para a apreensão dos conceitos-chaves da Geografia, selecionando-os e relacionando-os ao objeto de pesquisa.

A pretensão inicial de saber “onde” e “como” ocorriam as ações de EA no âmbito do ICMBio requereu formular uma estratégia analítica que pudesse levar estes questionamentos para uma concretude situada no processo histórico das áreas naturais protegidas no mundo, visto que partiu-se da premissa que os problemas ambientais de nossa sociedade não são problemas por si só, mas sim reflexos de problemas de nossa sociedade. Para isso, foi necessário, entendê-las como políticas públicas e estas geradas no seio do Estado moderno. Esse fio condutor *norteou*, ou como diria na concepção *Freireana*, invertendo a convenção geográfica, *suleou* a construção da materialidade da realidade presente com as raízes do passado. Pois entender a EA presente hoje no ICMBio implica em compreender as práticas territoriais e normativas do Estado.

Assim, concorda-se que a interpretação materialista histórica e dialética constitui a perspectiva mais abrangente para explicar este fenômeno. Considera-se que as lutas no seio do Estado são na verdade lutas efetivas das diferentes classes sociais e não apenas um contrato social firmado entre o Estado e os indivíduos para assegurar a paz e segurança.

Todavia, este Estado também não é restrito a coerção, mas implica em disseminar ideologias que se constituirão como hegemônicas. Estruturando-se assim o Estado ampliado *gramsciano* formado pela sociedade política e pela sociedade civil. Deste modo, os recursos naturais, como os grandes mobilizadores da sociedade capitalista de classes tornam-se mercadorias e geradores de conflitos, devido sua seletividade ao acesso e uso pela sua desigual apropriação.

Nessas bases o Estado moderno através de políticas públicas institui áreas para a conservação dos recursos naturais. Popularizada nos Estados Unidos, calcada no conceito de *wilderness* e disseminada para o resto do mundo. O Brasil, sem dar conta de sua malha fundiária concentrada nas mãos de poucos e sob pressão supranacional iniciou na década de 1930 seu ordenamento jurídico sobre a conservação dos recursos naturais e instituiu suas primeiras áreas protegidas. Adota a criação de UCs como uma política pública permanente e coseguiu protagonismo no cenário mundial.

Entretanto, as UCs, num país calcado em latifúndios, baseado na agroexportação que cresceu e consolidou-se mediante um histórico escravocrata, são potenciais *loci* geradores de conflito. Com essas características o conceito geográfico de território apresentou-se como um importante instrumento de configuração das UCs e sua respectiva análise científica. Pois estas são permeadas de relações de conflitos, sejam eles de ordem material ou imaterial, tangível ou intangível, simbólico ou concreto. As UCs ao serem instituídas implicam em processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização e as práticas envolvidas nestes processos são denominadas de territorialidades.

A conformação destes territórios (UCs) e suas territorialidades (práticas, ações, manejo, gestão), quando analisadas na perspectiva de um campo social (BOURDIEU, 2004) revelam agentes, posições e disputas pela hegemonia, pela formulação das regras, dentre outras propriedades mais ou menos definidas. Quando as UCs consolidaram-se em um Sistema Nacional, o SNUC (BRASIL, 2000), aflorou-se de forma mais clara, as duas principais concepções conceituais, políticas e ideológicas sobre o modelo ideal de normas para territorialização de determinadas áreas geográficas para a conservação dos recursos naturais.

Neste campo específico, ficaram visíveis duas posições distintas: a corrente preservacionista alinhada ao modelo tradicional de conservação, baseado no conceito norte-americano de *wilderness* e, do outro lado, a corrente

socioambientalista, defendendo a necessidade da participação social e a questão das populações que já havia territorializado essas áreas anteriormente. Concepções de conservação da natureza? Concepções de mundo? Ou concepção de organização de nossa sociedade? Construídos democraticamente e de forma participativa ou importado de realidades distintas?

Constatou-se nesta investigação que o Estado brasileiro (sociedade política e sociedade civil) foi condicionado por diversas forças (nacionais e supranacionais) a construir um robusto sistema nacional de UCs, acomodando a contento ou a descontento os múltiplos agentes e interesses participantes deste campo. As UCs evoluíram tanto no aspecto normativo, quanto na expressiva quantidade, pluralidade e distribuição geográfica. Instituiu-se um órgão federal exclusivo para a gestão das UCs – o ICMBio (BRASIL, 2007). Há de se reconhecer que ocorreram avanços significativos no campo da conservação dos recursos naturais no Brasil.

Não obstante, no âmbito das territorialidades exercidas através das práticas decorrentes desta política pública, lacunas e desafios carecem de ser enfrentados, a começar pelo reconhecimento de que os problemas ambientais são problemas sociais, relacionados à histórica apropriação desigual e assimétrica dos recursos naturais. Propõe-se que dentre as diversas territorialidades de uma UC, a EA assuma um papel estratégico de interlocução prioritariamente com os agentes mais vulneráveis nesta relação. Mas qual EA?

Estudos indicam a diversidade e heterogeneidade na configuração do campo da EA no Brasil. Constituindo-se três principais correntes ou macrotendências político-pedagógicas (LAYRARGUES; LIMA, 2014). Estas compreendem forma, conteúdo e intencionalidades distintas, as quais na disputa pela hegemonia das regras e da legitimidade deste campo exercem diferentes territorialidades, implicando na conformação de diferentes territórios. A primeira corrente, conservacionista enfatiza os aspectos ecológicos e comportamentalistas na conservação dos recursos naturais e é descolada das relações sociais que resultam à questão. A segunda corrente, a pragmática, é vinculada a problemas urbanos e industriais, destinação correta dos resíduos sólidos e efluentes e à sustentabilidade. Esta corrente trabalha para sanar as imperfeições do mercado buscando alternativas para um consumo sustentável. A terceira é a corrente crítica, adotada institucionalmente pela gestão ambiental pública como forma de territorialização das UCs federais. Esta é vinculada à processos educadores

populares, transformadores e emancipatórios. Prioriza agentes em situação de vulnerabilidade e temas como conflitos ambientais, assimetrias e a apropriação desigual dos recursos naturais.

A partir destas categorias analíticas da EA no Brasil, a investigação traçou um paralelo, mudando a escala, com as territorialidades das UCs federais. Ao avançar no desenvolvimento da pesquisa e considerando a pluralidade de contextos e realidades que as mesmas estão inseridas, levantou-se a hipótese da ocorrência de distintas correntes político-pedagógicas operando de forma simultânea.

Constatou-se a existência de uma diretriz institucional crítica para o desenvolvimento das ações de EA, sendo esta coerente com a missão do ICMBio, mas não suficiente para compreender as territorialidades da EA dentro deste campo que se disputam ações e concepções de territorialização das UCs. Para avançar nesta compreensão questionou-se onde estavam ocorrendo estas ações, quais os agentes envolvidos e se os servidores passavam por processos formativos para atuarem nesta temática.

Foram analisadas informações de 254 UCs federais, correspondendo à 78,4% do total das UCs instituídas à época (2016-2017). Trata-se de uma expressiva taxa de participação, contemplando diversas categorias de UCs, com uma pequena predominância para as UCs do grupo de Proteção Integral (PI), com destaque para a categoria Parque Nacional (PARNA), demonstrando o capital material e simbólico desse modelo de gestão no campo das categorias. Constatou-se assim, diferentes categorias de manejo, que representam diferentes formas de territorialização empregadas pelo Estado, visando conformar determinadas áreas mediante a norma.

O ICMBio herdou a concepção dos processos formativos em EA fundados no IBAMA, aperfeiçoou e ampliou, formando um quadro de servidores capazes de atuar como instrutores para outros servidores. Os processos formativos para os servidores, apesar de contemplar menos da metade dos servidores das UCs analisadas, mostraram-se como uma estratégia bem sucedida de territorialização da EA., visto que a maior parte dos servidores que passaram por processos formativos acabam por desenvolver ações de EA em suas UCs de lotação, além de apresentar coerência com a diretriz institucional, pois a maior parte destas ações são orientadas por um referencial teórico crítico.

Todavia, o subfinanciamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do ICMBio, resultante da não priorização por parte do Estado, ao menos na dimensão das práticas, implica em limitações severas para o desenvolvimento de ações de EA, seja na falta de pessoal, na insuficiência de capacitação ou de infraestrutura, apesar que este último pode apresentar ressalvas quando relacionamos a EA institucional com o diálogo e a proximidade com os agentes em situação de vulnerabilidade. Mas se tratando de um campo social, e a EA crítica não assumindo o papel hegemônico dentro do ICMBio, outras forças ou agentes dentro deste campo ocupam e disputam também este espaço.

Esta situação é potencializada em momentos de fragilidade ou ausência institucional. Isso foi demonstrado no momento da divisão do IBAMA e criação do ICMBio, principalmente nos primeiros anos com a inexistência de estruturas organizacionais para abarcar os processos de EA em ambas instituições. Este “vácuo de poder” resultou em uma configuração do campo jogando a EA crítica para uma posição desinstitucionalizada, deslegitimando-a no campo institucional e neste movimento outros agentes de concepções político-pedagógica diversas ao que se tinha posicionam-se no campo demandando e direcionando as ações de EA.

Deste modo, para contribuir na compreensão deste campo foi necessário também identificar, mesmo que através de uma aproximação inicial, as principais ações de EA, buscando pistas de seu conteúdo e forma de territorialização relacionando com as diferentes categorias de UCs, visto que as diferentes normas instituídas pelo Estado (categorias) almejam conformar diferentes territórios.

Percebeu-se destacadamente “palestras sob demandas” como o principal tipo de ação de EA desenvolvida pelas UCs analisadas, informação confirmada ao averiguar os agentes envolvidos nas ações e tendo como destaque maior os “alunos de escolas”. Este tipo de ação constitui-se uma importante ferramenta de diálogo com a sociedade, visto que a escola de forma geral é uma reprodução de nossa sociedade. Entretanto, “acende uma luz de alerta” no sentido de se ter esta como prioritária ou até mesmo exclusiva, ficando a margem, fora do debate os agentes em situação de vulnerabilidade e ao relacionar também com um dos principais motivos apontados pelas UCs para o não desenvolvimento de ações – falta de infraestrutura adequada. Além de se impor a necessidade de verificar o referencial teórico-metodológico dessas ações.

A adoção de um referencial teórico para orientar as ações de EA apareceu como uma fragilidade, visto que uma expressiva quantidade de UCs que desenvolvem ações de EA não adota qualquer referencial teórico para orientar suas ações. Todavia, para as UCs que informaram adotar um referencial teórico, a “Educação Ambiental Crítica” apareceu com grande destaque, sendo o ICMBio e o IBAMA as principais fontes destes materiais.

Reforça-se assim, a pertinência e oportunidade da formação dos agentes institucionais e a produção e divulgação de material didático voltado para orientar as práticas das UCs, o que poderia ser facilmente potencializado caso existisse um financiamento adequado.

Ao identificar a existência de ações de EA relacionando-as com a formação dos agentes institucionais, tipo da ação e o referencial teórico empregado, é possível compreender também que se trata de uma dimensão da territorialidade promovida internamente no campo institucional. Neste caso a EA crítica, oriunda dos processos formativos é percebida com destaque, enquanto que a não adoção de um referencial teórico pode acarretar em uma fluidez de concepções teórico-metodológicas, ponto em cheque a intencionalidade das ações ou até mesmo sua omissão, o que caracterizaria uma conservação do que está posto, descolada da realidade social.

Os temas abordados nas ações podem ser relacionados às diversas correntes da EA e apresenta certa homogeneidade entre as UCs analisadas. Apresenta variações acima da média para alguns temas relacionados à corrente conservacionista e abaixo da média para alguns temas relacionados à corrente crítica. Porém, o tema por si só, por mais específico que seja não é capaz de sustentar inferências sobre a corrente político-pedagógica dominante, visto que não é conhecida a abordagem utilizada para trabalhar o tema.

Já para as características das ações, foi possível traçar uma relação direta com as três correntes político-pedagógicas da EA brasileira. Constatou-se através das UCs analisadas, que de modo geral, independentemente de grupos e categorias, não há uma macrotendência político-pedagógica dominante ocupando uma posição hegemônica neste campo. As macrotendências político-pedagógicas conservacionista, pragmática e crítica da EA brasileira são posicionadas simultâneas contemplando entorno de 1/3 das respostas cada uma. Nesta generalização, observa-se uma multiplicidade de concepções, convivendo e disputando o campo, mesmo o ICMBio dispendo de uma diretriz institucional voltada para a concepção



crítica, na prática, observou-se equivalência às correntes ou macrotendências da EA brasileira.

Mas, mudando a escala para os dois grupos de UCs que compõe o SNUC, as diferenças se tornam mais perceptíveis. O grupo de PI apresentou uma inclinação para a macrotendência político-pedagógica conservacionista, com destaque para as categorias Estação Ecológica (ESEC) e Reserva Biológica (REBIO), as mais restritivas do SNUC, enquanto o grupo de US mostrou essa inclinação para a macrotendência-político-pedagógica crítica, com destaque para as Reservas Extrativistas (RESEX) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). A categoria PARNA, clássica no sistema de áreas protegidas mundial, demonstrou leve inclinação para a corrente conservacionista, mas praticamente equivalência com a pragmática e a crítica.

As características das ações de EA nas UCs federais relacionadas com as macrotendências político-pedagógicas da EA brasileira mostrou num primeiro momento certa homogeneidade, sem destaque aparente para uma ou outra corrente, mas ao mudar a escala, constataram-se tendências diferentes para as diferentes formas de territorialização. Infere-se, portanto, que as UCs são classificadas através da norma em grupos e categorias de manejo e orientadas a diferentes práticas territoriais.

Esse aspecto remete as propensões das territorialidades na estruturação do campo da EA. Deriva das reflexões e normativas geradas de forma mais abrangente no Estado brasileiro, haja vista que na análise efetuada no capítulo 2 da dissertação envolvendo PRONEA e PNEA (BRASIL, 1999; MMA, 2014) observou-se claramente um ecletismo teórico e conceitual como concepção de EA no campo normativo do Estado brasileiro. Essa situação é resultante das diversas forças operando neste campo.

Outro ponto rico à concepção de EA adotada institucionalmente pelo ICMBio (crítica) diz respeito a intencionalidade das ações. A educação não é um processo neutro, tem lado e deve ser expresso, para termos clareza do tipo de territorialidade que se está buscando. Contudo, essa questão mostrou um enraizamento e aderência ao enfoque sobre o conhecimento ecológico, como premissa para a preservação e conservação dos recursos naturais em detrimento da atuação no campo político de forma participativa visando a intervenção nos processos decisórios sobre a destinação, o acesso e o uso dos recursos naturais.

Para finalizar, foi possível compreender as relações sociais instituídas na destinação, no acesso e no uso dos recursos naturais. O Estado como territorializador é também o mediador desta relação. Analisar a política de EA nas UCs federais, na perspectiva espacial, implicou perceber a existência de diferentes formas de territorializar o espaço (categorias de manejo de UCs) e essas diferentes formas inclinam-se para concepções de EA distintas, apesar da diretriz institucional do ICMBio ser uma só. A aderência à determinados tipos de UCs que restringem a ocupação humana e o uso direto dos recursos naturais, próximas ao modelo *wilderness* reflete na forma de interlocução do Estado com a sociedade, anulando ou omitindo os processos sociais envolvidos nesta relação.

Pode até se tratar de generalização, apresentando riscos e críticas sobre essa forma de apreensão da realidade, todavia esta amostra de como a EA se dá nas UCs federais, foi rigorosamente condizente com o que se propôs a realizar. Espacializando as UC foi possível identificar onde estava ocorrendo as ações de EA e os indicativos da forma e conteúdo dessas ações, o que certamente, poderá servir de base para novos estudos sobre a EA nas UCs federais. Pois as possibilidades, a depender da escala espacial e do recorte temporal são inúmeras.

Assim, dentro dos limites estabelecidos na escala adotada para o trabalho, foi possível compreender aspectos, relações e implicações de como o campo da EA compõe as ações territoriais do ICMBio nas UCs federais.

## REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: \_\_\_\_\_. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará:Fundação Heinrich Böll, 2004

AGÊNCIA BRASIL. Temer chega à Noruega para buscar investimentos e discutir questão ambiental. 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-06/temer-chega-noruega-para-buscar-investimentos-e-discutir-questao-ambiental>. Acesso em: 10/08/2017.

ALVAREZ, Albino Rodrigues; MOTA, José Aroudo (Org.). O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Realidade e Perspectivas. In: \_\_\_\_\_. **Sustentabilidade ambiental no Brasil: biodiversidade, economia e bem-estar humano**. Brasília: Ipea, 2010. p. 359-384.

BENSUSAN, Nurit. 2014. Diversidade e unidade: um dilema constante. Uma breve história da ideia de conservar a natureza em áreas protegidas e seus dilemas. In: BENSUSAN, N.; PRATES, A.P. (orgs) **A diversidade cabe na unidade? Áreas protegidas no Brasil**. IEB, Brasília. p. 30-81.

BOURDIEU, Pierre. **Algumas propriedades do campo**. In: **BOURDIEU, P. Questões de sociologia**. Trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

\_\_\_\_\_. **Os Usos Sociais da Ciência – por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução de Denice Bárbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. **Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 1.713, de 14 de Junho de 1937. Cria o Parque Nacional de Itatiaia**. Rio de Janeiro: 1937. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1713-14-junho-1937-459921-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 16/10/2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei Nº 1.035, de 10 de Janeiro de 1939**. Cria o Parque Nacional do Iguassú e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1939. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1035-10-janeiro-1939-372797-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 16/10/2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11,516 de 28 de agosto de 2007**. Cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília: MMA. 2007. 8 p.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9985 de 18 de julho de 2000**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Brasília: MMA. 2000. 56p.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm). Acesso em: 10 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVil\\_03/LEIS/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/LEIS/L9795.htm). Acesso em: 10 set. 2017.

COSTA, Lucia Cortes da. **Os impasses do Estado capitalista. Uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Cortez; Ponta Grossa: UEPG, 2006. E-book [www.uepg/editora](http://www.uepg/editora).

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DI GIOVANNI, Geraldo. **As Estruturas Elementares das Políticas Públicas**. CADERNO DE PESQUISA Nº 82, Unicamp: NEPP, 2009.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade; OLIVEIRA, Daniela de. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, Roseli Senna (org.). **Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas**. Brasília : Câmara dos Deputados, 2010. p. 341-385.

FABI, Claudio Rodrigues. **Perspectivas da ENCEA para Efetividade da Participação na Gestão de Unidades de Conservação Federais**. 2014, 115f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2014. Disponível em: <http://ava.icmbio.gov.br/mod/data/view.php?d=17&rid=2093> . Acesso em: 15 mai. 2018.

FERLA *et al.* TERRITORIALIDADES NO CAMPO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: uma análise de projetos em unidades de conservação federais. In: Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social - SAPIS, VIII, Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – ELAPIS, III, 2017, Niterói. **Anais Eletrônicos**. Niterói: UFF, 2017. p. 1684-1704. Disponível em: <http://www.ppgsd.uff.br/> Acesso em: 13 abril 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Rev. Nera**. Presidente Prudente. Ano 8, N. 6, Jan/Jun, 2005. p. 14-34.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3ª ed. São Paulo: Zahar, 1976.

FISCHER, Dailey. **De corredor a mosaico: estratégias de diferentes governos para um mesmo fim?** 2014. 199f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Setor de Ciências Agrárias - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. Brasil perderá ao menos R\$167mi da ajuda norueguesa à Amazônia. 2017. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2017/06/23/871#> Acesso em: 10/08/2017.

FONSECA, Carlos Roberto de Carvalho. **Consolidação territorial de unidades de conservação federais: o desafio da execução orçamentária**. –2016. 81 p. Dissertação (mestrado) – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, área de concentração em Economia. Brasília, 2016 Disponível em: <http://www.mestradoprofissional.gov.br/sites/images/mestrado/turma2/carlos-roberto-fonseca.pdf>. Acesso em: 03 jun 2018.

FONTANA, A. *et al.* Promoção da Participação Social na Gestão Ambiental Pública: a formação de gestores ambientais no ICMBio. In: Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social - SAPIS, VII, Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – ELAPIS, II, 2015, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis: UFSC, 2015. p. 879-886. Disponível em: <http://sapiselapis2015.paginas.ufsc.br/2015/11/18/anais-do-vii-sapis-e-ii-elapis/>. Acesso em: 15 jan. 2017.

FREIRE, Paulo **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011, 143 p.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

G1. Desmatamento cria saia justa para Temer em visita a Noruega, maior doador para preservação da Amazônia. 2017. Disponível em:

<http://g1.globo.com/politica/noticia/desmatamento-cria-saia-justa-para-temer-em-visita-a-noruega-maior-doador-para-preservacao-da-amazonia.ghtml>. Acesso em: 10/08/2017.

GOMES, Jacqueline Martins. **Conservação da natureza e emancipação social: um estudo de caso sobre a comunidade de Santa Maria do Caiuê e sua relação com a Floresta Nacional Pau-Rosa, Maués, Amazonas**. 2012, 163f. Dissertação (Mestrado). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília, 2012. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10941/1/2012\\_JacquelineMartinsGomes.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10941/1/2012_JacquelineMartinsGomes.pdf) Acesso em: 15 set. 2017.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, Setembro de 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6 ed. 2011.

HOBBS, Thomas. **Do Cidadão**. Tradução de Editora Martin Claret, 2006.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

IBAMA, **Diretrizes para operacionalização do Programa Nacional de Educação**: Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1996. 27 p. (Série Meio Ambiente; n. 9).

\_\_\_\_\_. **Educação ambiental : as grandes diretrizes da Conferência de Tbilisi / organizado pela UNESCO**. — Brasília : Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1997. 154p. — (Coleção meio ambiente. Série estudos educação ambiental).

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental. **Relatório de atividades da coordenação geral de educação ambiental – CGEAM/DISAM – 2003-2006**. Brasília, DF: IBAMA/CGEAM/DISAM, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa de Biomas e de Vegetação**. 2018. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ICMBIO. **Educação Ambiental em Unidades de Conservação:** ações voltadas para comunidades escolares no contexto da gestão pública da biodiversidade. Guia informativo, orientador e inspirador. Brasília: MMA, 2016. 65p.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Saber, Afeto e Interação. In: \_\_\_\_\_. **Os contextos do saber.** Representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2008. p.19-77.

KEMF, Elizabeth. In: Search of a Home: Protected Living in or Near Protected Areas. In: **The Law of the Mother: Protecting Indigenous Peoples in Protected Areas.** San Francisco: Sierra Club Book. 1993.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As Macrotendências Político-Pedagógicas da Educação Ambiental Brasileira. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v.XVII, n.1, p. 23-40, jan./mar. 2014.

LOCKE, John. **O segundo tratado do governo civil.** Coleção os pensadores. São Paulo: Abril, 2001.

LOUREIRO Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação ambiental nos anos noventa. Mudou, mas nem tanto. **Políticas Ambientais**, ano 9, no 25, dez. 2000.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, jan./abr. 2013. p. 53-71.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; SAISSE, Maryane. Educação ambiental na gestão ambiental pública brasileira: uma análise da SEMA ao ICMBio. **R. Educ. Públ.** Cuiabá v. 23 n. 52 p. 105-129 jan./abr. 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; SAISSE, Maryane; CUNHA, Cláudia Conceição. **Histórico da educação ambiental no âmbito federal da gestão ambiental pública: um panorama da divisão do IBAMA à sua reconstrução no ICMBio.** Editora UFPR. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 28, p. 57-73, jul./dez. 2013.

MADEIRA *et al.* Interfaces e Sobreposições entre Unidades de Conservação e Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais: Dimensionando o Desafio. In: Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social - SAPIS, VII, Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – ELAPIS, II, 2015, Florianópolis. **Anais Eletrônicos.** Florianópolis: UFSC, 2015. p. 617-626. Disponível em: <http://sapiselapis2015.paginas.ufsc.br/2015/11/18/anais-do-vii-sapis-e-ii-elapis/>. Acesso em: 15 jan. 2017.

SORRENTINO, Marcos. **Educação ambiental como política pública**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf) . Acesso em: 5 fev 2018.

MARX, Karl. **Crítica da economia política**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1984a.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec.1991.

MARX, Karl. **O capital**. Livro 1. Vol. 1. São Paulo: Difel. 1984b.

MCNEELY, J. 1993. Afterword — People and Protected Areas; Partners in Prosperity. In: KEMF, Elizabeth. **The Law of the Mother: Protecting Indigenous Peoples in Protected Areas**. San Francisco: Sierra Club Book.

MERCADANTE, Maurício. Uma década de debate e negociações: a história da elaboração da Lei do Snuc. In: BEJAMIN, A. H. (Org.). **Direito Ambiental das Áreas Protegidas: o Regime Jurídico das Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 190-231.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro** / MEDEIROS, Rodrigo; ARAÚJO, Fábio França Silva (Orgs.). Brasília: MMA, 2011.

\_\_\_\_\_. **Educação Ambiental: Por um Brasil Sustentável**. Documentos de Referência para o Fortalecimento da Política e do Programa Nacional de Educação Ambiental ProNEA, Marcos Legais e Normativos. Brasília: MMA, 2014.

\_\_\_\_\_. **Pilares para a Sustentabilidade Financeira do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília: MMA, 2ª ed., 2009. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008\\_dap\\_publicacao/149\\_publicacao16122010113443.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap_publicacao/149_publicacao16122010113443.pdf) . Acesso em 16 de abril de 2018.

\_\_\_\_\_. **BIOMAS. 2018**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas>. Acesso em: 10 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Fontes de Financiamento para Educação Ambiental**. Brasília: MMA, 2017.

MOREIRA, Ruy. A Geografia serve para desvendar as máscaras sociais. In: \_\_\_\_\_. **Geografia: Teoria e Crítica. O saber posto em questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982. p.33-63.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de. (Org.). **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016.



NUNES, Sátiro Ferreira. Fundo: Administração da Floresta da Tijuca (TA): inventário dos documentos textuais. 2ª ed. rev. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. 2012. 108p. Disponível em: <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/media/Floresta%20da%20Tijuca%20final%202014%20nov.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2017.

OLIVEIRA, Emerson Antônio de. **O Parque Nacional dos Campos Gerais: processo de criação, caracterização ambiental e proposta de priorização de áreas para regularização fundiária.** 2012. 279 f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista.** p.1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2002.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge de. Do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. In: MEDEIROS, Rodrigo; ARAÚJO, Fábio França Silva (org.). **Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro.** Brasília: MMA, 2011. p. 21-36.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Projeto de Lei N.527/2016.** Altera os limites da APA da Escarpa Devoniana, na forma que especifica a presente Lei. 2016. Disponível em: <<http://portal.alep.pr.gov.br/index.php/pesquisa-legislativa/proposicao?idProposicao=66840>>. Acesso em: 19 nov 2017.

PECCATTIELLO, Ana Flavia Oliveira. Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 24, p. 71-82, jul./dez. 2011.

PUREZA, Fabiana; PELLIN, Ângela; PADUA, Claudio. 2015. Unidades de Conservação. Matrix, São Paulo. 240p.

PUREZA, Fabiana. **Histórico de Criação das Categorias de Unidades de Conservação no Brasil.** 2014, 247f. Dissertação (Mestrado) IPÊ: Instituto de Pesquisas Ecológicas. Nazaré Paulista, 2014. Disponível em: [www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/images/abook/pdf/2sem2015/.../Nov.15.29.pdf](http://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/images/abook/pdf/2sem2015/.../Nov.15.29.pdf). Acesso em: 21 ago. 2016.

QUINTAS, José da Silva. **Educação Ambiental e Sustentabilidade Política: democracia e participação. Apresentado no V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental.** Brasília, 2006a. Disponível em: <<http://www.viberoea.org.br/downloader.php?a=upload/arquivos/0017671001149511952.pdf&b=Jose+Quintas.>> Acesso em: 07 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Gestão Ambiental Pública**. Brasília: IBAMA, 2006b. (Série Educação Ambiental, Coleção Maio Ambiente).

\_\_\_\_\_. Por uma educação ambiental emancipatória: considerações sobre a formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental José Silva Quintas In: **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente** / \_\_\_\_\_. - 3ed. - Brasília: Ibama, 2006c. 204 p. (Coleção meio ambiente. Série educação ambiental).

\_\_\_\_\_. Educação no Processo de Gestão Ambiental: uma proposta de Educação Ambiental Transformadora e Emancipatória. In LAYRARGUES, F. P. (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2004.

\_\_\_\_\_. Educação no Processo de Gestão Ambiental: uma proposta de Educação Ambiental Transformadora e Emancipatória. In LAYRARGUES, F. P. (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2004. p.113-140.

QUINTAS, José da Silva; GUALDA, Maria José. **A formação do educador para atuar no processo e gestão ambiental**. Brasília: Ibama, 1995. (Série Meio Ambiente em Debate, 1.).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RICETO, Alison; SILVA, Vicente de Paulo da. O território como categoria de análise da geografia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 28 Dez/2008 p. 146 – 152.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O contrato social**. Coleção os Pensadores, São Paulo: Abril. 1978.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (orgs). **Territorialidades humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. p.63-89.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. **GEOgraphia**, Ano. 1, No 1, 1999. p. 7-13.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

TALBOT, Virgínia. **Termos de Compromisso: histórico e perspectivas como estratégia para a gestão de conflitos em unidades de conservação federais.** 2016, 219f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biodiversidade em Unidades de Conservação). Escola Nacional de Botânica Tropical, Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://jbrj.academia.edu/VirginiaTalbot>. Acesso em: 10 set. 2016.

UEPG. OAB debate projeto de redução da APA da Escarpa Devoniana. 2017. Disponível em: <http://portal.uepg.br/noticias.php?id=10551>. Acesso em 07/08/2017.

## APÊNDICE 1

### Questionário - EA em UCs federais

Prezados(as) Gestores(as) do ICMBio,

A Coordenação de Educação Ambiental do ICMBio gostaria de convidá-los(as) a participar de uma pesquisa on-line que objetiva identificar "onde e como" ocorrem as ações de Educação Ambiental nas nossas Unidades de Conservação federais.

Este questionário é uma parte importante do Projeto de Mestrado em "Gestão do Território" no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG do nosso colega Márcio Ricardo Ferla (do Parque Nacional dos Campos Gerais) com o projeto de pesquisa intitulado "O SISTEMA FEDERAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: o campo da educação ambiental e suas territorialidades".

Esse projeto trará também um panorama nacional sobre este processo em nossa Instituição, o qual poderá contribuir para o direcionamento de esforços em avaliações e planejamento de novas ações de Educação Ambiental do ICMBio.

Deverá ser respondido apenas 01 questionário por UC. Por isso solicitamos a gentileza, que ao receberem os questionários, discutam as respostas com a equipe e verifiquem quem irá responder e enviar.

A pesquisa possui autorização SISBio Número: 55905-1.

Demandará poucos minutos para responderem.

Quaisquer dúvidas ou informações complementares, favor entrar em contato nos seguintes endereços eletrônicos: [marcio.ferla@icmbio.gov.br](mailto:marcio.ferla@icmbio.gov.br) ou [educacaoambiental@icmbio.gov.br](mailto:educacaoambiental@icmbio.gov.br).

Contamos com a colaboração de todos(as) e desde já agradecemos pelo o apoio!

Coordenação de Educação Ambiental  
Coordenação Geral de Gestão Socioambiental  
Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial de UCs

1. Grupo da Unidade de Conservação:

- Proteção Integral
- Uso Sustentável

2. Categoria da Unidade de Conservação:

- Área de Proteção Ambiental
- Área de Relevante Interesse Ecológico
- Estação Ecológica
- Floresta Nacional
- Monumento Natural
- Parque Nacional
- Refúgio de Vida Silvestre
- Reserva Biológica
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável
- Reserva de Fauna
- Reserva Extrativista
- Reserva Particular do Patrimônio Natural

3. Nome da Unidade de Conservação:

4. A Unidade de Conservação (UC) desenvolveu ações de Educação Ambiental (EA) nos últimos 09 anos (criação do ICMBio até o presente)?

- Sim
- Não
- Não sei informar, não há registros na UC sobre o tema

5. A UC desenvolvia ações de EA antes do ano de 2007 (sob gestão do IBAMA)?

- Sim
- Não
- Não sei informar, não há registros na UC sobre o tema

6. A UC possui ações de EA em desenvolvimento?

- Sim
- Não

7. Caso não, por quê? (É possível marcar mais de uma opção)

- Equipe insuficiente
- Falta de recursos financeiros
- Ausência de infraestrutura adequada
- Falta de capacitação
- Falta de material didático
- Ausência de parceiros
- Ausência de público interessado
- Não é prioridade na gestão da UC
- Outro:

8. Caso sim, qual o tipo de ação desenvolvida? (É possível marcar mais de uma opção)

- Palestras rotineiras
- Palestras sob demanda
- Oficinas participativas
- Cursos de capacitação
- Exposições
- Produção e divulgação de material didático
- Produção e divulgação de material sobre a UC
- Divulgação de conteúdos em mídias digitais
- Programa de rádio
- Visitas monitoradas à UC
- Outro:

9. Algum servidor da UC é designado como responsável por ações de EA?

- Sim
- Não

10. A UC se organizou internamente (p.ex. no plano de manejo, planejamento estratégico, programas específicos, etc) para ter uma estrutura administrativa e física que abrigue trabalhos de EA?

- Sim
- Não

11. Algum servidor da UC participou ou está participando de capacitação sobre EA?

- Sim
- Não

12. Caso sim, quantos servidores?

- 1
- 2
- 3
- mais que 3

13. Caso sim, promovida por quem? (É possível marcar mais de uma opção)

- ICMBio
- IBAMA
- ONG
- Universidade
- Outro:

14. Caso não, por quê? (É possível marcar mais de uma opção)

- Ausência de cursos

- Vagas ofertadas são insuficientes
- Equipe reduzida, inviabilizando participações
- Falta de tempo
- Não é prioridade na UC
- Não há interesse

Outro:

15. Qual o público envolvido nas ações de EA desenvolvida pela UC? (É possível marcar mais de uma opção)

- Gestores
- Alunos do ensino formal (escolas, universidades, etc)
- Associação de moradores residente no interior e/ou entorno da UC
- Grupo de jovens
- Conselheiros da UC
- Professores do ensino formal (escolas, universidades, etc)
- Familiares de alunos do ensino formal (escolas, universidades, etc)
- Populações tradicionais
- Grupo de mulheres
- Crianças
- Prestadores de serviços e voluntários
- Turistas
- Público difuso
- Outro:

16. As ações desenvolvidas/em desenvolvimento foram/estão sendo orientadas por algum referencial teórico-metodológico ou por alguma corrente político-pedagógica da EA?

- Sim
- Não
- Não sei informar

17. Caso sim, qual? (Descreva sucintamente o referencial – concepções, autores, etc.)

18. Caso sim, qual a origem deste referencial? (É possível marcar mais de uma opção)

- IBAMA
- ICMBio
- MMA
- Universidades
- ONGs

- Conferências internacionais
- Legislações
- Livros especializados ao tema
- Outro:

19. Marque o(s) principal(is) tema(s) abordados nas ações de EA desenvolvidas pela UC:

- Efeito estufa e mudanças climáticas
- Ecoeficiência e gestão ambiental empresarial
- Agroecologia e alimentos orgânicos
- Resíduos sólidos e reciclagem
- Reflorestamento e recuperação de áreas degradadas
- Militância e cidadania ambiental
- Biodiversidade e unidades de conservação
- Queimadas e desmatamento
- Lixo e poluição
- Conflito e injustiça socioambiental
- Poluição do ar e saúde
- Recursos hídricos
- Geodiversidade
- Assimetrias e desigualdades socioambientais
- Desenvolvimento local comunitário
- Espécies ameaçadas
- Participação social na gestão ambiental pública
- Hortas escolares
- Democracia e cidadania
- Escolas sustentáveis
- Bioma predominante na UC
- Desenvolvimento Sustentável
- Acesso ao patrimônio genético e/ou ao conhecimento tradicional associado
- Outro:

## 20. CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS E/OU EM

DESENVOLVIMENTO - Marque pelo menos 03 das características apresentadas abaixo, que mais representam as ações na UC:

- Difusão do saber ecológico e tecnológico, conscientização dos indivíduos para a necessidade de mudar suas atitudes e comportamentos em sua relação com a natureza e os recursos naturais
- Percepção do meio ambiente como um conjunto de recursos naturais em processo de esgotamento devido ao uso irracional e desenfreado dos mesmos
- Democratização do acesso e uso dos recursos naturais e a redução da vulnerabilidade de certos grupos sociais aos riscos ambientais, segundo o princípio da justiça socioambiental
- Apóia-se nos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva e na mudança dos comportamentos individuais
- Não prioriza abordar a distribuição desigual dos custos e benefícios da apropriação dos bens naturais



- Correntes da EA popular, emancipatória, transformadora e no processo de gestão ambiental pública
- Acredita na manutenção da estrutura social vigente em sua totalidade, mas propõe a alteração de alguns aspectos e práticas para que a estrutura atual possa funcionar melhor
- Educação para o desenvolvimento sustentável e consumo sustentável - “cada um fazer a sua parte” como contribuição cidadã ao enfrentamento da crise ambiental
- Busca promover a consciência das assimetrias e dos conflitos socioambientais e as possibilidades dos sujeitos se organizarem para a defesa de seus direitos sociais e ambientais
- A prática pedagógica deve disponibilizar conhecimentos sobre o funcionamento dos sistemas ecológicos através do ensino de ecologia e conhecimentos sobre os meios tecnológicos capazes de reduzir ou superar os danos ambientais decorrentes da “ação antrópica”
- Promoção de reformas setoriais na sociedade, buscando a manutenção de seus fundamentos de base
- Focada na compreensão global das relações de poder no interior da sociedade e de como essas relações se refletem sobre o meio ambiente e sobre a utilização dos recursos naturais
- O desconhecimento dos ciclos biogeoquímicos e a dinâmica global dos ecossistemas vivos acaba incorrendo no uso errôneo e intensivo dos recursos naturais que resulta no seu esgotamento e degradação
- Compensação para corrigir a imperfeição do sistema produtivo, através de um consumo sustentável e adoção de tecnologias “limpas”
- Forte viés das ciências humanas e sociais abrangendo uma compreensão política e sociológica da questão ambiental
- Nenhuma das alternativas anteriores

21. Qual a principal Intencionalidade da ação educadora?

- Promover o desenvolvimento de uma consciência ecológica, detentora de conhecimentos dos processos ecológicos e, a partir desta, atuar para a preservação e conservação dos recursos naturais.
- Promover o desenvolvimento de uma consciência política e participativa e, a partir destas, atuar nos processos decisórios da destinação e uso dos recursos naturais.
- Nenhuma das alternativas anteriores.

22. A ação contribui para algum dos objetivos gerais abaixo? (É possível marcar mais de uma opção)

- Envolver a sociedade na conservação da biodiversidade
- Consolidar a gestão participativa em todos os níveis
- Aumentar a efetividade e a consolidação das UCs
- Desenvolver capacidades para manejar os recursos naturais
- Ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços ofertados pelo Instituto
- Conservar e promover as práticas e conhecimentos tradicionais associados ao uso sustentável da biodiversidade
- Garantir território e promover desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais

- Implementar transversalmente a estratégia de conservação de espécies ameaçadas
- Reduzir o risco de extinção de espécies
- Assegurar a proteção e o monitoramento das UCs
- Dotar as UCs de instrumentos de gestão
- Consolidar as políticas de formação continuada para os servidores e de gestão de pessoas do Instituto

23. Caso exista conflitos socioambientais na UC, estes são abordados nas ações de EA?

- Sim
- Não
- Não se aplica

24. Caso sim, a abordagem contempla: (É possível marcar mais de uma opção)

- Histórico do conflito
- Consequências/impactos do conflito
- Causas e consequências do conflito
- Beneficiados e prejudicados com o conflito
- Alternativas de intervenção no conflito
- Somente informações da existência do conflito, sem abordar as alternativas anteriores

25. A UC dispõem de trilha(s) interpretativa(s)?

- Sim
- Não

26. Caso sim, estas são utilizadas para as ações de EA?

- Sim
- Não

**APÊNDICE 2****UNIDADES DE CONSERVAÇÃO QUE PARTICIPARAM DA PESQUISA  
RESPONDENDO O QUESTIONÁRIO – 2016/2017**

1. APA Cananeia-Iguape-Peruíbe
2. APA Carste de Lagoa Santa
3. APA Cavernas do Peruaçu
4. APA Chapada do Araripe
5. APA Costa das Algas
6. APA Costa dos Corais
7. APA da Baleia Franca
8. APA da Serra da Mantiqueira
9. APA das Nascentes do Rio Vermelho
10. APA de Guapi-Mirim
11. APA de Guaraqueçaba
12. APA Delta do Parnaíba
13. APA do Anhatomirim
14. APA do Ibirapuitá
15. APA do Igarapê Gelado
16. APA do Planalto Central
17. APA do Tapajós
18. APA dos Campos de Manicoré
19. APA de Fernando de Noronha
20. APA Ilhas e Várzeas do Rio Paraná
21. APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul
22. APA Meandros do Rio Araguaia
23. APA Morro da Pedreira
24. APA Serra da Ibiapara
25. APA Serra da Meruoca
26. APA Serra da Tabatinga
27. ARIE Capetinga/Taquara
28. ARIE Floresta da Cicuta
29. ARIE Ilha Ameixal
30. ARIE Manguezais da Foz do Rio Mamanguape
31. ARIE Mata de Santa Genebra
32. ARIE Matão de Cosmópolis
33. ARIE Pé-de-Gigante
34. ARIE Projeto Dinâmica Biológica dos Fragmentos Florestais
35. ARIE Serea da Abelha
36. ESEC Aiuaba
37. ESEC Cuniã
38. ESEC da Guanabara
39. ESEC da Mata Preta
40. ESEC da Terra do Meio
41. ESEC de Aracuri-Esmeralda
42. ESEC de Caracaraí
43. ESEC de Carijós
44. ESEC de Jutaí-Solimões
45. ESEC de Maracá-Jipioca

46. ESEC de Murici
47. ESEC de Taiamã
48. ESEC de Tamoios
49. ESEC de Uruçuí Una
50. ESEC do Jari
51. ESEC do Seridó
52. ESEC do Taim
53. ESEC dos Tupiniquins
54. ESEC Juami-Japurá
55. ESEC Mico-Leão-Preto
56. ESEC Pirapitinga
57. ESEC Raso da Catarina
58. ESEC Rio Acre
59. ESEC Serra das Araras
60. ESEC Serra Geral do Tocantins
61. ESEC Tupinambás
62. FLONA Anauá
63. FLONA Chapecó
64. FLONA da Restinga de Cabedelo
65. FLONA de Três Barras
66. FLONA de Altamira
67. FLONA de Balata - Tufari
68. FLONA de Canela
69. FLONA de Capão Bonito
70. FLONA de Carajás
71. FLONA de Goytacazes
72. FLONA de Humaitá
73. FLONA de Ibirama
74. FLONA de Ipanema
75. FLONA de Irati
76. FLONA de Itaituba 1
77. FLONA de Itaituba 2
78. FLONA de Jacunda
79. FLONA de Lorena
80. FLONA de Nísia Floresta
81. FLONA de Pacotuba
82. FLONA de Passa Quatro
83. FLONA de Passo Fundo
84. FLONA de Pau-Rosa
85. FLONA de Piraí do Sul
86. FLONA de Ritópolis
87. FLONA de Roraima
88. FLONA de Santa Rosa do Purús
89. FLONA de São Francisco
90. FLONA de Silvânia
91. FLONA de Sobral
92. FLONA de Tefé
93. FLONA de Urupadi
94. FLONA do Amana
95. FLONA do Amapá

96. FLONA do Araripe Apodi
97. FLONA do Aripuanã
98. FLONA do Assungui
99. FLONA do Bom Futuro
100. FLONA do Crepori
101. FLONA do Iquiri
102. FLONA do Jamanxim
103. FLONA do Jamari
104. FLONA do Jatuarana
105. FLONA do Macauã
106. FLONA do Mapia Inauini
107. FLONA do Tapajós
108. FLONA do Trairão
109. FLONA Mario Xavier
110. FLONA Mata Grande
111. FLONA Negreiros
112. FLONA Palmares
113. FLONA Rio Preto
114. FLONA de São Francisco de Paula
115. PARNA da Serra das Lontras
116. PARNA Campos Gerais
117. PARNA Cavernas do Peruaçu
118. PARNA da Amazônia
119. PARNA da Chapada das Mesas
120. PARNA da Chapada Diamantina
121. PARNA da Chapada dos Guimarães
122. PARNA da Chapada dos Veadeiros
123. PARNA da Lagoa do Peixe
124. PARNA da Restinga de Jurubatiba
125. PARNA da Serra da Bocaina
126. PARNA da Serra da Canastra
127. PARNA da Serra das Confusões
128. PARNA da Serra do Cipó
129. PARNA da Serra do Gandarela
130. PARNA da Serra do Itajaí
131. PARNA da Serra do Pardo
132. PARNA da Serra dos Órgãos
133. PARNA da Serra Geral
134. PARNA da Tijuca
135. PARNA das Araucárias
136. PARNA das Emas
137. PARNA das Nascentes do Rio Parnaíba
138. PARNA das Sempre-Vivas
139. PARNA de Anavilhanas
140. PARNA de Aparados da Serra
141. PARNA de Boa Nova
142. PARNA de Brasília
143. PARNA de Jericoacoara
144. PARNA de Saint-Hilaire/Lange
145. PARNA de São Joaquim

146. PARNA de Sete Cidades
147. PARNA de Ubajara
148. PARNA do Acari
149. PARNA do Alto Cariri
150. PARNA do Araguaia
151. PARNA do Cabo Orange
152. PARNA do Caparaó
153. PARNA do Catimbau
154. PARNA do Descobrimento
155. PARNA do Iguaçu
156. PARNA do Itatiaia
157. PARNA do Jamanxim
158. PARNA do Jaú
159. PARNA do Monte Roraima
160. PARNA do Pantanal Matogrossense
161. PARNA do Pico da Neblina
162. PARNA do Rio Novo
163. PARNA do Superagui
164. PARNA dos Campos Amazonicos
165. PARNA dos Lençóis Maranhenses
166. PARNA e Histórico do Monte Pascoal
167. PARNA Fernando de Noronha
168. PARNA Furna Feia
169. PARNA Grande Sertão Veredas
170. PARNA Guaricana
171. PARNA Ilha Grande
172. PARNA Mapinguari
173. PARNA Marinho das Ilhas dos Currais
174. PARNA Marinho dos Abrolhos
175. PARNA Nascentes do Lago Jari
176. PARNA Pau Brasil
177. PARNA Serra da Bodoquena
178. PARNA Serra da Cutia
179. PARNA Serra da Mocidade
180. PARNA Serra de Itabaiana
181. RDS Nascentes Geraizeiras
182. REBIO Augusto Ruschi
183. REBIO Bom Jesus
184. REBIO Córrego Grande
185. REBIO da Contagem
186. REBIO da Mata Escura
187. REBIO da Serra Negra
188. REBIO das Araucárias
189. REBIO das Perobas
190. REBIO de Pedra Talhada
191. REBIO de Poço das Antas
192. REBIO de Sooretama
193. REBIO de Una
194. REBIO do Atol das Rocas
195. REBIO do Córrego do Veado

196. REBIO do Guapore
197. REBIO do Gurupi
198. REBIO do Jaru
199. REBIO do Manicoré
200. REBIO do Rio Trombetas
201. REBIO do Tapirape
202. REBIO Guaribas
203. REBIO Marinha do Arvoredo
204. REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo
205. REBIO Saltinho
206. REBIO Santa Isabel
207. REBIO Tinguá
208. REBIO União
209. RESEX Acau-Goiana
210. RESEX Alto Juruá
211. RESEX Arapixi
212. RESEX Arióca Pruanã
213. RESEX Auati-Parana
214. RESEX Barreiro das Antas
215. RESEX Batoque
216. RESEX Chapada Limpa
217. RESEX Chocoaré-Mato Grosso
218. RESEX Cururupu
219. RESEX de Canavieiras
220. RESEX de são joão da ponta
221. RESEX do Cazumbá-Iracema
222. RESEX do Ciriaco
223. RESEX do Mandira
224. RESEX do Médio Juruá
225. RESEX do Rio Cajari
226. RESEX do Rio Jutaí
227. RESEX do Rio Ouro Preto
228. RESEX do Unini
229. RESEX Ituxi
230. RESEX Lago do Cedro
231. RESEX Lago do Cuniã
232. RESEX Mãe Grande de Curuçá
233. RESEX Marinha Baia do Iguape
234. RESEX Marinha Corumbau
235. RESEX Marinha Cuinarana
236. RESEX Marinha da Lagoa do Jequiá
237. RESEX Marinha de Gurupi Piriá
238. RESEX Marinha de Soure
239. RESEX Marinha do Delta do Parnaíba
240. RESEX Marinha do Pirajubá
241. RESEX Marinha Mestre Lucindo
242. RESEX Mata Grande
243. RESEX Renascer
244. RESEX Rio Cautário
245. RESEX Rio Iriri

246. RESEX Rio Xingu
247. RESEX Riozinho da Liberdade
248. RESEX Riozinho do Anfrísio
249. REVIS de Boa Nova
250. REVIS de Santa Cruz
251. REVIS do Arquipélago de Alcatrazes
252. REVIS do Rio dos Frades
253. REVIS dos Campos de Palmas
254. REVIS Veredas do Oeste Baiano